

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA IBÉRICA**

FERNANDA EUGÊNIA MARTINS AZEVEDO

**COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL DE FILIPE II:
A ATUAÇÃO JESUÍTICA JUNTO AOS COLONOS PARA A MANUTENÇÃO
DO ORDENAMENTO SOCIAL E ENTRONIZAÇÃO DA CASA DE
HABSBURGO NO BRASIL (1580-1598)**

**ALFENAS
2019**

FERNANDA EUGÊNIA MARTINS AZEVEDO

**COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL DE FILIPE II:
A ATUAÇÃO JESUÍTICA JUNTO AOS COLONOS PARA A MANUTENÇÃO
DO ORDENAMENTO SOCIAL E ENTRONIZAÇÃO DA CASA DE
HABSBURGO NO BRASIL (1580-1598)**

Dissertação apresentada à linha de pesquisa
Cultura, Poder e Religião ao Mestrado
Profissional de História Ibérica como
requisito parcial à obtenção de título de
Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Sabeh

**ALFENAS
2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

A994c Azevedo, Fernanda Eugênia Martins.
Companhia de Jesus no Brasil de Filipe II: a atuação jesuítica junto aos colonos para a manutenção do ordenamento social e entronização da casa de Habsburgo no Brasil (1580-1598) / Fernanda Eugênia Martins Azevedo, Alfenas/MG, 2019.
125f.: il. –
Orientador: Luiz Antonio Sabe. H.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2019.
Bibliografia.

1. Jesuítas. 2. Colonização. 3. Evangelização. 4. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. 5. Filipe II, Rei da Espanha, 1527-1598. I. Sabe, Luiz Antonio. II. Título.

CDD-946.043

Ficha Catalográfica elaborada por Fátima dos Reis Goiatá
Bibliotecária-Documentalista CRB6/425

FERNANDA EUGÊNIA MARTINS AZEVEDO

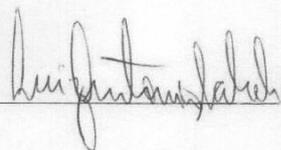
“COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL DE FILIPE II: A ATUAÇÃO JESUÍTICA JUNTO AOS COLONOS PARA A MANUTENÇÃO DO ORDENAMENTO SOCIAL E ENTRONIZAÇÃO DA CASA DE HABSBURGO NO BRASIL (1580-1598)”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 04/09/2019

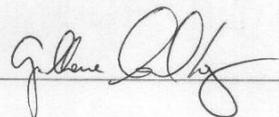
Prof. Dr. Luiz Antonio Sabe
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:



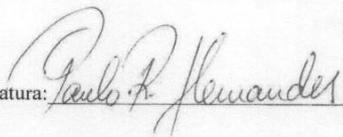
Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia
UFU-MG

Assinatura:



Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:



*Em memória de Vô João Martins Aos meus pais Eliana e Kosme, minha avó Bernadete,
meus irmãos, Vicktor e Catarine, com amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos investimentos direcionados para esta pesquisa através do Código de Financiamento 001. Agradeço a E. E. Judith Vianna que possibilitou a realização de uma pesquisa de livros didáticos feita na biblioteca da escola. Aos bibliotecários e os funcionários do ICHL da UNIFAL, os quais me receberam quase todas as manhãs do ano de 2017, e me auxiliavam no uso do Laboratório de Ensino de História. Aos meus amigos que me ajudaram na procura de livros nas bibliotecas da UFSCAR e na UFU. Meu querido amigo William, pela ajuda com as traduções. Agradeço aos meus colegas que são professores da rede pública de ensino, os quais contribuíram para a pesquisa nos livros didáticos. Agradeço aos professores do Mestrado Profissional de História Ibérica, e as pessoas que contribuíram indiretamente para essa pesquisa, àqueles que me ajudaram comprando meus alfajores.

Com muito carinho agradeço ao meu mentor Luiz Antonio Sabeh pelos quase 5 anos de pesquisa. Em cada passo, cada decisão e cada escolha esteve presente me orientando e guiando. Sou grata pela ajuda, pela experiência, pela confiança e pela disposição.

Agradeço aos meus amigos e colegas de profissão por estarem sempre ao meu lado: Mauro e Luana.

Agradeço aos acontecimentos do último ano, foi uma caminhada de perdas irremediáveis. O que se foi não pode voltar. Contudo, foram experiências que se tornaram minha riqueza imensurável. Sou grata aos meus pais, meus verdadeiros escudos, e ao mesmo tempo o abraço mais leve. Obrigada pela confiança. Agradeço aos meus irmãos pela humildade e simplicidade que vocês me ensinam. Agradeço a minha avó Maria Bernadete Martins e meu querido tio Marcos Leite Azevedo. A companhia e os conselhos do meu amado Leonardo. Serei eternamente agradecida pela memória do meu avô, meu amado avô, sem ele essas palavras que aqui se leem jamais se materializariam. Obrigada por todas as formas de incentivo.

Agradeço por cada pensamento de superação, cada folego tomado, cada palavra lida e escrita. Que a coragem não me falte. Nada é tão nosso quanto os nossos sonhos.

Portanto, agradeço aos leitores por se debruçarem na intimidade deste meu sonho realizado.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	A UNIÃO IBÉRIA E O BRASIL DE FILIPE II.....	6
2.1	A SITUAÇÃO POLÍTICA QUE CONFORMOU A UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS.....	6
2.2	DESAFIOS IMPOSTOS À FILIPE II COM A UNIÃO DAS COROAS.....	11
2.3	A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO BRASIL NO GOVERNO DE FILIPE II.....	14
3	REORGANIZAÇÃO DAS MISSÕES JESUÍTICAS: AS ALDEIAS, AS EXPEDIÇÕES DE FRONTEIRA E PROTEÇÃO TERRITORIAL.....	25
3.1	A MISSÃO JESUÍTICA NO BRASIL ATÉ 1580.....	25
3.2	MISSIONAÇÃO ALIADA ÀS PREOCUPAÇÕES DE FILIPE II.....	37
3.3	AS EXPEDIÇÕES DO SUL.....	44
3.4	OS EMPREENDIMENTOS NO NORTE.....	61
4	CORREÇÃO MORAL DOS COLONOS: EDUCAÇÃO RELIGIOSA E ENTRONIZAÇÃO DO GOVERNO DE FILIPE II NO BRASIL.....	69
4.1	SACRAMENTOS, RELÍQUIAS E PÚLPITOS: ESTRATÉGIAS EVANGELIZADORAS PARA A MORALIZAÇÃO DOS COLONOS.....	69
4.2	O TEATRO JESUÍTICO COMO FERRAMENTA EVANGELIZADORA E DE MANUTENÇÃO DAS POLÍTICAS DE FILIPE II NA COLÔNIA.....	86
5	A UNIÃO IBÉRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	98
5.1	PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA “UNIÃO IBÉRICA” NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	98
	O Objeto de aprendizagem: estratégia para equidade na educação.....	105
5.2	DESCRIÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM: GUIA DO PROFESSOR.....	107
	CONCLUSÃO.....	111
	FONTES.....	114
	REFERÊNCIAS.....	115
	ANEXO.....	123

RESUMO

Esta dissertação estuda as mudanças que incidiram no Brasil Colonial durante o início do processo de União Ibérica, entre 1580-1597. A atuação missionária da Companhia de Jesus junto às políticas da Coroa espanhola ditaram outras dinâmicas para o Brasil Colonial. Desde o governo da Coroa portuguesa, os missionários e os governadores construíram propostas para fomentar o ordenamento social do Brasil. Neste sentido, compreende-se a atuação jesuítica junto aos colonos para a entronização da Casa de Habsburgo no Brasil. Contudo, a Companhia de Jesus detinha experiências específicas para a efetiva implementação de políticas de interesse do monarca espanhol. Com base nas cartas, peças teatrais e documentos normativos jesuíticos compreendemos a participação da Companhia de Jesus em missões de alargamento e pacificação territorial, feitas junto às forças políticas. Além disso, desempenhou um trabalho para fomentar a moralização católica e manutenção dos súditos de Filipe II. As ações político-religiosas empreendidas foram medidas necessárias para a conservação das estratégias colonizadoras durante o governo da Casa de Habsburgo no Brasil Colonial. Os resultados obtidos nesta pesquisa foram base para a construção de um objeto de aprendizagem, sobre a temática “União Ibérica”, votada para a Educação Básica.

Palavras-chave: jesuítas. Colonização. Evangelização. Brasil Colonial. União Ibérica.

ABSTRACT

This master's thesis works with the changes happening at Colonial Brazil between 1580-1597 during the Iberian Union. The missionary activity of the Society of Jesus among the politics of the Spanish Crown dictated new dynamics to Colonial Brazil. Since the government of the Portuguese Crown, missionaries and governors-general made proposes to initiate the social ordering in Brazil. In this sense, it is understood the Jesuit action with the settlers for the enthronement of the Habsburg House in Brazil. The Society of Jesus had specific experiences for effective implementations of policies of interest to the Spanish monarch. Based on the letters, theatrical plays and Jesuitical normative documents we comprehend the Society of Jesus joined the political forces for expansion missions and territorial pacification. In addition, it played the job of instigating the Catholic moralization and maintenance of the subjects of Philip II. The religious and political actions undertaken were necessary measures to maintain the colonization during the House of Habsburg government in Colonial Brazil. The results obtained in this research were used for the development of an educational object on the Iberian Union theme.

Keywords: Jesuits. colonization. evangelization. Colonial Brazil. Iberian Union.

1. INTRODUÇÃO

Desde 1540, a Companhia de Jesus esteve condicionada ao projeto de expansão ultramarina da Coroa portuguesa. O compromisso da ordem com a evangelização esteve atrelado ao projeto colonizador de D. João III, o que garantiu a permanência do sistema colonial. Os inacianos foram favorecidos com exclusividade e aval para construir missões nos domínios de Portugal. No Brasil, o trabalho missionário esteve aliado aos poderes temporais para conseguir converter o maior número de almas possíveis. A formação da missão e a preocupação com a conversão dos ameríndios conformaram os ministérios jesuíticos no Brasil.

A missão passou por diversas transformações. De maneira pontual, a partir de 1580 percebemos uma ampliação na área de atuação jesuítica no Brasil. É um consenso que ocorreu uma maior participação dos inacianos em expedições territoriais, uma dispersão da missão e intensificação das políticas das Aldeias jesuíticas. A historiografia aponta uma gama de motivos pelos quais ocorreu essas mudanças. Alguns trabalhos explicam a nova dinâmica de atuação jesuítica por meio de motivações internas da própria ordem. Indicam que com a ascensão do Geral Cláudio Aquaviva, a ordem tenha passado por uma reestruturação de posturas.¹

Por outro lado, há estudos que apontam para mudanças na administração colonial que incidiram outros meios de atuação missionária. Compreende-se as transformações ocorridas na atuação jesuítica no Brasil como resposta às demandas sociais, políticas e religiosas do período. Um desses elementos foi a União das Coroas ibéricas que, segundo essa perspectiva, norteou políticas e demandas específicas para os inacianos. De modo a manter a proposta salvífica da colonização, tais políticas encabeçaram necessidades práticas da lide colonial, as quais a Companhia de Jesus poderia auxiliar com base na experiência e estrutura missionária já existente no Brasil.²

Considerando essas contribuições historiográficas, apontamos a necessidade de entender as especificidades dessa mudança de atuação jesuítica dentro das políticas

¹ CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006; FARIA, M. R. de. *A educação jesuítica e os conflitos de uma missão: um estudo sobre o lugar do jesuíta na sociedade colonial (1580- 1640)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, v. 1. T. 1; SABEH, L. *Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil 1549 – 1640*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

castelhanas, que foram ratificadas no contexto do Brasil colonial. Faz-se necessário analisar os desafios para a efetiva evangelização e reeducação religiosa no Brasil. Essa mudança pode ser entendida pelas transformações institucionais da ordem missionária e, ao mesmo tempo, considerar o empreendimento salvífico encabeçado pela Coroa espanhola. Além disso, faz necessário questionar as demandas locais e desafios impostos à lide colonial.

Assim, o presente trabalho tem como tema de estudo a ação missionária jesuítica no Brasil durante o governo de Filipe II, no período entre 1580-1597. Esse período abarca todo o governo de Filipe I de Portugal, e o anos finais do empreendimento missionário de José de Anchieta. Abrange as políticas que Filipe II direcionou para o Brasil e as repostas da ordem frente às necessidades do governo e da missão.

Como objetivo, a dissertação busca compreender como o empreendimento missionário esteve relacionado com a formação de súditos na lide colonial, principalmente com os colonos, em um momento de mudanças políticas e sociais. Este objetivo ainda é pouco trabalhado pela historiografia brasileira. O empreendimento missionário da Companhia de Jesus, de modo geral, foi estudado apenas na sua dimensão mais conhecida, ou seja, o trato dos missionários com os indígenas. O trabalho de Luiz Antonio Sabeh já apontou para uma noção mais ampla de evangelização durante a Época Moderna, que se baseava no compromisso de conversão e reeducação religiosa das almas.³ Neste sentido, este estudo não trabalhará apenas o projeto missionário voltado para a conversão dos indígenas, contudo, observamos a necessidade de compreender os demais campos de atuação da ordem religiosa no Brasil junto aos colonos.

As fontes utilizadas para o trabalho dissertativo foram as cartas, peças teatrais e documentos normativos escritos pelos inicianos. As cartas foram importantes para compreendermos a situação da missão jesuítica no Brasil antes e após 1580. Os documentos normativos relativos à província do Brasil entre 1573-1614 nos deram suporte para compreender as mudanças internas da Companhia de Jesus, consecutivamente as repostas às novas necessidades e ditames de Filipe II em sua nova posse na América. Mas, as principais fontes utilizadas foram as peças teatrais de José de Anchieta de 1585-1597. Para este estudo, essas obras foram essenciais para compreender

³ SABEH. A. L. *Missionação jesuítica: reflexões para a definição de um quadro teórico e de um método de análise historiográfica*. Revista História e Cultura, Franca, v. 3, n 2, 2014.

dinâmicas específicas do Brasil Colonial. Os autos tinham função particular, além de serem representadas durante momentos públicos, como celebrações; as peças demonstram o público-alvo e apontam trabalhos pelos quais a Companhia de Jesus se dedicava na lide colonial.⁴

O teatro jesuítico já foi fonte de análises daqueles que estudaram as estratégias de persuasão durante o processo de evangelização,⁵ o recurso teatral nas possessões da América portuguesa e espanhola⁶ e o trabalho dos inacianos com os indígenas, colonos e ditames dos governos metropolitanos.⁷ Em comum, essas análises demonstram que as peças teatrais tinham uma proposta evangelizadora e colonizadora. Apontam para políticas em curso e elementos práticos da evangelização no Brasil. Esses resultados possibilitam compreender que a prática dos inacianos, com a utilização das peças teatrais, contribuiu às políticas e dinâmicas sociais da lide colonizadora. Esses estudos abrem caminhos para fomentar a pesquisa sobre aspectos inexplorados, como a forma de atuação jesuítica contribuiu junto às políticas colonizadoras no Brasil. Para cumprir a proposta dissertativa fizemos a seguinte estruturação:

No primeiro capítulo serão analisados aspectos da União das Coroas ibéricas frente à estrutura administrativa em curso no Brasil em 1580. Esse exercício possibilitará compreender os desafios e mudanças advindas das políticas da Coroa espanhola. Partimos do pressuposto que o processo de União ibérica ocorreu apoiado em acordos entre a Coroa portuguesa e a castelhana. A autonomia de Portugal foi parte constituinte para a garantia da união das monarquias. Manter a administração, já em curso nos territórios coloniais, foi parte dessa premissa. Foi dentro desse sistema jurídico e administrativo português que a Coroa espanhola garantiu seu empreendimento expansionista no Brasil. Neste sentido, foi essa estrutura

⁴ Edições analisadas correspondentes as cartas e peças teatrais: ANCHIETA, José de (1534-1597). *Cartas*: correspondência ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984; ANCHIETA, José de *Cartas*: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988; ANCHIETA, José de. *Teatro de Anchieta*. Originais acompanhados de tradução versificada, introdução e notas pelo P. Armando Cardoso S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1977. Fonte referente aos documentos normativos: COMPANHIA de Jesus. *Brasilia ordinationes Provinciae*, 1573-1614. Documento manuscrito. Fondo Gesuitico 1255, Fascículo 10. Biblioteca Nazionale Centrale “Vittorio Emmanuele II” Roma. In: SABEH, L. A. *Colonização salvífica os jesuítas e a Coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

⁵ HERNANDES, P. R. *O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil Colônia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

⁶ KARNAL, L. *Teatro da fé: Representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

⁷ SABEH, L. A. *Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil 1549 – 1640*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

administrativa lusa de 1580 que Filipe II encontrou desafios e soluções para colocar em prática seus interesses no território.

Já no segundo capítulo buscamos compreender os elementos da evangelização encabeçada pela Companhia de Jesus, os quais tornaram possível instituir os ditames de Filipe II no Brasil. Consideramos que a evangelização foi elemento constitutivo das políticas expansionistas das coroas católicas. Além das motivações de conquistas territoriais, motivações salvíficas também impulsionaram os empreendimentos colonizadores. A Coroa portuguesa beneficiou o trabalho missionário da Companhia de Jesus em suas possessões. A ordem garantiu experiência e espaço de atuação até 1580 no Brasil. Com a União das Coroas, Filipe II permitiu a atuação de outras ordens religiosas para seus novos territórios. Contudo, no Brasil, o trabalho dos inicianos possibilitou que o monarca espanhol colocasse em prática seus interesses. Filipe II percebeu que a proteção territorial do Brasil era necessária para combater as invasões francesas, holandesas e inglesas. Afinal, corsários e contrabandistas poderiam passar por rotas terrestres e marítimas para chegar a região mineradora do Peru. Em 1580, a missão jesuítica no Brasil já estava consolidada, com pontos de atuação e ocupação específicos. Dessa maneira, a missão poderia auxiliar de maneira prática para cumprir as demandas do período.

No terceiro capítulo buscamos compreender as estratégias de evangelização e formação de súditos encabeçados pela Companhia de Jesus no Brasil. A União das Coroas ibéricas fomentou mudanças na realidade colonial. Mudanças internas e externas na configuração das Capitânicas proporcionaram instabilidade política e religiosa. As invasões estrangeiras no litoral do Brasil tornaram-se um movimento corriqueiro. Para manter a harmonia social, e assim combater os problemas que o Brasil enfrentava sob o governo castelhano, a Companhia de Jesus contribuiu para reafirmar a proposta das monarquias católicas e da salvação de almas. Afinal, as invasões significavam intimidação política e ameaça ao catolicismo. Neste sentido, partimos do pressuposto que a Companhia de Jesus se utilizou de elementos persuasivos para manutenção do catolicismo e do governo castelhano no Brasil.

Diante da necessidade de se pensar um produto para a educação com os resultados da pesquisa acadêmica configura-se o capítulo quatro. O objetivo deste capítulo foi compreender o trabalho desenvolvido nos anos básicos da rede pública de ensino sobre a temática “União Ibérica”. Serão analisadas coleções de livros didáticos disponíveis na rede pública de ensino. A análise tem como objetivo fazer um

levantamento sobre o tratamento dado à temática. A partir disso, compreender a comunicação entre a produção historiográfica do tema e o conhecimento trabalhado nas escolas, ou seja, o conhecimento que é garantido constitucionalmente pelo Estado. Neste sentido, os resultados desta análise contribuirão para a construção de um Objeto de Aprendizagem, que auxiliará no tratamento sobre a temática “União Ibérica”.

Desse modo, esperamos que esse trabalho possa contribuir para os estudos concernentes à atuação jesuítica, mais especificamente, direcionada para os colonos durante o governo da Casa de Habsburgo no Brasil. Neste sentido, pretende-se levantar discussões sobre esta temática pouco trabalhada pela historiografia. No âmbito da educação pretende-se fomentar a compreensão dos impactos do período de União Ibérica para o Brasil Colonial.

2 A UNIÃO IBÉRIA E O BRASIL DE FILIPE II

2.1 A SITUAÇÃO POLÍTICA QUE CONFORMOU A UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS

A batalha entre portugueses e mouros no Norte da África em agosto de 1578 colocou fim à estabilidade política do reino lusitano. A dinastia de Avis encontrou-se ameaçada após dois séculos no trono de Portugal. D. Manuel (1495 -1521) ambicionava que Portugal conseguisse unir todas as Coroas da Península Ibérica por meio de alianças matrimoniais. Contudo, seu projeto não foi levado a cabo. Portugal não perdeu somente a batalha de Alcácer Quibir, mas também seu monarca D. Sebastião (1557-1578). A empresa de expansão imperial de Portugal não era mais a principal preocupação. Quando D. Sebastião partiu de Portugal para enfrentar os marroquinos deixou a administração nas mãos da Junta de Governadores.⁸ Com o falecimento do monarca, o ano de 1578 ficou marcado pela instabilidade política do governo de Portugal. Enquanto isso, os rumores quanto à sucessão real norteavam a preocupação dos lusitanos. Durante a menoridade de D. Sebastião, o seu tio avô, cardeal D. Henrique, havia governado Portugal. Com a maioridade de Sebastião, o Cardeal deu continuidade nas suas funções eclesiásticas. Como parente mais próximo e consanguíneo do monarca, com 66 anos, D. Henrique se tornou cardeal-rei e subiu ao trono novamente. Primeiro o Cardeal foi proclamado curador, governador e sucessor do reino, logo após sua chegada em Lisboa em 1 de agosto; 12 dias depois foi proclamado rei.⁹

Após ter sido coroado, D. Henrique passou a se preocupar com sua efetiva entronização. Além disso, o monarca teve que agir frente às necessidades imediatas. Entre elas, assumir a Coroa, preparar estrategicamente o resgate dos nobres que se encontravam aprisionados em Marrocos e encontrar uma solução efetiva que garantisse sua sucessão no trono da Coroa de Portugal. A questão sucessória não estava efetivamente solucionada. D. Henrique já estava com idade avançada e sem herdeiros, com isso, se o monarca não pudesse cumprir seus desígnios como rei de Portugal, o cargo ficaria vacante novamente. Com o desenrolar do governo de D. Henrique, possíveis futuros monarcas manifestaram interesse no trono. De início, D. Catarina,

⁸ Compunha a Junta dos Governadores: o arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, D. João de Mascarenhas e Francisco Sá (ambos do Conselho do Estado), e pelo Vedor da Fazenda Pero de Alcáçova Carneiro. Além da ajuda do secretário do rei, Miguel de Moura. Ver em: HERMANN, J. Um papa entre dois casamentos: Gregório XIII e a sucessão de Portugal (1578 -80). *Portuguese Studies Review*, v. 22, 2, 2016, p.3.

⁹ *id. ibid.*, pp. 4-6.

duquesa de Bragança, e Filipe II de Espanha, os dois netos de D. Manuel I, eram os candidatos mais qualificados para a sucessão real. D. Catarina de Bragança tinha descendência de via paterna: era filha de D. Duarte com D. Isabel de Bragança. Por ser ligada à realeza por laços paternos, D. Catarina se tornava mais digna ao reinado. Contudo, sua pouca idade e o fato de ser mulher tornaram-se um empecilho para sua ascensão. Filipe II estava ligado por laços maternos à Coroa lusitana: era filho de D. Isabel, única filha de D. João III, a qual era casada com Carlos I.¹⁰

D. Henrique necessitava de uma dispensa de seu ofício religioso. O monarca tinha como objetivo se casar e dar continuidade na linhagem, pois assim garantiria herdeiros da dinastia de Avis ao trono de Portugal. Tal questão estava nas mãos do papa Gregório XIII. D. Antonio, o Prior de Crato, neto de D. Manuel e filho de D. Luís, estava submetido ao poderio dos mouros em Marrocos. Após ser libertado, voltou para Portugal para disputar o trono luso. Outra dispensa papal seria necessária para que D. Antonio pudesse ascender ao trono, já que era filho ilegítimo do infante D. Luís (irmão de D. Henrique). Seria necessário que o papa Gregório XIII considerasse legítimo o casamento entre seu pai D. Luís e Violante Gomes. A resposta para a dispensa de D. Henrique nunca chegou. Já a concessão da legitimidade do casamento dos pais do Prior de Crato repercutiu insatisfações entre D. Henrique e o Papa. Por fim, a decisão sobre D. Antonio não se desenrolou a tempo para que assumisse o trono luso.

Jaqueline Hermann acena para o favorecimento da resposta papal para D. Antonio, ao contrário do pedido que foi negado a D. Henrique, o qual não recebeu nenhuma resposta papal sobre sua dispensa religiosa. Contudo, para a historiadora, o papa Gregório XIII não fez forças de resolução pontual para nenhum dos casos, o que poderia indicar um favorecimento ao rei espanhol Felipe II. Hermann aponta que, se Gregório XIII tivesse a predileção pelo Prior de Crato, o mesmo tomaria ações dentro do seu cargo para frear o projeto de Felipe II de unir as Coroas ibéricas.¹¹

Em 31 janeiro de 1579, D. Henrique faleceu, e com ele findaram as esperanças de manter a dinastia de Avis no poder. Segundo Jaqueline Hermann, a postura da cúria romana sensivelmente agiu frente a suas próprias demandas:

¹⁰ Candidatos remotos começaram a proclamar parentesco com a dinastia de Avis. Dentre eles: Duque de Sabóia (neto de D. Manuel), Manuel Felisberto (filho da infanta D. Beatriz), Rainúncio Farneses, (bisneto de D. Manuel), Alexandre Farnese (bisneto de D. Manuel), D. Maria (infanta portuguesa), Catarina de Médice (acusava ligação com Afonso III morto em 1279). Ver HERMANN, J. Um papa entre dois casamentos... p. 4.

¹¹ *id. ibid.*, pp. 14-33.

Gregório XIII parece ter agido em causa própria, ou melhor, visando os interesses da Santa Sé e de acordo com a nova conjuntura político-militar que o poder expandido de Espanha impunha. As demandas que recebeu do Cardeal Rei e de D. Antônio foram, nessa perspectiva, providenciais para o papado, embora incapazes de alterar o resultado que se avizinhava: o domínio castelhano de Portugal e a consolidação do poder imperial de Filipe II.¹²

A ausência de um posicionamento incisivo da cúria romana demonstrou sua consonância com o projeto religioso de Filipe II. Segundo Roseli Santaella Stella, o monarca teve apoio do clero português para sua ascensão ao trono, isso porque, como católico, o monarca empreenderia uma missão evangelizadora.¹³

As uniões matrimoniais entre Carlos V e Isabel, e mais tarde Filipe II com Maria Manuela, filha de D. João III, já acenavam para uma união desejada. O direito castelhano sobre o trono era indiscutível. Contudo, para a efetiva entronização se iniciou uma campanha para conquistar os setores mais influentes da população lusitana.¹⁴

Somente a possível aliança matrimonial de Filipe II e de seus pais não lhe garantiriam o trono lusitano. Deve-se levar em consideração as políticas centralizadoras presentes em grande parte da história da Coroa espanhola. A Espanha do século XIII tinha uma divisão de reinos com interesses próprios. Com isso, a Coroa espanhola desenvolveu políticas centralizadoras que levassem à construção de uma unidade territorial espanhola. A União entre Castela e Aragão deu-se com o enlace matrimonial entre Fernando e Isabel. Portanto, inicialmente, as políticas centralizadoras empreendidas por Fernando e Isabel tiveram como objetivo a centralização política e a união do reino. Com isso, os poderes locais que tinham independência nas suas ações começaram a ser cerceados e sufocados pela política centralizadora. Tais ações reais tiveram relação direta no enfraquecimento dos grupos locais nas cidades da Espanha. Em 1492, a proposta centralizadora já conseguira desenvolver políticas de supressão religiosa e administrativa de Castela. O processo de Reconquista marcou as proporções a que chegaram as políticas centralizadoras empreendidas na Coroa espanhola. Com a unificação, Fernando e Isabel voltaram-se para a construção de políticas voltadas para o exterior. Um exemplo foram as políticas para o desenvolvimento das Ilhas Canárias que, desde o século XIII, pertencia ao domínio espanhol, contudo não tinham o domínio

¹² HERMANN, J. Um papa entre dois casamentos... p. 38.

¹³ STELLA, R. S. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes – 1580 – 1640*. São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000, pp. 46-47.

¹⁴ *id. ibid.*, p. 44.

político, econômico e social efetivos.¹⁵ Portanto, as preocupações internas de centralização da Coroa espanhola nos dá mostras que as alianças matrimoniais foram um desses mecanismos para firmar o poder real. Que, portanto, também foi compreendido como política para a conquista de novas possessões pela Espanha. Contudo, não só a união matrimonial levou à unificação espanhola. Dentre elas uma consequência direta das políticas centralizadoras foi a supressão dos poderes locais. Tal política é perceptível no processo de aquisição de Portugal por Filipe II.

Isso quer dizer que, além da união matrimonial e o apoio de parte da Igreja, outras ações tornaram possível que Filipe II tivesse apoio para empreender a União das Coroas ibéricas. Conforme aponta Frédéric Schaub “Desde o verão de 1578, o embaixador de Filipe II havia tecido poderosas redes de apoio no material da nobreza portuguesa, na hierarquia eclesiástica e nas oligarquias urbanas.”¹⁶ Antes da União das Coroas, Filipe II desempenhou políticas que favoreciam famílias de nobres portugueses para adentrar na “grandeza castelhana,” tal como as famílias do Duque de Ossuna e a do Conde de Valência. Com isso, “a estratégia do novo rei consiste de facto na procura de uma composição com os corpos da sociedade portuguesa e de um acréscimo de legitimidade.”¹⁷

A negociação da nobreza com o rei espanhol demonstra as dimensões políticas, econômicas e sociais para a ampliação do reino de Filipe II. Mesmo investindo dentro de diversos domínios, como o militar e o diplomático, Filipe II também teve o apoio de instituições que o favoreceram por conta de seu projeto político. A Santa Sé, as alianças matrimoniais já estabelecidas e agora também a nobreza portuguesa moveram forças que culminaram na união das Coroas. Tais aspectos nos ajudam a compreender as discussões sobre a União Ibérica que ocorreram em Portugal. Para que a união das Coroas ocorresse seria necessário lançar mão de mecanismo de alianças próprios das negociações do século XVI. Segundo Frédéric Schaub, as maiores rupturas e mudanças políticas do período foram possíveis por conta da ascensão de casas aristocráticas. Tal aristocracia, para se firmar como nobreza, necessitava das quebras dinásticas. Com isso, a União de 1580 estava imersa nesse esquema lógico de atuação político-social.¹⁸

¹⁵ COMELLAS, J. L. *Historia de España moderna y contemporánea*. Madrid: Ediciones Rialp,S.A.. 1999, pp. 49-56.

¹⁶ SCHAUB, J. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 16.

¹⁷BOUZA ÁLVAREZ, F. Portugal em la Monarquia Hispânica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la Gênesis del Portugal Católico. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Complutens, Madrid, 1986, p. 488. Ver: SCHAUB, J. *op.cit.*, p.21.

¹⁸ SCHAUB, J. *op.cit.*, p. 46.

Existe uma visão da historiografia que compreende a adesão dos territórios de Portugal na União das Coroas como a conquista territorial do mais fraco pelo mais forte. Frederic Schaub propõe analisar o processo de forma mais complexa. Filipe II atuou em quatro frentes para unir as Coroas ibéricas: o domínio diplomático, o jurídico, o militar e o contratual. No âmbito diplomático, Filipe II lançou mão de seus funcionários régios para convencer nobres e o cardeal-rei sobre os benefícios da união. Depois da morte D. Henrique utilizou-se da mesma estratégia para com os governadores. Sobre o domínio jurídico, Filipe II utilizou os aparatos judiciais da corte de Madrid. Toda a Europa seria testemunha da legitimidade dos direitos sucessórios de Filipe II frente aos outros candidatos ao trono. Com isso, criou um apelo social que foi garantido pela sua legitimidade ao trono. No campo de ação militar, o monarca castelhano pretendeu submeter por ameaça as câmaras municipais que haviam apoiado os direitos de D. Antônio Prior de Crato. Acabou por tomar o reino lusitano enviando tropas a Portugal. Sobre o domínio contratual, Filipe II comprometeu-se a respeitar a autonomia jurisdicional e a separação simbólica da Coroa portuguesa, princípios ratificados no Concílio de Tomar. Segundo o historiador, com a morte de D. Henrique, Filipe II fortaleceu políticas com portugueses que já haviam sido colocadas em curso tempos antes.¹⁹

Isso porque, segundo Sérgio Buarque de Holanda,

fraco militarmente, despojado de um grande contingente de sua nobreza jovem, e portanto a mais ciosa da afirmação nacionalista do período dos Avis, Portugal está ligado comercialmente à Espanha pelos interesses de uma burguesia ativa que se aplicava no tráfico de pretos para a América e na armação de barcos de transporte, de cuja falta se ressentia a Espanha. Essa mesma burguesia obterá de Felipe II o assento, fazendo o transporte de negros escravos para a América. Portugal, através de suas classes dirigentes, sem dúvida naquele momento era favorável à união por óbvios motivos econômicos.²⁰

A observação de Sérgio Buarque de Holanda aponta para a situação que as relações comerciais entre Portugal e Espanha se encontravam. Além disso, acena para dinâmica social em efervescência no ambiente lusitano: a ascensão de um estrato social comerciante. Portanto, a União das Coroas ibéricas foi legitimada com o apoio de uma conjuntura complexa. As alianças que Filipe II estabeleceu para conquistar o trono

¹⁹ SCHAUB, J. *op.cit.*, p 12.

²⁰ HOLANDA, S. B. de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 199.

passaram pelos interesses da Santa Sé. O impulso do fator comercial e as fragilidades internas de Portugal fizeram com que o monarca espanhol se tornasse Filipe I de Portugal.²¹

Em 1581, Filipe II assumiu o trono de Portugal, legitimado por uma assembleia dos Estados e ratificado pelo Tratado de Tomar, no qual “(...) o novo rei prometia não suprimir nenhuma função ou ofício do aparelho monárquico português no qual sucedia e garantia aos seus súditos a exclusividade total das futuras nomeações.”²² No Brasil entrou em vigor um sistema polissionadal, o qual era governado por magistrados que garantiam uma administração tradicional de Portugal. A organização polissionadal se estendeu desde o governo de D. Sebastião, o qual era mantido por um conjunto de tribunais. O monarca castelhano criou o Conselho de Portugal, que foi instalado em Madri. O Conselho garantiria a representatividade de Portugal nas questões sobre o reino luso; abarcava os assuntos de justiça, eclesiásticos e de economia do patrimônio régio lusitano.²³ Dentro desta malha burocrática, Filipe II negociou as ações que desenvolveu voltadas para o grande império português, que em 1581 passou a repousar em suas mãos.

2.2 DESAFIOS IMPOSTOS À FILIPE II COM A UNIÃO DAS COROAS

Filipe II assumiu os territórios e possessões de Portugal, e, junto deles apropriou-se de desafios. A autonomia de Portugal nas questões relativas ao reino deveria ser garantida por Filipe II. Há controvérsias com relação à autonomia de Portugal durante a União das Coroas ibéricas. Tereza Cristina Laurentys aponta para a

²¹ SCHAUB, J. *op.cit.*, pp. 39-43.

²² *id. ibid.*, p. 21.

²³ Durante o período de União das Coroas (1580-1640) Filipe II viu a necessidade de criar outros órgãos de representatividade. Entre eles o Desembargo do Paço (tratava dos assuntos pertinentes a alta jurisdição civil e criminal de Portugal), a Casa de Suplicação e a Casa Cível (instalada no Porto e formada por tribunais régios que atendiam os assuntos dos civis e criminais), A mesa da Consciência e Ordens (tribunal responsável por tratar os assuntos sobre o padroado eclesiástico da Coroa, as ordens militares e universidades), instalou o Santo Ofício da Inquisição (que tinha função independente da mesa de Consciência e Ordens). Em 1591 Filipe II incorporou as inspeções financeiras, que já existiam no governo de Avis, o Conselho de Finanças (controlar os funcionários das finanças, administrar o patrimônio, além de zelar pelas questões ultramarinas do comércio real de Portugal e suas possessões). Em 1604 Filipe III criou o Conselho das Índias (que cuidaria das questões relativas a todas possessões ultramarinas, exceto as ilhas Atlânticas e presídios do Marrocos). Já o Conselho de Estado de Lisboa (consistiu em um conselho privado do rei, no qual tratava majoritariamente questões sobre política externa. Também era composto por naturais do reino luso). Ver: SCHAUB, J. *op.cit.*, pp. 27-28.

inexistência de uma autonomia absoluta de Portugal durante a União das Coroas. Algumas ações de Filipe II foram as bases para a afirmação da historiadora: Segundo ela, a nomeação de um vice-rei para Portugal por Filipe II demonstraria por si a dependência do reino às ações do monarca espanhol. O próprio monarca destacou uma pessoa da sua própria confiança para o cargo. Além disso, Laurentys pontua sobre o Conselho de Portugal, o qual se localizou em Madrid. Ou seja, o Conselho que estaria a favor dos interesses de Portugal e que em tese trataria as questões relativas ao reino tutelado pela Espanha não estava localizado em Portugal. O Conselho teria como os representantes a mesma nobreza portuguesa que negociou seu apoio à ascensão de Filipe II. Outro ponto destacado pela autora é sobre as Ordenações Filipinas, que eram as leis que davam suporte aos Conselhos do Estado e da Fazenda de todo o antigo império português. Tais leis garantiriam a consonância das ações empreendidas pelos conselhos com as posturas de Filipe II.²⁴

Com isso, a autonomia de Portugal foi parcialmente garantida em equilíbrio com os interesses de Filipe II. Pensar em tais demandas e políticas para cumpri-las era uma das tarefas do monarca espanhol. Segundo Fernando Bouza Álvares, Filipe II esperava que o processo ocorresse por meio de duas mudanças internacionais para o reino espanhol. Primeira, que as rotas de comércio e navegação fossem ampliadas para além dos limites do Tratado de Tordesilhas. O segundo seria que a união entre Portugal e Espanha possibilitasse investidas mais seguras e rentáveis para as Índias Orientais. Filipe II esperava que as duas Coroas fossem traçar esses objetivos em comum. Contudo, neste sentido as motivações para a união não foram ratificadas. Lhe parece que não chegou a acenar para uma exclusiva política internacional, mas uma agregação territorial ao reino Espanhol.²⁵

As políticas e motivações internacionais acabaram se conformando de maneira mais complexa frente à atuação de Portugal durante a União Ibérica. No âmbito interno de Portugal e Espanha foram sintomáticos os efeitos sociais. Durante o governo dos Filipes, as normatizações institucionais passaram por reformas pontuais, mas as estruturas político-administrativas foram conservadas. Com isso Jean-Frédéric Schaub chama a atenção para que “não se pode, por conseguinte interpretar todas as modificações ocorridas como outros tantos golpes dirigidos contra a integridade

²⁴ LAURENTYS, T. C. *Memória e história: o imaginário da invasão holandesa a Salvador (1624)* – Dissertação de Mestrado – PPGH/PUCRS, 2002, p. 18.

²⁵ BOUZA ÁLVAREZ, F. *op.cit.*, pp. 40-46.

jurisdicional do reino de Portugal.”²⁶ O historiador afirma que os clãs aristocráticos portugueses passaram a gozar de maior autoridade em negociações com o rei e sua “casa” do que se a Coroa tivesse permanecido titularmente em Lisboa. A historiografia analisou a união dinástica dentro de uma perspectiva de conquistas de vontades entre portugueses sob um poder “maior”, por isso deixou passar uma análise sobre o que ganhou de autonomia das casas senhoriais e pelas instituições urbanas.²⁷

A segurança de Portugal também foi um elemento dispendioso para Filipe II. Cabia ao monarca espanhol proteger suas possessões. O estabelecimento de tropas em Portugal dependia da jurisdição e finanças de Castela. Esse investimento militar teve uma dupla finalidade: além de defender Portugal, também agia frente às mobilizações anti-espanholas. Portugal usufruiu da proteção de Filipe II, que durante seu reinado constantemente preocupava-se com as investidas dos corsários ingleses e holandeses em seus domínios ultramarinos.²⁸

Por outro lado, as políticas de Filipe II também acarretaram conflitos sociais. Algumas agitações que aconteceram no Brasil tiveram influência dos impactos causados pela União das Coroas: com a união dinástica, os inimigos da Coroa tiveram mais territórios pelos quais disputarem. Atingindo o Brasil, também atingiriam diretamente o reino espanhol. Segundo o autor, as invasões acarretaram estratégias essenciais para a proteção do Brasil, como foi o caso do forte de São Luís no Maranhão em 1612. Já no Nordeste do Brasil, os holandeses ocuparam a Baía em 1624. Em 1630, Maurício de Nassau instalou-se com tropas em Pernambuco.²⁹ As invasões tanto de ingleses e até a fixação de holandeses e franceses podem ser entendidas como um dos impactos mais diretos e incisivos que a União Ibérica acarretou para o Brasil Colonial. Tais proporções modificaram e mobilizaram toda a dinâmica das localidades afetadas. O ataque dos holandeses em Olinda ameaçava toda região Nordeste do Brasil. Com isso, a ordem foi que todos pegassem em armas para protegerem seus territórios, inclusive índios, moradores, eclesiásticos e civis.³⁰

Portanto, a formação do processo de União Ibérica foi instituída frente a novas dinâmicas para o reino espanhol e para Portugal. Filipe II chegou ao trono, por meio de uma

²⁶ SCHAUB, J. *op.cit.*, p. 21.

²⁷ *id. ibid.*, p. 29.

²⁸ *id. ibid.*, p. 33.

²⁹ *id. ibid.*, pp.72-73.

³⁰ SERRÃO, J. V. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 211.

preparação diplomática da integração, antes mesmo do anúncio da morte de D. Sebastião, mostra que a perspectiva de uma união dinástica ibérica podia ser encarada como uma possibilidade, em círculos políticos profundamente inspirados pelo projecto de monarquia universal católica. Os representantes dos diferentes corpos da sociedade portuguesa só aceitaram prestar-se à cerimónia da união voluntária em troca de poderosas garantias. Por um lado, um dispositivo institucional restritivo garantia a completa imunidade jurisdicional do reino de Portugal relativamente a toda a jurisdição castelhana, e por outro, nobreza, clero e oligarquias urbanas tinham a oportunidade de negociar a confirmação e o acréscimo dos seus privilégios e benefícios.³¹

Frente a conjunturas distintas, Filipe II teve que agir com políticas já em curso durante o reinado de Avis. A sua manutenção no reino contou com sua negociação: “se a época dos três Filipes constitui para Portugal um breve século espanhol, não resta qualquer dúvida de que este período foi também para Castela um tempo português.”³²

Contudo, com a União das Coroas ibéricas, Filipe II assumiu a reponsabilidade das dinâmicas políticas de Portugal e de suas possessões. Neste período, Portugal empreendia a colonização e evangelização na Ásia, África e no Brasil. Com isso, ampliaram-se os desafios do novo monarca que uniu as Coroas católicas.

2.3 A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO BRASIL NO GOVERNO DE FILIPE II

Os anos entre 1579-1580 foram marcados por severos conflitos ocasionados pelas invasões de corsários e franceses no Brasil. Durante a administração do Governador-Geral D. Luís de Brito de Almeida (1572-1578) ocorreram sucessivas investidas dos franceses em busca de pau-brasil. As terras do Rio Real tiveram ocupação francesa, a qual conformou uma povoação junto ao rio. Já o governo de Lourenço da Veiga (1578-1581) foi justamente o período de transição que conformou a união das Coroas ibéricas. Com isso, a partir de 1580 os territórios correspondentes de Portugal respondiam ao rei Filipe II da Espanha. Em 1579, os portos do Brasil tiveram a presença marcante dos franceses. Os invasores se encarregavam de usurpar mercadorias. Neste período, onze navios franceses quase fugiram com artigos estimados em grande

³¹ SCHAUB, J. *op.cit.*, p. 51.

³² *id. ibid.*, p. 37.

valor, mas foram interceptados por portugueses. Três embarcações francesas voltaram ao Brasil em 1580, as quais foram submetidos e forçados a saírem da localidade do Guanabara onde se encontravam. O Rio de Janeiro também foi ameaçado em 1581, contudo, os franceses fracassaram em sua tentativa. Na região da Paraíba, os franceses chegaram a se instalar e montaram um fortim. A base servia para o carregamento de pau brasil. Contudo, o fortim foi atacado pela armada do capitão Frutuoso Barbosa que, a caminho de Pernambuco, se deparou com várias naus francesas. No período que preconizou a união das Coroas ibéricas, o Brasil vivia um momento de grandes conflitos. Com isso, uma das maiores preocupações era manter o Brasil intacto de invasões estrangeiras. As invasões não eram novidade no Brasil Colonial, mas entre o período de 1578 -1580, se intensificaram, já que nesse período outros países lograram tardiamente seu lugar no processo de expansão marítima.³³

O Brasil, dentro do império da Coroa portuguesa, tinha algumas especificidades. Destaca-se principalmente no que diz respeito aos portugueses que vinham para o Brasil. Em um panorama geral do reinado da Coroa portuguesa, o Brasil teve algumas funções. As terras para além do Atlântico carregavam a estirpe do degredo por excelência. A maior parte da população branca que veio para o Brasil foi em função do degredo. A vinda de degredados para o Brasil foi largamente criticada por Mém de Sá e Duarte Coelho, que foram governadores-gerais do Brasil no período entre 1553-1578. Segundo essas autoridades, os degredados não tinham outra função além de disseminar o caos. Contudo, o “tipo de gente” dos degredados oferecia condições para que o trabalho de desbravar as novas terras fosse feito. Ou seja, neste sentido, a alta nobreza de nada serviria para cumprir necessidades da Coroa portuguesa. Os indivíduos transgressores dos valores cristãos teriam sua redenção, ou seja, seria no degredo que poderiam prestar serviços a favor de Deus. Dentro das políticas de D. João III podemos compreender que o Brasil tinha lugar específico dentro da Coroa portuguesa, além disso, que o degredo tinha função específica para nutrir o papel do Brasil no panorama do Globo.³⁴

No que diz respeito à forma político-administrativa do Brasil Colonial o Governo-Geral foi estrutural para garantir a organização e centralização da administração colonial. Instituído por D. João III em 1549, teve como base a

³³ HOLANDA, S. B. de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I.Tomo I... pp. 183-186.

³⁴ *id. ibid.*, pp. 134-135.

sistematização de funções para bem governar as capitanias fundadas em 1532. Para a administração do Brasil foram delegados o Governador-Geral (Vice-rei), o Provedor-mor, o Capitão-mor e Ouvidor-mor. Para cada capitania, o rei ratificou agentes administrativos, capitães-mores, vereadores, juízes auxiliares e organizações, tais como as casas, conselhos e juntas municipais. Raymundo Faoro observa que “o Regimento de Tomé de Sousa fixa a dicotomia entre Governo-Geral e Governo Municipal, com funcionários próprios de uma e de outra circunscrição”.³⁵ O documento de D. João III para Tomé de Sousa propõe uma organização local e outra geral para o Brasil. Essa organização aproxima-se mais de uma proposta de centralização da Coroa portuguesa do que propriamente de uma jurisdição dicotômica, tal que D. João III no Regimento de Tomé de Sousa reitera que,

quando assim fordes correr as ditas Capitanias, irá convosco Antônio Cardoso de Barros, que envio por Provedor-mor de minha Fazenda às ditas terras do Brasil. E em cada uma das ditas Capitanias, vos informareis se há nelas oficiais de minha Fazenda, e por que Provisões servem; e não os havendo, vereis se são necessários; sendo, os proveis com parecer do dito Provedor-mor de minha Fazenda, para que sirvam até eu deles prover.³⁶

As visitas e outras interações de notificações e comunicações com diversas Capitanias entre o Capitão, o Provedor-mor e o Governador estão previstas nos planos de D. João III. A interação entre as Capitanias foi um elemento norteador, prevista no documento de Tomé de Sousa, e reafirma a preocupação do monarca lusitano em não deixar brechas na administração. Existe um consenso historiográfico sobre o objetivo do Governo-Geral como elemento unicamente centralizador das políticas de D. João III. Contudo, deve-se considerar que o Governo-Geral no Brasil nunca tenha conseguido efetivamente cumprir um papel centralizador. A preocupação de um projeto político-religioso de D. João III demonstra que somente um aparato do governo não lograria a unificação do Brasil.³⁷

³⁵ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p.172.

³⁶ REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548. In: INÁCIO, I. C.; LUCA, T. R. de org. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993, p. 50.

³⁷ HOLANDA, S. B. de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I.Tomo I... p. 124.

Para Luiz Antonio Sabeh, a proposta do Governo-Geral estava intimamente relacionada ao novo modo de governar de D. João III, um projeto que consistiu em princípios tomistas de construir uma administração dentro de formulações políticas e religiosas do século XVI:

povoar as capitanias, construir fortaleza e prover a justiça na região são indicativos do intuito de D. João III de garantir a manutenção do seu domínio. Este, no entanto, não estava desassociado da sua obrigação de exaltar a fé, medida que garantiria a preservação do bem comum dos seus súditos.³⁸

Portanto, o Governo-Geral tinha um aparato distinto da administração de carácter privado das Capitania-donatárias. A força reguladora atuaria diretamente nas questões morais e estruturais do Brasil, infligiria os diversos estratos sociais e fundamentaria a centralização do poder régio.

Raymundo Faoro identificou políticas administrativas da Coroa portuguesa na Europa que foram utilizadas no Brasil. O autor observa que o estatuto do governo teve como objetivo o controle de vida local e das populações dispersas. Um prolongamento do “modelo serviria, além disso, a outro propósito, também coevo à corrente municipalista portuguesa: o povoamento com a disciplina dos moradores. Velho mecanismo de luta do rei contra a nobreza revigorava-se na colônia”³⁹ Outro propósito era frear os excessos da aristocracia em arrecadar tributos, rendas e recrutamento de soldados. Segundo o autor, “tal como nas feitorais de capitanias, quer no Governo-Geral precederam à ação e a realidade os preceitos administrativos, as vilas antecederam ao núcleo local”⁴⁰. Ademais, observa que

Portugal não buscava, na América, o reflexo de suas instituições, numa réplica nova de um reino velho – o que ele visava era o prolongamento passivo de suas instituições, armadas de poderes para criar (...) por obra da moldura jurídica, a vida política. Para essa empresa, obra da cruz e da espada, era necessário o avassalamento da economia, com o desenvolvimento pré-moldado ao plano estatal.⁴¹

³⁸ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p.137.

³⁹ FAORO, R. *op.cit.*, p. 170.

⁴⁰ *id. ibid.*, p. 170.

⁴¹ FAORO, R. *op.cit.*, p. 172.

Por definição, o Governador-Geral teve finalidade de chefe político e militar, tanto que era Vice-rei do próprio D. João III. O Regimento de Tomé de Sousa propunha ao governador atribuir as funções dos negócios de Justiça para o Ouvidor-mor e da Fazenda ao Provedor-mor. Somente o Governador-Geral podia dar licenças para construção de navios, por exemplo.⁴² Tal medida demonstrou uma característica similar ao que Raymundo Faoro aponta como uma dicotomia de Governos municipais e geral. As responsabilidades referentes a notificações e comunicação entre as Capitânicas eram exclusivas do Governador-Geral. O Governo-Geral foi um projeto sistemático que visava a conexão das ações político-administrativas. Tomaremos como exemplo a comunicação prevista pelo rei sobre a proibição de negociação de armas com os gentios e não-cristãos que consta no Regimento à Tomé de Sousa: “E este capítulo fareis apregoar em cada uma das ditas Capitânicas, e registrar nos livros das Câmaras delas, com declaração de como se assim apregou.”⁴³ Cabia ao Governador-Geral esta comunicação e integração das instruções régias gerais para as municipalidades.

Outras funções que Raymundo Faoro observa sobre o Governador-Geral são as de subordinar agentes coloniais, defesa contra os gentios e estrangeiros, disciplinar donos de embarcações e licenciar para a entrada ao sertão:

estas diretrizes, indicam a consciente e deliberada preocupação de reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo, mantendo o caranguejo agarrado a praia. A colonização e povoamento ao alcance da metrópole no sistema litorâneo.”⁴⁴

Haja vista o fracasso do empreendimento das Capitânicas-donatarias, uma nova postura de administração foi construída para o Brasil. O Governo-Geral fez parte de uma lógica de D. João III em sedimentar e manter a governança lusitana. Especificamente no Governo-Geral integrou-se o compromisso salvífico. No regimento de Tomé de Sousa, no tocante aos gentios estava previsto que

com os gentios das terras Peraçuí, e de Totuapara, e com quaisquer outras nações de gentios que houver na dita Capitania da Bahia,

⁴² HOLANDA, S. B. de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... pp. 125-128.

⁴³ REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548... p. 52.

⁴⁴ FAORO, R. *op.cit.*, p. 168.

assentareis paz e trabalhareis por que se conserve ou sustente, para que nas terras que habitam, possam seguramente estar Cristãos e aproveitá-las; e quando suceder algum levantamento, acudireis a isso e trabalhareis por as pacificar, tudo o melhor que puderdes, castigando os culpados.⁴⁵

As vilas respondiam a autoridade dos Governadores-Gerais e Capitães-mores, ratificados nas confirmações régias. Raymundo Faoro observa que com o aparelhamento militar visado pelo Regimento de Tomé de Sousa, “os senhores de engenho e os moradores se entrosavam na rede de governo, como auxiliares e agentes.”⁴⁶ Tal estrutura administrativa do Governo-Geral teve como base os princípios norteadores de D. João III. De acordo com o monarca,

(...) a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica, vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos Capitães e Oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter; e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem Cristãos; e, para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consintam que lhes seja feita opressão, nem agravo algum; e, fazendo-se-lhes, lho façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos, e as pessoas que lhos fizerem, sejam castigados como for justiça.⁴⁷

O trecho do Regimento de Tomé de Sousa compreende o complexo universo jurídico, político, econômico, administrativo e religioso que foi modificado e conduzido para o Brasil. Raymundo Faoro aponta que a conciliação da centralidade e de uma tendência regionalista foram funções públicas para se amoldar e homogeneizar o Novo Mundo.⁴⁸ Neste sentido a prática da fé católica para os administradores temporais e a repressão contra os desvios enfeixou o programa político-religioso dentro dos objetivos salvífico e centralizador de D. João III.

Na proposta de modo de reger o governo do Brasil, D. João III prevê que

⁴⁵ REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548... p. 49.

⁴⁶ FAORO, R. *op.cit.*, p. 173.

⁴⁷ REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548... p. 50.

⁴⁸ FAORO, R. *op.cit.*, p. 201.

tanto que os negócios que na dita Bahia haveis de fazer, estiverem para os poderdes deixar, ireis visitar as outras Capitánias, e deixareis na dita Bahia, em vosso lugar, por Capitão, uma pessoa de tal qualidade e recado, que vos pareça conveniente para isso, ao qual dareis por Regimento o que deve fazer em vossa ausência; e vós, com os navios e gente que vos bem parecer, ireis visitar as outras Capitánias.⁴⁹

Nestas visitas constavam a participação de gente que vos bem parecer. Nesta brecha que a Companhia de Jesus tem seu lugar resguardado. A interação frente às forças administrativas foi um âmbito de atuação da Companhia de Jesus. O Governador-Geral tinha a responsabilidade de fazer “declaração de como se assim determinou”⁵⁰ os desígnios do rei. Por isso, Tomé de Sousa visitava as Capitánias.

Em certa medida podemos compreender que a administração do Brasil do Governo-Geral depois da União das Coroas seguiu as conformações já estabelecidas pela Coroa portuguesa. No entanto, reformas estruturais de Filipe II incidiram substancialmente na lide colonial. A anexação de Portugal à Espanha não foi sentida de imediato no Brasil. Em 1580, o poder público no Brasil era ineficaz, o que tornou exacerbada a capacidade de adaptação dos colonos. Os colonos tiveram acesso a novas formas de praticarem seus anseios comerciais e econômicos, já que as administrações não os organizavam. Em análises das atas da Câmara de São Paulo, Pedro Calmon identificou que não houve nenhuma repercussão, no Brasil, a “catástrofe portuguesa”.⁵¹ A notícia chegou ao conhecimento sobre a mudança de monarca na sessão de 19 de maio de 1582 na Câmara de Salvador. A administração do Brasil continuou firmada nas políticas dos Governadores-Gerais como previsto pelo projeto político instaurado por D. João III. As discussões internas sobre a união estavam em processo de negociação na Europa.⁵² Sérgio Buarque de Holanda nos ajuda a compreender o porquê da ausência de mudanças administrativas no início do governo de Filipe II. Para o autor, o rei tinha acesso direto ao Conselho de Portugal, portanto, não couberam mudanças estruturais das autoridades do Brasil: os Governadores-Gerais foram conservados na colônia. Os representantes do Conselho tiveram negociação direta com as políticas do monarca espanhol, o que possibilitou a representatividade política no Conselho de Portugal junto

⁴⁹ REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548... p. 49.

⁵⁰ *id. ibid.*, p. 51.

⁵¹ CALMON, P. *História do Brasil*. v. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963, pp. 238-239.

⁵² SABEH, L. A. *Colonização salvífica ...* p. 221.

aos interesses de Filipe II. Portugueses e homens nascidos no Brasil desempenharam cargos administrativos na lide colonial, como o caso de Martim de Sá.⁵³

Guida Marques acena para a preocupação que Filipe II teve com a funcionalidade da administração do Brasil:

Medidas como o reforço dos poderes do Governador-Geral ou a criação do tribunal da Relação da Bahia inscrevem-se, igualmente, nesse esforço do poder régio para aperfeiçoar a administração do Brasil, visando impor, nesse território, as suas estruturas político-administrativas. No essencial, o objetivo era melhorar a operacionalidade dos meios de comunicação entre o centro e a periferia, e para atingir essa meta a Coroa recorreu a vários expedientes, entre os quais se destacaram os oficiais de tipo comissarial e as juntas.⁵⁴

Sobre a organização militar, Raymundo Faoro afirma que o particular se transformava em agente real. O regimento de Duarte Coelho em 24 setembro de 1531 e o Regimento de Tomé de Sousa de 17 dezembro de 1548 fixaram as linhas do sistema militar no Brasil. Dentro do plano de defesa do Governo-Geral, os moradores serviram como própria manifestação de proteção do Brasil e suas vilas. A estrutura consistiu nas fortalezas guarnecidas de soldados profissionais, tropas territoriais e as campanhas de ordenança. Sobre os engenhos, era previsto conter torres para segurança, fortalezas e povoações para apoiar a segurança. Os capitães, senhores de engenho e moradores deveriam munir-se de artilharia. Segundo Faoro, a integração do colono com a metrópole foi feita por meio da ordem militar, e aos negros e mestiços a prontidão para atuarem como oficiais da artilharia.⁵⁵

Para o controle da vida local e das populações dispersas, D. João III ratificou no Regimento do Governo-Geral a organização política a qual dispunha. Nos primeiros momentos, nas Vilas de São Vicente e Piratininga (Santos e São Paulo) não se criou nenhum sistema representativo; tudo ficou a cargo do instituto público.⁵⁶ Os aparatos administrativos instituídos no Governo-Geral junto à atuação da Companhia de Jesus

⁵³ HOLANDA, S. B. de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil no período dos Filipes (1580-1640). v. I. Tomo I... p. 201.

⁵⁴ MARQUES, G. *O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal*. Penélope: revista de história e ciências sociais, n. 27, p. 7-36, 2002, p. 9. Sobre as medidas comissariais Guida Marques aponta que: "A utilização de uma estrutura comissarial representa, no fundo, a opção por um novo mecanismo de comunicação político-administrativa entre o Brasil e a metrópole, opção essa estreitamente ligada à dinâmica política verificada nos territórios europeus dos Habsburgo." In: MARQUES, G. *op.cit.*, p. 11.

⁵⁵ FAORO, R. *op.cit.*, p. 222

⁵⁶ *id. ibid.*, p.172.

modificaram esquemas que já eram utilizados nas Capitâneas. Foi por meio destas bases que os mais diversos estratos sociais se adequaram, dentre eles os colonos. As ordenanças contidas no Regimento de Tomé de Sousa davam respostas administrativas que o Governador-Geral poderia munir-se. Entre as estratégias para cumprir o projeto colonizar, a

organização militar constituiu a espinha dorsal da colônia, elemento de ordem e disciplina, auxiliar na garantia da cobrança dos tributos e dos privilégios reais. O caráter, a postura vertical, os padrões europeus de ética foram infundidos pelos padres, sobretudo pelos jesuítas. Os missionários encontraram duas tarefas diante de si: a conquista espiritual do indígena e o domínio do branco – pecado sexual e escravidão do indígena.⁵⁷

Com o decorrer do governo de Filipe II, as mudanças e impactos começaram a incidir no Brasil no aspecto militar. As políticas de proteção territorial das possessões pertencentes a Filipe II foram amplamente desenvolvidas no Brasil, política que se seguiu até o século XVII. Tais ações são pontuadas em cartas enviadas de Filipe IV para os capitães donatários para que fizessem a proteção de suas capitâneas frente às invasões estrangeiras.⁵⁸ As políticas de conquista e penetração de novos territórios foram práticas próprias do governo espanhol para suas possessões da América, ou seja, faziam parte da estrutura colonizadora. Em essência foi aplicado do Nordeste as políticas direcionadas à posse territorial efetiva. Tais práticas vão ao encontro da preocupação do governo espanhol em ligar o Noroeste e Norte, além de proteger territórios que foram largamente invadidos por franceses e holandeses. O que se entende por Brasil no final do século XVI são em essência as populações no Norte na Bahia, Pernambuco e capitâneas adjacentes com pontos onde se localizavam núcleos de colonização no litoral.⁵⁹

Mais tarde, problemas da corte castelhana também afetariam a segurança do Brasil Colonial. Diversas medidas foram tomadas para atenuar conflitos advindos das invasões de outros países que se instalaram no Brasil. Uma das ações diretas da Coroa espanhola para sanar um conflito desse feitio foi a expedição de Oquendo em 1631.⁶⁰ A

⁵⁷ FAORO, R. *op.cit.*, p. 228

⁵⁸ SERRÃO, J. V. *op.cit.*, p. 223.

⁵⁹ HOLANDA, S. B. de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... p. 208.

⁶⁰ 1630 os Holandeses já tinham conquistado Olinda, o que foi um grande abalo para a Coroa, já que Olinda era um dos principais centros com riqueza e comércio. A situação foi agravada quando chegou

expedição de Oquendo teve como objetivo auxiliar nos conflitos entre portugueses e os invasores flamengos. Os diversos estratos sociais do Brasil Colonial acabaram atingidos pelos conflitos. Tal expedição, além de levar roupas para os índios, atuou para que os indígenas do Recife ajudassem os portugueses contra os flamengos. Foram inúmeros os desafios da Coroa espanhola: a falta de ajuda militar fez com que os portugueses não conseguissem se livrar dos holandeses. A Expedição de Oquendo foi considerada uma pequena vitória, mas não a solução contra os holandeses. A Coroa, por falta de recursos, se encontrava impossibilitada de armar um forte. Neste momento, o Bispo do Brasil, D. Manuel Pereira, solicitava pessoas letradas para governar os índios convertidos no Maranhão. Com a chegada de outra armada por Filipe IV que o Brasil se viu livre dos seus inimigos holandeses.⁶¹ Tais medidas e desafios enfrentados por Filipe IV nos dá mostras das ações que foram dirigidas ao Brasil durante a União Ibérica. Além disso demonstra como os conflitos no Brasil contra estrangeiros se estenderam durante a União das Coroas ibéricas.

Sobre aspectos gerais dos impactos da União Ibérica no Brasil Colonial, Guida Marques acena para mudanças estruturais e de comunicação. Pontua o desenvolvimento da economia açucareira, as expansões territoriais para o Norte, marcando a conquista do Maranhão, além da crescente influência do Brasil no império português. Sobre as políticas da Coroa de Habsburgo para o Brasil, a historiadora aponta que “os métodos e as modalidades de actuação da Coroa no Brasil decorriam de uma gestão quase sempre improvisada perante os desafios governativos que iam surgindo”⁶²

Neste sentido, cabe compreender a lógica da colonização e administração desenvolvida pela Casa de Habsburgo no Brasil. Levando em consideração as dimensões estruturais deste empreendimento, “o monarca e seus sucessores trabalharam na reestruturação do aparato administrativo da colônia, no controle de suas ações

notícias à Coroa que a Ilha de Fernando de Noronha também foi atacada pelos holandeses. As notícias sobre o bloqueio que os holandeses instauraram em Olinda chegavam de maneira crescente no reino. Com isso, o Conselho de Estado de Portugal informou a Filipe IV sobre a situação conflituosa que se encontrava no Brasil e da necessidade de se enviar ajuda. Tropas da Bahia foram ao auxílio das necessidades de Olinda, contudo não conseguiram sanar a ocupação holandesa. Toda a região Nordeste estava ameaçada com a possibilidade de conquista efetiva que os holandeses poderiam lograr. No mesmo ano foi enviado de imediato a Olinda D. Antônio de Oquendo, que foi uma medida emergencial de Filipe IV para que conseguisse recursos para formar uma armada que fosse ao socorro do Brasil. Em 1631 Filipe IV solicitou ao reino o pedido de auxílio material de dinheiro e mantimentos para a armada que iria para o Brasil. Em 5 de maio de 1631 partiu para o Brasil a Armada de Oquendo, chegando na Bahia em 11 julho. Com o sucesso da Armada de Oquendo Filipe IV enviou outra armada que pôs fim em 1632 a ocupação holandesa no Brasil. Ver: SERRÃO, J. V. *op.cit.*, pp. 212-220.

⁶¹ SERRÃO, J. V. *op.cit.*, p. 212-217.

⁶² MARQUES, G. *op.cit.*, p. 25.

religiosas e na ocupação de regiões com potenciais estratégicos de defesa de incremento de suas atividades econômicas.”⁶³

Podemos observar uma diferença das políticas inicialmente transpostas para o Brasil no governo lusitano. O aparato de administração política e religiosa para a efetiva colonização foi desenvolvido por D. João III 34 anos após a chegada dos portugueses no Brasil. Na América do Sul observamos políticas de desenvolvimento de engenhos e extração de produtos. Mais tarde, Filipe II encabeçaria a administração deste mesmo projeto político de D. João III. O que queremos demonstrar por meio dessa reflexão é que, entre lusos e castelhanos, temos planos colonizadores diferentes. Tal ponto não é perceptível somente na análise comparativa entre as duas estruturas administrativas. Torna-se interessante pensar os processos que os projetos colonizadores passaram, ou seja, Portugal e Espanha desenvolveram seus projetos frente às necessidades e a partir de suas experiências políticas tanto no além-mar quanto nas metrópoles. Suas formas de agir correspondem a toda historicidade da construção das próprias metrópoles. Portanto, com a União das Coroas ibéricas podemos repensar que a Espanha desenvolveu suas políticas dentro das já estabelecidas no Brasil, já que os projetos tiveram suas singularidades e foram pensados especificamente para cada região colonizada. Contudo, vimos que alguns elementos foram próprios de duas monarquias católicas do século XVI, portanto, com similitudes essenciais para levar a cabo a colonização no Brasil Colonial e também a evangelização.

⁶³ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 222- 233.

3 REORGANIZAÇÃO DAS MISSÕES JESUÍTICAS: AS ALDEIAS, AS EXPEDIÇÕES DE FRONTEIRA E PROTEÇÃO TERRITORIAL

3.1 A MISSÃO JESUÍTICA NO BRASIL

No período de União das Coroas ibéricas, a missão jesuítica já estava consolidada e contava com empreendimentos missionários sólidos na América, Ásia e África. No Brasil, a chegada da Companhia de Jesus já datava 30 anos. As proporções que o projeto evangelizador tomou estavam atreladas à Coroa portuguesa e também a sua estrutura interna. O gerenciamento da ordem inaciana esteve fundamentado nos seus documentos basilares e em uma organização hierárquica. Desde 1538, Inácio de Loyola começou a redigir o documento norteador da Companhia de Jesus, as *Constituições*.⁶⁴ A ordem começou a ganhar corpo enquanto foi preparada a *Fórmula do Instituto*, que em 3 de setembro foi aprovada pelo Papa Paulo III.⁶⁵ Após a confirmação de ordem religiosa em 1540, uma lógica jesuítica se organizou.

De maneira geral, prevalece a ideia de que a atuação da Companhia de Jesus foi empregada como ferramenta da Coroa portuguesa para exploração do Brasil. Essa ideia reduziu a ordem missionária a um suporte utilizado por D. João III na conquista de suas possessões. Neste sentido, os missionários eram agentes reais cumprindo interesses terrenos. Não são levados em consideração os objetivos da ordem. Essa ideia possibilitou pensar que o trabalho missionário jesuítico estava a serviço exclusivamente do trato com os indígenas. Contudo, a Companhia de Jesus estava inserida em um projeto mais específico de D. João III. Neste período, D. João III empreendeu no Brasil

⁶⁴ Na *Fórmula do Instituto* que foi entregue ao papa para a aprovação da Companhia de Jesus, estava prevista a escrita das *Constituições*. Inácio de Loyola começou a escrever as *Constituições* em 1547 e só foram promulgadas nas províncias a partir de 1552. Dividida em dez partes, tratava sobre as normas e precauções básicas para que um missionário fizesse parte da Companhia de Jesus. Seria nas *Constituições* que o missionário compreenderia as normas que norteavam quem poderia participar da Companhia de Jesus e as noções elementares que guiavam a missão da Companhia. Por isso, antes das *Constituições* o indivíduo que queria entrar para a ordem inaciana passava pelo *Exame*, que consistia em conhecer o aspirante a missionário e apresentar a Companhia de Jesus. Em contato com as *Constituições*, o missionário se aparelharia para as questões internas da atuação missionária, tanto individual, quanto da Companhia de Jesus como um todo, o que “é a definição da Companhia, com seu duplo fim, individual e apostólico. Nem só ativa, para servir o próximo, nem só contemplativa, para a consideração das coisas divinas. Adota-se o meio termo: ordem mista, para a maior glória de Deus.” In: LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I, Livro I, São Paulo: Edições Loyola, 2004, pp. 4-5. Devemos ressaltar que a Companhia de Jesus já estava em atuação quando os missionários tiveram contato com as *Constituições*, portanto os primeiros missionários ou passaram somente pelo *Exame* ou atuaram dentro da prática para levar a cabo seus objetivos.

⁶⁵ EISENBERG, J. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 31.

uma centralização do seu poder, comprometido com seu projeto de evangelização católico. De acordo com Luiz Antonio Sabeh, era este compromisso salvífico a funcionalidade da atuação missionária. Em todo o processo da missão algumas adaptações foram necessárias. Essas mudanças estiveram presentes até mesmo para que a Companhia de Jesus fosse aprovada no campo missionário da Coroa portuguesa. Até então, o empreendimento marítimo lusitano se baseava na conquista do Marrocos, de Jerusalém e na busca pelo reino de Preste João. O que se observa é a mudança de sentido que a intervenção da Igreja teve no campo missionário após as reformas joaninas. Agora, a proposta se baseava em salvar a alma dos desviantes do catolicismo e converter os indivíduos ao cristianismo, elementos que também estavam presentes nas aspirações da Companhia de Jesus. Dessa maneira, os missionários que estavam preparados para atuar em Jerusalém adaptaram-se para ampliar seu campo de atuação.⁶⁶

Haja vista o fracasso do empreendimento das Capitâneas donatárias, uma nova postura de administração foi construída para o Brasil, onde o Governo-Geral e a ação missionária fizeram parte da lógica de D. João III em sedimentar e manter a governança lusitana. Não foi à toa que a Companhia de Jesus chegou ao Brasil junto com o Governo-Geral, representado por Tomé de Sousa. Especificamente no Governo-Geral integrou-se o compromisso salvífico. Até 1580, a Companhia de Jesus viveu um período de privilégios. Percebe-se, sobretudo, que as políticas da Coroa portuguesa ornamentaram a ordem missionária com todos os aparatos de modo a tornar possível sua atuação. Essa ferramenta para a efetiva ação missionária foi perceptível pelos bens materiais e campos aos quais a ordem tinha acesso. Desde a criação da ordem, em 1534, políticas demonstraram o favorecimento. No período regencial de D. João III, propriedades foram confiscadas de outras ordens e demarcadas ao poder dos jesuítas. Também foram doadas quantias para a manutenção dos colégios. Os inicianos ganharam espaço na corte, e, além de construírem colégios e zelar pela evangelização, também se dedicavam como confessores dos reis. D. Catarina d' Áustria (1557-1562) e D. Henrique (1578-1580) tinham como confessores padres jesuítas. Durante a regência de D. Catarina d' Áustria, os jesuítas ganharam o direito do padroado em diversas igrejas de Portugal. A interação entre o poder papal e real proporcionou aos missionários o favorecimento e reconhecimento das potencialidades da ordem. No governo de D. Henrique, as políticas voltadas aos jesuítas possibilitaram autonomia aos reitores para

⁶⁶ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p.73

garantirem o funcionamento dos colégios na Europa⁶⁷, além da exclusividade de atuação e da construção de bens temporais no Novo Mundo.

Esse favorecimento se estendeu à outras possessões da Coroa portuguesa. A ordem jesuítica foi a única autorizada a atuar na evangelização das possessões ultramarinas de Portugal. Para que fosse concedida uma obra tão grande nas mãos de uma ordem missionária, interesses em comum eram partilhados. Segundo Luiz Antonio Sabeh, a Companhia de Jesus nutria posicionamentos que contribuía para o projeto de colonização salvífica. Essa proposta estava em curso desde as reformas educacionais joaninas e o pressuposto evangelizador e colonizador de suas políticas. Os reis lusitanos contaram com a ordem jesuítica para estabelecer o catolicismo nos espaços coloniais. Tais benefícios possibilitaram a ampliação dos bens temporais da Companhia de Jesus.

Uma das características da Companhia de Jesus que se mantém até os dias de hoje diz respeito à sua organização hierárquica. Inácio de Loyola pensou em uma estrutura de interdependência entre os membros da ordem. Desta maneira, garantiu a comunicação e coesão das ações e missões, já que estas abrangiam distâncias continentais. O Geral, Inácio de Loyola, ficou sediado em Roma, de onde comandava as demais Províncias além-mar e missões dentro da Europa. Os Assistentes (cada Província tinha um assistente) e visitadores eram os representantes do Geral. Eram eles que iam fiscalizar, orientar e acompanhar as missões. Todas informações eram reportadas diretamente ao Geral. Já os Provinciais administravam várias missões, como o caso da Província de Portugal, que era dividida em diferentes Vices Províncias na Ásia, África e Brasil. Quando as Vice Províncias tinham condições de se autossustentar eram declaradas Províncias, como foi o caso do Brasil em 1553. Quando existia um conjunto de Províncias, conformava-se uma Assistência⁶⁸. Os Superiores de missão prestavam contas ao Provincial. Portanto, antes do Brasil se transformar em Província, o Superior Manoel da Nóbrega prestava contas ao Provincial de Portugal. Dentro da Companhia de Jesus entendia-se por missão uma viagem que contava com a presença de

⁶⁷ SABEH, L. *Colonização salvífica...* p. 99-123. Desde 1547 foram construídos colégios em Évora, Coimbra, Braga, Porto, Bragança, Angra e Funchal. As universidades de Coimbra e Évora a partir de 1555 ficaram responsáveis pelos jesuítas. Não foi à toa que, em 1540, só na Espanha os jesuítas tinham 8 colégios sob sua responsabilidade. Ver: SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 416

⁶⁸ As Assistências nos séculos XVI, XVII, XVIII foram seis: de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, França e Polónia. Somente as assistências de Portugal e Espanha se desdobraram no além-mar em diversas Províncias. Por meio dessas duas assistências, a atuação da Companhia de Jesus ganhou características mundiais. Ver ornanograma da hierarquia administrativa da Companhia de Jesus (séculos, XVI, XVII E XVIII) In: SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 446-447.

um Superior. Era por meio das missões que se encontravam possíveis localidades para fixação da ação evangelizadora. Este lugar de missão era ratificado quando construía uma casa ou um colégio. Portanto, várias missões poderiam acontecer dentro de uma Província. Este esquema organizou a ação dos missionários no além-mar e na Europa⁶⁹. Paulo Assunção delineou os dois pontos de atuação dos jesuítas dentro do Império português: primeiro, a ida para o Oriente; e segundo, a assistência aos doentes no reino.⁷⁰

Quando a Companhia de Jesus chegava às terras em que iriam atuar estabeleciam-se as casas, lugar onde os padres moravam e aconteciam os primeiros passos de catequização. A chegada da ordem no Brasil ocorreu no dia 31 de março de 1549 na povoação de Pereira, Vila Velha, onde foi celebrada a primeira missa dos jesuítas. Para a Companhia de Jesus, em um primeiro momento o Brasil era uma unidade de missão, ou seja, era condicionada à Assistência de Portugal. Junto com o Superior Manoel da Nóbrega e a armada de Tomé de Sousa desembarcaram os padres Leonardo Nunes, Antonio Pires, João Azpilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. A partir da instalação de casas e colégios, os missionários delinearam os primeiros passos para consolidar a missão. Mesmo em condições diferentes às de um colégio, ainda era feita a catequese e se ensinava a ler e escrever. Contudo, as instruções do Provincial de Portugal Simão Rodrigues era de que fosse investigada a disposição que o Brasil tinha para a construção dos colégios e recolhimento de meninos, uma orientação prática e institucional prevista nas diretrizes da ordem. Os colégios eram feitos para a própria manutenção das missões.⁷¹ Eram os locais de formação dos inacianos e neles eram ministradas aulas para aqueles que entrariam para a Companhia de Jesus. Basicamente, os colégios eram os centros administrativos: era de onde as missões se alongavam e de onde eram organizadas e planejadas no Brasil. Além disso, estabeleciam enfermarias para o cuidado com os enfermos da lide colonial.⁷²

Tomado dos princípios de Inácio de Loyola sobre os colégios, Sabeah afirma que o Geral da ordem

⁶⁹ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 87-88.

⁷⁰ ASSUNÇÃO, P. *Negócios jesuíticos*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 98.

⁷¹ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.I, Livro 1... p. 21.

⁷² A Santo Inácio de Loiola de S. Vicente, 25 de março de 1555. In: LEITE, S.S.J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – 1538-1553*. v.2. São Paulo: Comissão d IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 57.

sugeriu que os colégios jesuíticos fossem núcleos de oferta de uma educação salvífica que visava instrumentalizar o homem professo a conhecer a si mesmo e a servir a Deus, reflexo de que sua congregação tinha uma posição de vanguarda na reforma político-religiosa que envolvia a Santa-Sé e as Coroas ibéricas.⁷³

Os Colégios compunham um auxílio às necessidades do contexto. Deram conta de estratos sociais marginalizados dentro da sociedade, alocavam meninos que andavam pelos sertões, crianças fruto das mancebias e filhos de indígenas. Serafim Leite pontua que os Colégios eram munidos de partes cível e eclesiástica.⁷⁴ Segundo John O'Malley, os colégios jesuíticos eram um dos ministérios da Companhia de Jesus. A preocupação dos inacianos com a educação era singular quando comparada a outras ordens religiosas.⁷⁵ Isso nos demonstra a unidade da estrutura administrativa que os colégios representavam em diversas assistências. No Brasil, aliados aos interesses da Coroa portuguesa, se dedicavam na formação dos jovens internos e externos à ordem.⁷⁶ A missão esteve atrelada às condições do aparelho administrativo do Governo-Geral. Em 1549, os jesuítas ainda não possuíam um local fixo para atuar, pois dependiam do financiamento e ajuda da administração secular para se estabelecerem. Acolheram-se na cidade com o apoio do Governador. No mesmo ano, Manoel da Nóbrega aponta que “o Governador nos tem escolhido um bom valle para nós, parece-me que teremos agua, e assim m’o dizem todos. Aqui [Bahia] devíamos de fazer nosso valhacouto, e d’aqui combater todas as outras partes.”⁷⁷ Em um primeiro momento, Tomé de Sousa situou os inacianos em Vila Velha, mas logo foram direcionados para Terreiro de Jesus. Este local se encontrava entre a cidade e a aldeia⁷⁸ dos índios. Como vimos, a construção das casas e colégios eram o pontapé inicial para a consolidação de uma missão, postura prevista dentro das próprias diretrizes da ordem. Nos primeiros anos de missão, Manoel

⁷³ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 263.

⁷⁴ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.I, Livro 1... pp. 17-18.

⁷⁵ O'MALLEY, J. W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004, p. 36.

⁷⁶ COSTA, C. J. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o império português (1540-1599)*. 2004. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004, pp. 222-224.

⁷⁷ NÓBREGA, M. da. Para o Padre Mestre Simão (1549). In: _____. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 78.

⁷⁸ Utilizaremos aldeias para referenciar as moradias originais dos indígenas e Aldeias para os povoados jesuíticos onde viviam os indígenas.

da Nóbrega já buscava um lugar conveniente para a instalação do Colégio.⁷⁹ A fundação da cidade de Salvador já era uma realidade e a atividade missionária se estendia em São Vicente, Ilhéus, Espírito Santo e Porto Seguro.⁸⁰

Com o amadurecimento da missão, em 1551 Manoel da Nóbrega escreve ao rei D. João III um relato sobre o andamento da construção do Colégio da Bahia. No momento, o Colégio contava com a presença de cerca de 20 meninos e o Superior requereu a construção de casas para os órfãos, já que as instalações eram provisórias.⁸¹ Frente às necessidades, os jesuítas ajudaram na educação dos órfãos de Coimbra, os mancebos e filhos dos portugueses. Portanto, foram por esses caminhos que a evangelização jesuítica se consolidou nas possessões da Coroa portuguesa. A Assistência dos meninos órfãos também era uma realidade fora da Europa. Segundo Paulo Romualdo Hernandez, os meninos órfãos que vinham de Lisboa foram grandes ajudantes na evangelização de indígenas no Brasil. A Companhia tinha como princípio retirar meninos órfãos das ruas lisboetas e incentivá-los na fé católica. No Brasil, estes meninos tinham a função de ajudar principalmente na pregação. Auxiliavam nas práticas evangelizadoras, principalmente em função das canções, que tinham o poder de atrair a atenção dos filhos dos indígenas e, assim, despertar o interesse nas palavras de Deus.⁸² A atuação com os meninos indica a função salvífica e capacidade que a Companhia de Jesus tinha de usar as circunstâncias ao seu favor. Podemos perceber que a missão no Brasil criou raízes à medida que foram feitas as edificações espirituais e terrenas.

Dentro da hierarquia da Companhia de Jesus, o Brasil, em 1553, passou da condição de missão para a de Província. No mesmo ano foi fundado o colégio dos meninos de Jesus na Bahia. A missão ganhou novo patamar e Manoel da Nóbrega tornou-se Provincial. Com isso, foi atribuída a ele a organização e administração de missão que, a partir de então, seria fixa no Brasil. Desde a construção de casas até adaptações na evangelização todos eram assuntos reportados ao Provincial. Ele fazia a comunicação com membros da ordem como o Geral e os Visitadores, tanto como ao Rei D. João III e com o respectivo Governador do Brasil. Neste período, o segundo

⁷⁹ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.I, Livro 1... pp.12-13.

⁸⁰ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 232-233.

⁸¹ Carta a D. João III. In: LEITE, S.S.J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. v.2. São Paulo: Comissão d IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p.126

⁸² HERNANDES, P.R. Meninos órfãos vindos do Reino para a América Portuguesa: mestiçagem cultural. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, v.34, n.66, 2016, pp.128-130.

Governador-Geral Duarte da Costa (1553-1558) tomou posse no Brasil e a missão jesuítica se estendia na região da Vila de Todos os Santos (São Vicente e Santos).⁸³

O apoio do Governo-Geral foi fundamental para levar a cabo o projeto evangelizador no Brasil. As críticas do Bispo Sardinha⁸⁴ aos bens materiais da Companhia de Jesus evidenciam o privilégio desta dentro da lide colonial. Paulo Assunção observa que

é conveniente ressaltar que os favorecimentos cresceram na medida em que o poder real dependia da interferência religiosa junto à sociedade para garantir o domínio, tarefa que era incapaz de realizar sozinho.⁸⁵

O favorecimento da Companhia de Jesus seria um desdobramento da política da metrópole. O clero local não dispunha de benefícios tão suntuosos quanto os inicianos. As críticas feitas à Companhia de Jesus pelo Bispo Sardinha foram expressão de uma comparação entre a ordem e o clero secular. As intrigas entre o clero e a Companhia de Jesus estavam diretamente relacionadas a uma disputa por benefícios.

Certamente, a relação de interdependência ensinou tanto os inicianos a administrarem seus bens temporais, quanto o Governo-Geral encontrou na Companhia de Jesus ajuda médica e de assistência nos colégios. A administração dos colégios detinha interesses e demandas próprias de acordo com o público atendido e sua localização. Portanto, a Companhia de Jesus aprendeu com a interação com o poder temporal a administrar, mesmo tornando-se alvo de críticas dos colonos e do clero. A posse de bens materiais fazia parte do projeto da ordem para manter a missão evangelizadora.⁸⁶ Com isso, o empreendimento jesuítico ganhou força no Brasil. Em 1554 foi fundado o Colégio de São Paulo. Neste período, a Província contava com 26 missionários distribuídos em Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente e Piratininga. Os colégios para a formação dos padres em Piratininga e Bahia já estavam terminados em 1556.

⁸³ As datas fazem referência à duração dos respectivos cargos como Governadores-Gerais.

⁸⁴ Sardinha foi amplamente esperado no Brasil, mas seus posicionamentos contra os jesuítas desencadearam conflitos. Ver: LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.1, Livro 1... p.18.

⁸⁵ ASSUNÇÃO, P. *op.cit.*, p. 357.

⁸⁶ *id.ibid.*, p. 107. Ver também: FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.6

Os negócios jesuíticos eram importantes para sustentar a missão e manutenção do amparo que a Companhia de Jesus estabelecia no Brasil. Luiz Antonio Sabeh afirma que a propagação da fé foi um dos alicerces da evangelização da Época Moderna. Além disso, pauta que foi um compromisso político-religioso assumido também pelas Coroas católicas. Tal motivação estava intimamente relacionada, segundo o historiador, com a disputa dos elementos salvíficos, engendrada como aspecto fundamental das Reformas Religiosas do século XVI⁸⁷. Tal preposição avança dentro do conhecimento historiográfico, porque alguns trabalhos compreendem a missionação jesuítica como instrumento acessório a serviço dos reis católicos. Quando pensamos que a Companhia de Jesus veio ao Brasil para “amansar” os indígenas, o papel da ordem é reduzido a um aspecto, ou seja, a atuação da Companhia de Jesus se limita ao trato indígena como tema da historiografia. No entanto, a evangelização do indígena perpassava por diversas dinâmicas do Brasil Colonial, desde requerimentos feitos às autoridades do Governo-Geral, até as relações com os colonos. Portanto, o compromisso de evangelizar os indígenas foi uma especificidade dentro de um projeto mais amplo de propagação do catolicismo.

Não foram somente os negócios terrenos dos jesuítas alvo de crítica, mas também a maneira de evangelizar os indígenas. O Bispo Sardinha criticava o uso de intérpretes na confissão dos gentios, princípio que vai de encontro à maneira tradicional do sacramento. Outro ponto diz respeito a entrada dos indígenas junto com os colonos na igreja. Além disso, questiona sobre as negociações culturais, tais como utilizar-se de termos em tupi para causar uma aproximação com os dogmas católicos ou a nudez dos indígenas batizados.⁸⁸ Esses elementos criticados pelo Bispo Sardinha estavam diretamente relacionados às adaptações que os missionários tiveram que colocar em prática. Para que os indígenas fossem convertidos ao catolicismo e aprendessem a moralidade europeia foram necessárias estratégias persuasivas. A evangelização no Brasil delegou pontos centrais em que a Companhia de Jesus deveria atuar. Logo nos primeiros anos de atuação com os indígenas, os missionários destacaram práticas nativas e do colonato que deveriam ser extinguidas para que esses indivíduos obtivessem a salvação de suas almas. Esses entraves contra a evangelização foram destacados e combatidos. Os desafios que atrapalhavam a salvação de almas apontados sobre os indígenas foram a antropofagia, o paganismo, a poligamia, a nudez, a

⁸⁷ SABEH, L. A. *Missionação jesuítica...* pp. 284-289.

⁸⁸ NÓBREGA, M. Ao Padre Mestre Simão (1552). In: _____. *op. cit.*, pp. 140-143.

inconstância e o uso do caíum. Cada um desses entraves foi tratado estrategicamente pelos inacianos por meio do uso de sacramentos, sermões, pregações, canções e peças teatrais. Foram utilizadas diversas formas de convencimento para que o indígena fosse levado a se afastar de seus costumes. No entanto, a própria lide colonial deveria ser corrigida. Sabeh chama a atenção para o fato de que, pelo mau exemplo dos colonos, a corrupção do clero local esteve presente nas críticas dos missionários. Essas práticas também foram combatidas pelos inacianos. Esses costumes foram destacados como os “males da terra” e eram necessárias estratégias para modificar essa realidade colonial. Mesmo que fossem alvo de crítica, os missionários agiram e adaptaram a missão para conseguir cumprir seus objetivos. Neste sentido, adentramos em outro universo importante: a lide colonizadora. O Governo-Geral junto com a Companhia de Jesus enfeixaram forças para levar a cabo a colonização do Brasil.⁸⁹

Como observa Luiz Antonio Sabeh, sobre a forma que os colonos viviam, demonstrariam a “gravidade e grau de dificuldade que os desviantes colocavam à evangelização.”⁹⁰ Nas cartas de Manoel da Nóbrega e José de Anchieta são recorrentes os casos de mau exemplo do colonos, entre eles a mancebia, salteamento de indígenas, blasfêmias e corrupções. Os jesuítas se debruçavam sobre essas questões e buscavam maneiras de atuar contra os pecados. A prática dos colonos na lide colonial poderia incidir diretamente na manutenção da cristandade no Brasil. Portanto, a Companhia de Jesus atuou de forma a reeducar os preceitos católicos desses indivíduos.

A Companhia de Jesus estava preocupada com a construção e manutenção dos valores morais cristãos. Quando os inacianos chegaram ao Brasil, degredados, lavradores europeus e aventureiros compunham a dinâmica colonial. Nos primeiros anos da colonização do Brasil, no reinado de D. Manuel, grande parte da população branca era composta pelos degredados. “Na verdade, não cabia esperar em tão pouco tempo que o Brasil se convertesse num novo Portugal, como já havia quem desejasse”⁹¹. O perfil do colonato começou a reconfigurar-se com a produção da cana de açúcar e a exploração da mineração a uma população flutuante representada pela gente do serviço *Del-rei* que ficava temporariamente No Brasil. Grande parte do colonato era composta por portugueses. Além da armada de Tomé de Sousa, os funcionários régios, os

⁸⁹ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...*pp. 149-164.

⁹⁰ *id. ibid.*, p. 160.

⁹¹ HOLANDA, S. B. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... p. 135.

inacianos e degredados se juntaram no Brasil.⁹² Com a instituição do Governo-Geral, inicia-se a imigração de lavradores de outras regiões da Europa. Nos primeiros anos, as populações concentradas em Pernambuco aumentaram o índice demográfico populacional, além de representarem força produtiva agrícola. Com a construção mais acentuada das vilas, o perfil dos colonos começou a variar. Além dos portugueses, imigraram para o Brasil espanhóis, flamengos, italianos, alemães, ingleses e franceses.⁹³ A Companhia de Jesus zelou para criar súditos ao rei e salvar almas, norteados a combater os costumes que contradizia os valores político-religiosos, cristãos e de civilidade da Coroa portuguesa. Contudo, no Brasil, os colonos não tinham posturas que iam a favor do empreendimento jesuítico e da civilidade europeia. Para a manutenção da cristandade no Brasil tais posturas deveriam ser combatidas.

O uso dos sacramentos para remediar os entraves da evangelização foi um dos alicerces do trabalho jesuítico no Brasil. Dentro da doutrina católica, comungar o corpo de Cristo prevê uma postura de merecimento do indivíduo. No contexto do Brasil Colonial, outros sacramentos serviram como caminhos que dariam condições do indivíduo comungar de sua fé. No catolicismo, os sacramentos têm o propósito de aproximar o cristão de Deus. A Companhia de Jesus constatou no Brasil as necessidades em matéria de fé. Combater as intransigências para evangelizar requereu dos inacianos um plano de ação. Dentro dessa estratégia os sacramentos foram uma das armas de que dispunham. O modelo sacramental construiu uma dependência eclesiástica, a qual se estruturou dentro de vários níveis nas sociedades ocidentais da Época Moderna.⁹⁴ Não foi à toa que, em 1549, Manoel da Nóbrega solicita a ampliação dos poderes dos inacianos para ministrar os sacramentos.⁹⁵

Por meio dos púlpitos, os inacianos buscavam convencer os pecadores a se redimirem perante Deus em espaços onde grande parte do público era composta pelos portugueses. Em 1549 Manoel da Nóbrega relatou que

alguns blasfemadores públicos do nome do Senhor havia, os quaes admoestamos por vezes em os sermões, lendo-lhes as penas do direito, e admoestando ao Ouvidor Geral que atentasse por isso. Outro meio para solucionar a blasfêmia era a penitência.⁹⁶

⁹² LEITE, S. S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Livro I... p. 9.

⁹³ HOLANDA, S. B. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... pp. 134-138.

⁹⁴ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 170-180.

⁹⁵ NÓBREGA, M. da. Ao Padre Mestre Simão (1549). In: _____. *op. cit.*, p. 83.

⁹⁶ *id. ibid.*, pp. 80- 81.

Os púlpitos foram amplamente utilizados para combater os desvios morais dos colonos. Segundo Charlotte Castelnau-L'Estoile, as festas eram um dos principais elementos de conversão.⁹⁷

Já as Aldeias foram uma medida que buscou corrigir os salteamentos e o mau exemplo cometidos pelos colonos contra os indígenas. Eram de grande necessidade para a colonização,

porque parece que será grande inconveniente, os gentios, que se tornarem cristãos morarem na povoação dos outros, e andarem misturados com eles, e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-se de sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem Cristãos morem juntos, perto das povoações das ditas Capitânicas, para que conversem com os ditos Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé.⁹⁸

Este trecho faz parte do Regimento de Tomé de Souza. O documento previa as ações que o Governador Geral deveria fazer no Brasil. Neste sentido, a necessidade em criar espaços específicos para os indígenas também era um plano político da Coroa portuguesa. A Companhia de Jesus se dispôs a colocar em prática as Aldeias, onde se juntariam os indígenas, a qual garantiria relativa distância do mau exemplo. Possibilitou ao Governo-Geral dispor de maior coesão política, já que os conflitos entre indígenas e colonos seriam amenizados pelo menor contato entre eles. Luiz Antonio Sabeh compreende que as Aldeias surgiram como uma medida prática para afastar os indígenas dos padres seculares e colonos. As Aldeias eram estabelecidas em lugares estratégicos entre uma vila e outra tribo para prestar assistência aos indígenas e para os colonos.⁹⁹ Instituídas as Aldeias, o contato entre indígenas e colonos era menor. Portanto, foi uma medida contra o assassinato de indígenas, contra a mancebia e os salteamentos. O Governo-Geral legitimou a Aldeia como ação prática colonizadora quando foi promulgado o Estatuto da Aldeia em 1558 por Mem de Sá. Segundo Serafim Leite, o projeto de Aldeias teve o apoio moral e material do Governador. Para o autor, os jesuítas fundaram nas Aldeias o governo temporal. Levado pela influência de Nóbrega, Mem de Sá deu a estas Aldeias regalias quase municipais. A organização

⁹⁷ CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006, p. 511.

⁹⁸ REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548... p. 54.

⁹⁹ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 185-187.

administrativa das Aldeias era composta pelos meirinhos e capitães subordinados aos padres. Esses agentes tiveram como responsabilidade fiscalizar e proteger os ameríndios, além de negociar sobre os conflitos com os colonos. De acordo com Charlotte Castelnau, os padres da Província procuraram adaptar seus métodos de evangelização. Segundo a autora, fixar as missões em Aldeias causou um dissenso até mesmo dentro da Companhia de Jesus, já que não estavam previstas na *Constituições*.¹⁰⁰

A Companhia de Jesus atuou na pacificação de territórios e conflitos. Em 1560, durante o governo de Mém de Sá, a atuação dos missionários foi presente junto com as resistências indígenas no Espírito Santo, Ilhéus, Bahia e Pernambuco. Os conflitos entre nativos, colonos e intertribais acarretaram disputas tais como a dos Aymorés em Porto Seguro. Em 1560, a Província contava com 40 inacianos. Com o forte contingente missionário, em 1565, no Rio de Janeiro, os inacianos lidaram com a pacificação dos Tamoios que se aliaram aos corsários estrangeiros. Direta e indiretamente, a Companhia de Jesus se embrenhou nesses conflitos. Os missionários também estiveram intimamente relacionados com a destruição do forte de Coligny que culminou em 1567 na expulsão dos franceses da baía da Guanabara.¹⁰¹ Neste sentido, podemos perceber que a atuação da Companhia de Jesus estendia-se a favorecer interesses para a manutenção do poder espiritual e real.

Estratégias mil que vão ao encontro do que Beatriz Vasconcellos Franzen chama de prática integral. A autora aponta que os objetivos dos jesuítas se modificavam de acordo com as necessidades, contudo, o norteador era se levar adiante a obra evangelizadora.¹⁰²

Em carta de 1560, José de Anchieta relata que

a maior parte está sempre em Piratiniga, onde alguns filhos de Portugal aprendem gramática: aqui estão sempre dois sacerdotes. Padre Luiz da Grã está em Piratininga onde har muitos Portugueses com toda sua família, e aí e em outros lugares vizinhos trabalha na doutrina dos Índios, agora aqui, e em outros lugares ao derredor procurando o proveito espiritual dos Portugueses e seus escravos.¹⁰³

¹⁰⁰ CASTELNAU-L'ESTOILE, C. *op.cit.*, pp. 90-91.

¹⁰¹ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 140.

¹⁰² FRANZEN, B. V. *Jesuítas, portugueses e espanhóis no Sul do Brasil e Paraguai coloniais (1580-1640)*. São Leopoldo RS: Editora UNISINOS, 2005, p. 52.

¹⁰³ ANCHIETA, José de (1534-1597). Ao Padre Geral, de S. Vicente, a 1 de junho de 1560. In: _____. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 170.

Já as idas dos missionários nas aldeias tiveram características frente às ações político-administrativas, como de fé, conforme aponta Sabeh:

essas expedições evangelizadoras autônomas (isto é, sem a sua associação àquelas promovidas pela Coroa), tinham o apoio das autoridades régias porque, por um lado, o Governo-Geral também fundamentava-se em diretrizes religiosas; por outro, porque interessavam à Portugal também em função dos resultados práticos que a conversão dos nativos produziam à lide colonial: promovia a pacificação dos indígenas resistentes à presença do homem branco e garantia um mapeamento do território em processo de ocupação, o que norteava a abertura de novas áreas produtivas e mesmo a definição de novas políticas colonizadoras¹⁰⁴

Luiz Antonio Sabeh observa que a Companhia de Jesus e o Governo-Geral não compartilharam somente maneiras de atuar, mas objetivos comuns. As expedições foram um dos aparatos administrativos utilizados pela Companhia de Jesus. Foram nas viagens que reconheceram seus desafios evangelizadores e estreitaram relações com os colonos e indígenas, além de apontar potencialidades territoriais.¹⁰⁵ Tais ações, pontuais dentro de um projeto político-religioso, no entanto, não negam os dissensos entre as ações missionárias e do Governador-Geral. Baseou-se na interação de duas instituições as quais agiram dentro das suas possibilidades, costurando interações colonizadoras e evangelizadoras

3.2 MISSIONAÇÃO ALIADA ÀS PREOCUPAÇÕES DE FILIPE II

Em 1580, com a União das Coroas ibéricas a atividade jesuítica ganhou novos matizes. Neste período, José de Anchieta já era o Provincial da missão desde 1577. Filipe II autorizou que outras ordens religiosas além dos jesuítas evangelizassem no Brasil. Jorge Souza afirma que a abertura para novas ordens religiosas atuarem indicou o processo de institucionalização das políticas espanholas na possessão. Com isso, Filipe II garantiria o controle das instituições religiosas que atuavam no Brasil. Assim, o

¹⁰⁴ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p.142.

¹⁰⁵ *id. ibid.*, pp. 141-142.

monarca cumpriria seu acordo feito nas Cortes de Tomar de manter a política salvífica de D. João III.¹⁰⁶

Teoricamente, Filipe II também se preocupava em resguardar a autonomia de Portugal, que foi requerida nas Cortes de Tomar. Em suma, as cortes ratificaram a importância de garantir que Portugal mantivesse sua estrutura político-administrativa e tivesse seus interesses particulares resguardados. Em 1581, em Tomar, foi discutida a situação fiscal e o modelo governativo da Coroa portuguesa, que em tese seria mantido. Contudo, segundo Roseli Stella, a estrutura do governo português foi assegurada, mas teve suas políticas voltadas para cumprir os interesses espanhóis.¹⁰⁷ Para executar as exigências das Cortes de Tomar foi criado em 1582 o Conselho de Portugal. Este Conselho teria o propósito de representar os interesses lusos e garantir a autonomia lusitana frente às políticas administradas por Filipe II. Contudo, todas as decisões firmadas pelo Conselho eram submetidas ao rei, o que, de qualquer maneira, condicionava as decisões ao poder espanhol.¹⁰⁸ Neste sentido, Filipe II não arriscaria a perda de seus territórios e aqueles recém conquistados.

Com a abertura do campo missionário para outras instituições, Filipe II poderia controlar e garantir outras forças de atuação missionária além da Companhia de Jesus, que era privilegiada pela Coroa lusa.¹⁰⁹ Ou seja, descentralizar a missionação no Brasil e distribuir o cargo para outras ordens religiosas que respondiam ao monarca espanhol. Neste sentido, podemos pensar que a instituição do Santo Ofício também foi promulgada para equilibrar o poder da Coroa espanhola frente a Coroa lusa. O Santo Ofício, a Companhia de Jesus e as demais ordens religiosas atuaram em consonância com essa lógica de pensamento da Época Moderna. A instituição do Santo Ofício estava diretamente relacionada aos ditames da Casa de Habsburgo. As visitas no Brasil ocorreram entre 1591 e 1595 durante o governo de Filipe II. Em 1618 e 1621, Filipe III fez com que a atuação do Santo Ofício fosse expandida e além disso instaurou um tribunal no Chile. Já em 1627, durante o reinado de Filipe IV, ocorreu a terceira visitação e a tentativa que não logrou de instaurar o tribunal da Inquisição.¹¹⁰ Isso indica

¹⁰⁶ SOUZA, J. V. A. *Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa*. 2011. 325f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 54.

¹⁰⁷ STELLA, R. S. *op.cit.*, pp. 84-87.

¹⁰⁸ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 224

¹⁰⁹ SOUZA, J. V. de A. *op.cit.*, pp. 50-58.

¹¹⁰ BETHENCOURT, F. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 51-66; e PIERONI, G.; MARTINS, A.; SABEH, L. A. *Boca maldita: blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*. Jundiaí: Paco, 2012,

uma política própria dos reis espanhóis que tomou força durante a União das Coroas ibéricas para o Brasil. Mais uma medida que teve como objetivo descentralizar o poder da Companhia de Jesus.

Segundo Muñoz-Arraco, a Inquisição era uma das instituições eclesiásticas que representavam a Coroa espanhola em todas suas possessões. O Tribunal do Santo Ofício já estava vinculado ao bispado do Brasil desde 1551. Contudo, somente entre 1591 e 1593 foi que Heitor Furtado de Mendonça, visitador do Santo Ofício, conduziu a Primeira Visitação no Brasil. A comissão inquisitorial iniciou os trabalhos no dia 22 de julho de 1591 e teve início a abertura de um inquérito para apurar denúncias. Foram publicados o Edital da Fé e o Monitório da Inquisição, e por meio deles os indivíduos foram convocados a confessar e delatar desvios que estavam acontecendo no Brasil.¹¹¹ Observa-se que a ação inquisitorial esteve presente tanto no governo lusitano quanto no castelhano. Não foi de propósito que o Santo Ofício da Inquisição esteve atrelado ao Brasil desde os primeiros anos de colonização. Andriano Prospero afirma que as monarquias católicas mantiveram a atuação do Santo Ofício na Europa e nas suas possessões ultramarinas. O clero regular e secular, os missionários e os inquisidores constituíam uma força fiscalizadora dos comportamentos dos indivíduos. Os religiosos tinham como missão combater os hereges, blasfemadores, homicidas e desvios morais dos indivíduos. O disciplinamento das consciências dos súditos consistiu em práticas espirituais. Dentre elas, a vigia, as penitências, as orações e instituição do pecado. O objetivo era garantir posturas e autocontrole dos súditos que fossem correspondentes aos costumes do catolicismo. Desta maneira, a proposta salvífica das Coroas foi levada a cabo por meio da estrutura coercitiva, vigilante e punitiva da instituição.¹¹²

Outro motivo que pode explicar a abertura do campo missionário para outras ordens diz respeito a campanha anti-filipina do clero e dos jesuítas. Em Portugal, tais discussões eram mais efervescentes, mas acenavam para uma oposição entre as políticas estabelecidas também para as colônias. O clero de Portugal temia que suas regalias fossem retiradas. O governo de Filipe II poderia desorganizar a estrutura eclesiástica. Os

pp. 25-28. A quarta e última visitação do Santo Ofício no Brasil ocorreu entre 1763 e 1769, no Grão-Pará, SABEH, L. A. Colonização salvífica... p. 226.

¹¹¹ MUÑOZ-ARRACO, José Manuel Pérez-Prendes. Sobre las instituciones de gobierno de la Monarquía Hispánica en la segunda mitad del siglo XVI. *Anuario Jurídico y Económico Escorialense*, Madrid, n. 43, 2010, pp. 20-40.

¹¹² PROSPERI, A. *Tribunali della coscienza*. Inquisitori, confessori, missionari. Turim: G. Einaudi, 1996, pp. 600-649. Ver também: PROSPERI, A. *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 24.

cargos de religiosos de Portugal e a organização nos domínios portugueses poderiam ser repensados pelo monarca espanhol. Portanto, o exclusivismo de naturalidade em Portugal, que revertia a cargos e privilégio de gerenciar os reinos na evangelização, poderia ser ameaçado. Além disso, a Igreja era assegurada por privilégios jurídicos e fiscais, ou seja, direitos sobre as terras conquistadas junto com a Coroa. Em suma, o clero não pagava parte de sua renda para a Coroa. Já os jesuítas nutriram o receio que tivessem suas funções igualadas ao clero secular. Se isso ocorresse, seriam subordinados juridicamente e financeiramente à Coroa. Além disso, Filipe II negociou com nobres que não viam com bons olhos a atuação da Companhia de Jesus. Tais nobres negociantes batiam de frente com as ações protetivas contra a mão de obra escrava indígena. Portanto, esses nobres formaram um apoio a favor do monarca espanhol.¹¹³ Neste sentido, compreendemos que a descentralização da atuação missionária foi necessária para a manutenção do governo espanhol.

Por meio da legislação espanhola, Luiz Antonio Sabeh pontua sobre as *Ordenanzas de descubrimiento*. O historiador afirma que nas políticas espanholas o elemento religioso tinha outras funções. A evangelização perpassava pelos sentidos espirituais e se embrenhava em motivações práticas. Para Filipe II, a atuação missionária foi importante para fomentar a interação entre seus reinos. Além disso, a ampliação de outras ordens missionárias e o uso do Santo Ofício acarretaria na integração e manutenção dos domínios políticos de Filipe II. Com isso, as políticas de expansão territorial e proteção de fronteiras foram medidas práticas que os missionários começaram a desempenhar.¹¹⁴ Portanto, a missionação jesuítica é reorganizada no Brasil frente às políticas enfeixadas pela Coroa espanhola.

As *Ordenanzas de descubrimiento* não foram dirigidas ao Brasil, já que Filipe II não poderia implementar a legislação espanhola em respeito aos acordos de Tomar. Contudo, a política que o documento previa fez parte da lógica com que o monarca administrou o Brasil. O documento teve por finalidade impor novas diretrizes pertinentes às investidas de expansão territorial e foi neste sentido que o elemento religioso trabalhou durante o governo castelhano. Segundo o documento, o papel de realizar as expedições territoriais não se restringia às forças militares, mas também às ordens religiosas. A função missionária nas possessões de Filipe II incorreu com indígenas por meio da prática das expedições. Portanto, as *Ordenanzas* previam que os

¹¹³ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 201-204

¹¹⁴ *id. ibid.*, pp. 204-216.

missionários se dedicassem à evangelização e pacificação dos grupos indígenas durante as expedições territoriais. Além disso, cabia ao poder militar a proteção das ordens religiosas durante as expedições. Com as *Ordenanzas*, o elemento missionário ganhou carácter constitutivo de dedicação à pacificação e expansão territorial dentro das possessões espanholas.¹¹⁵ Como está previsto no documento, Filipe II ratifica que,

havendo frades e religiosos das ordens que são permitidas irem para as Índias que tem desejo de servir o nosso senhor, e descobrir terras e divulgar o santo evangelho para eles antes que outros se encarreguem de descobrir e eles são de licença para isso e são favorecidos e providos de tudo que é necessário para o santo e bom trabalho às nossas custas.¹¹⁶

Com este documento, Filipe II abria a possibilidade para que as ordens religiosas ampliassem sua atuação, além de garantir os recursos missionários para cumprir seus interesses de ocupação e proteção territorial. Com a impossibilidade de ratificar este documento no Brasil, Filipe II promoveu indiretamente essa lógica missionária. Não impôs a legislação espanhola, mas estrategicamente usou as políticas de Portugal de acordo com seus interesses. Em essência, o campo missionário:

da colônia e o alinhamento das atividades dos jesuítas da Província do Brasil aos ditames das *Ordenanzas de descubrimiento* eram medidas fundamentais e complementares à atuação da Inquisição na manutenção de um império ainda mais vasto do que aquele que Filipe II havia herdado em 1556.¹¹⁷

Ou seja, o próprio ato de instaurar o Santo Ofício da Inquisição, a abertura para novas ordens religiosas e o empreendimento missionário da Companhia de Jesus no envio de expedições de reconhecimento demonstra a importância que o Brasil representava para Filipe II. Segundo Luiz Antonio Sabeh,

tanto as missões organizadas pelos jesuítas de Portugal quanto as executadas pelos jesuítas da Espanha estavam voltadas ao mesmo fim: a efetiva ocupação da região, uma estratégia da Coroa espanhola para defender a atividade mineradora no Peru e que era fomentada por

¹¹⁵PADRÓN, F. M. *Teoría y leyes de la conquista*. Madrid: Cultura Hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1979, pp. 489-518.

¹¹⁶ FILIPE II. Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias dadas por Felipe II, el 13 de julio de 1573, en el bosque de Segovia. In: PADRÓN, Francisco Morales. *Teoría y leyes de la conquista*. Madrid: Cultura Hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1979, p.5. Minha tradução.

¹¹⁷ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 229.

outras iniciativas, como a criação de influência política na capitania de São Vicente e a atuação do Santo Ofício contra os bandeirantes.¹¹⁸

O fragmento demonstra vários elementos que já estavam em curso nas políticas espanholas de colonização. Além disso, aponta o interesse que Filipe II teve em utilizar as missões para proteção e expansão territorial. Por isso, Sabeh compreende que, além das motivações salvíficas e institucionais, Filipe II agiu na ação missionária porque entendia que o Brasil era importante para a manutenção e desenvolvimento em suas políticas ultramarinas na América espanhola.

De maneira prática, o interesse do monarca pelo uso das missões para cumprir seus objetivos de proteção e expansão se deu pela experiência missionária. Os missionários eram importantes para que fizessem uso da experiência com os indígenas. Caso a armada encontrasse indígenas hostis, os missionários poderiam atuar como intérpretes ou utilizar-se dos seus conhecimentos adquiridos para evitar conflitos. A experiência no trato com os nativos dos inacianos era o motivo da presença dos missionários na armada.

Luiz Antonio Sabeh afirma que a construção de casas e colégios foi essencial para garantir as expedições de reconhecimento territorial. As expedições não eram militares, mas sim religiosas. Os missionários tinham o compromisso salvífico de reconhecer territórios para expandir a missão. Quanto mais almas encontrassem, mais almas poderiam conhecer o catolicismo, o que significava para os missionários uma conquista para Deus. Outro sentido foi que essas expedições, durante a União Ibérica, estavam em consonância com as *Ordenanzas* de Filipe II. Como o monarca não poderia instituir o documento na jurisdição política do Brasil, encontrou nos missionários uma forma de levar adiante seu objetivo de expandir territórios através de missões religiosas. Além disso, Filipe II conseguiria diminuir gastos sem a presença de militares. Com isso, os missionários se dispunham a adentrar territórios e pacificar os nativos. A presença militar poderia até mesmo atrapalhar este empreendimento, justamente pelo mau exemplo dos colonos. Já os inacianos munidos do seu poder de persuasão e conhecimentos sobre a cosmogonia dos indígenas, poderiam pacificá-los. Contudo, não ocorreu uma expansão da Companhia de Jesus no Brasil, mas sim uma dispersão. Os missionários estiveram de forma crescente em territórios ainda não reconhecidos, mas a estrutura da missão no Brasil pouco se alterou. Em 1625, Antônio Vieira afirmou que a

¹¹⁸ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 256-257.

ordem tinha três colégios e seis casas. Toda a missão distribuía-se em 120 padres. Tais números correspondem à mesma configuração anterior a 1580. Portanto, não ocorreu um crescimento da missão no Brasil até 1580. Com a União das Coroas ibéricas, percebemos que a missão dispersou a favor de cumprir a expansão territorial, mas os negócios jesuítcos permaneceram sem benefícios e regalias.¹¹⁹

Mesmo com as mudanças de ampliação da atuação de outras ordens religiosas, a Companhia de Jesus tinha um diferencial que Filipe II não podia ignorar. Características que demonstravam o interesse do monarca em utilizar as missões para proteger e expandir as noções territoriais do Norte e Sul do Brasil. Segundo Luiz Antonio Sabeh, a Companhia de Jesus atuou no Brasil desempenhando o mesmo papel das ordens religiosas que foram para as regiões de domínio espanhol. Os franciscanos, dominicanos e agostinianos também davam mostras de seus conhecimentos sobre os vice-reinos que atuaram entre 1523 a 1573 na Nova Espanha.¹²⁰ Arthur Henrique Barcelos aponta que o início da ação jesuítica na América foi em terras portuguesas. Contudo, afirma que a Companhia de Jesus já estava preparada e a par das missões empreendidas nas terras espanholas e de todas as outras possessões. Dentro da Companhia de Jesus, era prática institucional o intercâmbio de informações. Com isso, as experiências vividas nos lugares de missões eram passadas para missionários de outras regiões.¹²¹ Ou seja, a própria comunicação jesuítica proporcionou que os missionários do Brasil conhecessem o trabalho missionário necessário para a Coroa espanhola.

Com isso, Filipe II contou com a empresa da Companhia de Jesus para promover e estabelecer fronteiras na América espanhola. Neste sentido, com a anexação do território do Brasil, Filipe II direcionou ao seu império os missionários inacianos para tais atividades em fronteiras.¹²² A Companhia de Jesus tinha condições necessárias para atuar nessas expedições. Desde 1549, os missionários inacianos desenvolveram atividades de reconhecimento de territórios, além da influência que desempenhavam na lide colonial. Podemos perceber que a intimidade que a Companhia de Jesus estabeleceu

¹¹⁹ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 181.

¹²⁰ *id. ibid.*, p. 232.

¹²¹ BARCELOS, A. H. F. *O mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial*. 2006. 517f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 110.

¹²² *id. ibid.*, p. 130-173.

no Brasil foi um aspecto motivador para que o monarca espanhol pudesse contar com o trabalho evangelizador e as potencialidades da ordem.

Em 1581, o monarca espanhol preocupou-se em estabelecer-se efetivamente no Brasil. Para iniciar ações na região, era necessário conhecer as bases territoriais e os potenciais econômicos. No Sul, era necessário garantir a proteção e expansão para explorar os recursos naturais e minerais da região. Foi imprescindível para o monarca desenvolver a atividade mineradora em curso no Peru. Para isso, a proteção e povoação de São Vicente e o Estreito de Magalhães eram indispensáveis.¹²³

3.3 AS EXPEDIÇÕES DO SUL

O Sul do Brasil no final do século XVI corresponde atualmente ao Sudeste do Brasil. Com a União das Coroas ibéricas, as noções de sul do Brasil foram redefinidas pela necessidade de ligar os domínios do litoral do Brasil aos da Espanha no Extremo Sul. Essa extensão territorial ligava o Rio de Janeiro, Santos, Piratininga, Espírito Santo, São Vicente até a Região da Prata com vias para chegar ao Peru. Portanto, a região que ligava o Atlântico ao Peru destaca-se pelo o que conhecemos sobre o Sul do Brasil no final do século XVI. Segundo Luiz Antonio Sabe, Filipe II e os demais monarcas espanhóis firmaram medidas para que São Vicente se tornasse um centro de defesa. Pelo Atlântico, corsários, holandeses, franceses e ingleses poderiam invadir a região mineradora do Peru. Com isso, o monarca encontrou em São Vicente a região ideal que poderia proporcionar a proteção do território. Caso a região de São Vicente estivesse preparada para lidar com as investidas inimigas, os corsários não chegariam ao Peru nem pelas vias terrestres nem marítimas. Para defender um território com os potenciais de riquezas mineradas do Peru foram necessárias medidas de proteção e ocupação. Portanto, o interesse da Coroa espanhola em ocupar e defender a região Sul do Brasil teve o intuito de impossibilitar a invasão e exploração das regiões mineradoras do Peru e Rio da Prata por inimigos e contrabandistas. As duas medidas que o historiador destaca estão diretamente relacionadas à ocupação e à proteção do Sul. Para ocupar e controlar a região, foi promovido pela Coroa o envio de colonos espanhóis. Tinham por

¹²³ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 245-257.

finalidade reconhecer possíveis potencialidades econômicas para o reino, além de denunciar a ação dos bandeirantes que capturavam indígenas e contrabandeavam ouro do Peru.

Alice Piffer Canabrava aponta que a presença portuguesa no Rio da Prata data de meados de 1584. O poderio de mercadores na região se intensificou a partir de então por meio de contratos firmados por Filipe II. A necessidade de firmar esses contratos se dava pela demanda de exploração dos minérios da região ser maior que a presença dos espanhóis. A exploração da área não era suprida com os agrupamentos humanos ali existentes. Coube ao monarca espanhol ratificar de forma legal a exploração territorial. Esses contratos entre mercadores e a Coroa não se limitavam ao Brasil e o Rio da Prata: foram feitas viagens a Goa em busca de mercadorias. A estratégia impactava diretamente em outras regiões do Brasil por meio do comércio de escravos.¹²⁴ Os contratos foram um dos mecanismos que o monarca encontrou para enfeixar na mão da Coroa espanhola a exploração territorial do Extremo Sul. Jose Viladarga afirma que ocorreu a fixação de elites espanholas em São Vicente. O esforço de Filipe II foi de ocupar a região de homens de sua confiança, assim o território com potencial aurífero estaria protegido.¹²⁵ Luiz Antonio Sabeh explica a desconfiança que pairava no monarca espanhol por meio da ação inquisitorial na região,

as visitas do Santo Ofício no Brasil, por isso mesmo, foram entendidas como medidas que tinham a função estratégica de frear o desenvolvimento da comunidade de cristãos-novos no Brasil. Isso porque, ao agir no controle da administração do império português a partir de 1582, Filipe II teve notícias de que havia um número expressivo de cristãos-novos em muitos domínios lusos na África e no Atlântico. No Brasil, eles chegavam a compor cerca de 20% da população da Bahia e de Pernambuco e ocupavam posições de destaque nesses locais: eram artesãos, pequenos comerciantes, mas principalmente senhores de engenho e importantes mercadores que contribuíam na estruturação da economia daquelas que eram as principais capitânicas produtoras de cana-de-açúcar. Em São Vicente, eram também os responsáveis por estabelecer o intercâmbio comercial entre São Vicente e a região do Prata que tanto incomodava a Coroa espanhola, já que eles usavam rotas terrestres clandestinas que ligavam São Paulo às cidades peruanas.¹²⁶

¹²⁴ HUTZ, A. Homens de nação e de negócios. Redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640). São Paulo: Intermeios, 2017, pp. 61-62 Apud. CANABRAVA, A. P. O comércio português no Rio da Prata (1580-1640). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

¹²⁵ VILARDAGA, J. C. *São Paulo na órbita do império dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, pp. 93-102.

¹²⁶ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 227.

No mapa pode-se visualizar a área onde essas rotas clandestinas se distribuíam, as quais ligavam São Vicente à região da Prata.

Figura 1: Localização do Rio da Prata



LEGENDA: Ilha Brasil na Carta de João Teixeira Albernás de 1640. FONTE: REZENDE, T. V. F. A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. Tese de Doutorado. Departamentos de História Econômica, FFLCH, USP, 2006. p. 85.

Sérgio Buarque de Holanda afirma que as ligações entre o Extremo Sul e a região da Prata culminavam no intercâmbio comercial. Portanto, a partir de 1586, os portugueses infligiam as legislações espanholas para exercer o contrabando no Prata e no Peru.¹²⁷ As políticas colonizadoras das Coroas católicas correspondiam com o compromisso salvífico e de proteção territorial. O monarca espanhol estava governando as possessões de outra Coroa, portanto, preocupava-se com suas porções territoriais da América espanhola e agora com o Brasil. Filipe II começou a agir frente aos contrabandistas portugueses que exploravam os domínios da Coroa espanhola.

No primeiro ano do reinado espanhol foi enviado para o Brasil a expedição de Diego Flores de Valdés. O comandante tinha como função relatar as potencialidades do

¹²⁷ HOLANDA, S. B. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil no período dos Filipes. v. I. Tomo I... p. 208

território e proteger o Estreito de Magalhães. O Brasil vivia um momento de instabilidade devido às invasões estrangeiras. A presença dos ingleses no Sul era constante, e por isso Filipe II ocupou-se em destacar a proteção do Estreito de Magalhães (localização no mapa da página 46) por ser uma região pouco ocupada e que possibilitava por vias marítimas chegar às minas do Peru. Sem posse efetiva, o território estava desprotegido contra ameaças de corsários. A extensão sul do Brasil serviu de porto para que os corsários se estabelecessem após saques e invasões.¹²⁸

Ele partiu de Servilha no dia 25 de setembro de 1581 com vinte e três naus, colonos e cinco mil homens para ocupar e fortificar a região do Estreito de Magalhães. Contudo, chegou no Brasil com 15 embarcações no dia 25 de março de 1582. Neste período, o Provincial da missão no Brasil era José de Anchieta¹²⁹. Em 1583, o padre informou ao Geral P. Cláudio Acquaviva sobre a chegada da armada de Diogo Flores Valdés e descreve:

numerosa e bem aparelhada, entrou neste Rio, a tomar refresco, uma armada de El-Rei Dom Filipe, que demandava o Estreito de Magalhães. Trazendo mais de dois mil homens de armas, não faltou matéria aos nossos religiosos, para se exercitarem nos ofícios da caridade. Primeira providência foi, com efeito, dispor, para os inúmeros doentes, que dela desembarcaram, os medicamentos indispensáveis para a recuperação da saúde, oferecendo-lhes antes de mais nada os auxílios conducentes do bem de suas almas.¹³⁰

Neste fragmento, José de Anchieta descreve características da armada de Diogo Flores Valdés. Além disso, aponta para a função da empreitada que seria o destino do Estreito de Magalhães. Destacam-se os serviços prestados pela Companhia

¹²⁸ VALDÉS, D. F. de. *Estrecho de Magalhães, 1583*. Dos cartas del general Diego Flores de Valdés, dando cuenta del vários incesos de su expedicion al Estrecho. Fechas em Bahia de Todos os Santos á 5 de agosto. Charcas 41, Documento 27. Archivo General de Indias, Sevilla. Carta 1 e 2. Apud. SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 221-222

¹²⁹ Em 1577 José de Anchieta foi nomeado Provincial da missão no Brasil como sede na Bahia. A aproximação de Anchieta com os indígenas foi o seu diferencial. Pelo o fator da comunicação os missionários conseguiram construir e reestabeler missões em aldeias indígenas. Estima-se que no período de seu provincialato foram fundadas Riritiba, Guaraparim, Reis Magos, Macacu, Marueri, Guarulhos entre 1579-1587). Anchieta não limitava o trabalho evangelizador com o indígena, mas também cita seu trabalho e preocupações com os colonos. Produziu diversas peças teatrais, poemas e sermões que demonstram seu conhecimento sobre as relações sociais do Brasil, desde os indígenas até Governadores. Como Provincial José de Anchieta administrava as atividades de 137 padres, irmãos e noviços. Ver: CARDOSO, A. Vida de José de Anchieta com relação ao teatro. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1977, pp. 14-24.

¹³⁰ Carta anua da província do Brasil, de 1583, do Provincial José de Anchieta ao Geral P. Cláudio Acquaviva. In: ANCHIETA, José de (1534-1597). *Cartas: correspondência ativa e passiva*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984, p. 354.

de Jesus aos doentes que estavam nas embarcações. Anchieta demonstrou de maneira prática o trabalho que os missionários desempenharam para auxiliar a medida expedicionária de Filipe II. O Provincial destaca as direções a que o trabalho missionário caminhava e até mesmo como contribuía na lide colonial. Torna-se indispensável pensar até que ponto a assistência medicinal tornou-se também um motivo para que os missionários participassem de expedições territoriais. A Companhia de Jesus tinha objetivos pontuais para participar das investidas de reconhecimento e proteção. Pelo menos é do que José de Anchieta tenta convencer. Contudo, era necessário demonstrar quais trabalhos poderiam operar para que o Geral Acquaviva aprovasse a missão no Estreito.

Não demorou para que fossem tomadas medidas para que a Companhia de Jesus ajudasse a partir de 1580. Em 1584, o Provincial José de Anchieta consulta o Geral P. Cláudio Acquaviva para juntar missionários em expedição. Utilizando-se de sua capacidade retórica de convencimento, Anchieta aponta os benefícios para que a Companhia de Jesus abraçasse as investidas expedicionárias. Acena para as proporções que a missão evangelizadora poderia tomar. A expansão das missões seria fundamental para converter um maior número de almas. Já que as armadas do Rei Católico estavam no Estreito de Magalhães e no Rio da Prata, os missionários poderiam ser patrocinados pelo rei e enviados para desenvolver a conversão nessas localidades, um desejo já ambicionado durante o provincialato de Manoel da Nóbrega. José de Anchieta cita outras regiões onde as missões também poderiam ser desenvolvidas, nas quais ficariam sujeitos à mesma jurisdição e de acordo com os propósitos que queriam estabelecer no Brasil. Percebemos que essa carta tinha o objetivo de convencer. José de Anchieta aponta os benefícios que o empreendimento traria para a Companhia de Jesus e para a salvação de almas. O Provincial acena para a possibilidade de enviar missionários para empreender missões expedicionárias junto com a armada da Coroa. Por fim, o Provincial solicita que o Geral P. Cláudio Acquaviva escolhesse os missionários aptos para tal missão.¹³¹ Em resposta, o Geral Acquaviva afirma que

muito nos agrada o zelo da congregação em promover a glória de Deus e a salvação das almas, contanto que o Senhor abra o caminho. E, desde que as coisas progridam até esse ponto e se mostre útil a ação da Companhia, ou mesmo necessária, não deixaremos de atender ao

¹³¹ Respostas aos postulados da congregação providencial do Brasil, havida no colégio da Bahia, a 8 de dezembro de 1583, dadas no mês de novembro de 1584. Do Padre General Claudio Acquaviva. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: Correspondência ativa e passiva...* p. 365

apelo da Providência. E então se decidirá se mandarão os nossos missionários e a quem ficarão subordinados.¹³²

O Geral da Companhia de Jesus responde aos anseios de José de Anchieta. Acena positivamente para a participação dos missionários na expedição. No trecho, Aquaviva abre caminhos para a promoção da missão evangelizadora. Em um segundo momento, o Geral demonstra que aprova a solicitação do Provincial, pois a Companhia de Jesus se mostra útil. Podemos perceber que a resposta nos faz compreender que a ação da Companhia de Jesus tem demanda e se mostra necessária para a Província. Ou seja, em carta, o Geral demonstra que a atuação missionária da Companhia de Jesus no Brasil tinha disposição por parte dos missionários e necessidade por parte da própria Província. Este diálogo permite compreender as instâncias de poder dentro da Companhia de Jesus. Nesse aparato da organização da missão era necessário o aval do Geral para que missionários assumissem atividades. Contudo, a carta nos parece um exercício retórico, o qual quer demonstrar a importância da Companhia de Jesus para o Brasil, importância na qual o monarca espanhol deveria investir.

Foram escolhidos os missionários capazes de cumprir tal missão junto com a armada de Diogo Valdes. O próprio bispo de Tucumã, D. Frei Francisco de Vitória, requereu a Anchieta a missão de membros da Companhia de Jesus para o Prata.¹³³ Essa solicitação do clero secular demonstra concepções de evangelização próprias da Coroa espanhola e ratificada pelas *Ordenanzas de descubrimiento*.

Diogo Flores Valdés enviou em 5 de agosto de 1583 um relatório para Filipe II composto por duas cartas onde o comandante apontava sobre os assuntos que considerou de interesse da Coroa. Nelas, destacou a importância da Costa do Brasil e a necessidade de ser povoada. O seu reconhecimento possibilitou chegar à conclusão que somente as regiões costeiras eram habitadas. Caracteriza a Costa do Brasil como “las Espaldas del Peru”. Outro propósito para a armada de Diogo Flores foi a edificação de

¹³² Respostas aos postulados da congregação providencial do Brasil, havida no colégio da Bahia, a 8 de dezembro de 1583, dadas no mês de novembro de 1584. Do Padre General Claudio Aquaviva. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: Correspondência ativa e passiva...* p. 365, p. 365.

¹³³ Os irmãos que foram para a expedição foram: Leonardo Armínio, João Saloni, Tomás Fields, Manuel Ortega e Estêvão da Grã mais sobre em: Respostas aos postulados da congregação providencial do Brasil, havida no colégio da Bahia, a 8 de dezembro de 1583, dadas no mês de novembro de 1584. Do Padre General Claudio Aquaviva. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: Correspondência ativa e passiva...* p.367.

fortes. Em São Vicente, Valdés encontrou-se com espanhóis que indicavam a existência de metais e pedras preciosas na região.¹³⁴

Segundo Arthur Henrique Barcelos, a ocupação efetiva da região platina foi pontual no século XVI. O território passou pelo período de reconhecimento. A partir do relatório de Diogo Flores é que as expedições começaram a ser mandadas para a localidade.¹³⁵ No seiscentos, teve como aspecto fundamental o duplo movimento espanhol nas regiões meridionais da América. Além disso, caracterizou-se e se consolidou a conquista sobre as populações andinas da região do Peru. O início da exploração de minério em algumas regiões próximas do Rio da Prata, Paraguai e Uruguai respondiam à jurisdição espanhola. Barcelos aponta que os interesses de colonização espanhola para a região do Rio da Prata e território da Platina ocorreu incisivamente na segunda metade do século XVI. Os núcleos estruturais estavam direcionados à região mineradora dos Andes. Mas, por que a região Platina não teve uma colonização efetiva como na segunda metade dos seiscentos? Barcelos afirma que a Coroa espanhola teve interesse em se consolidar na região, contudo, elementos estruturais a impediram de constituir-se efetivamente no território. Dentre elas, a falta de uma atividade econômica que desenvolvesse a região. Com essa atividade econômica, um aparato burocrático e administrativo acarretaria uma efetiva ocupação, contudo não foi este o caso. Outro ponto foi os poucos recursos dos primeiros colonizadores e as resistências indígenas. As grandes porções territoriais também demandavam grandes números de colonizadores, um contingente humano que a Coroa não tinha. Por fim, a conseqüente distância entre os pontos de apoio da Coroa no Peru e da região Platina impossibilitaram a colonização. Essa comunicação entre os centros coloniais prioritários com o Peru era dificultada pelo pouco conhecimento das rotas fluviais e terrestres.¹³⁶

Percebemos que, após a União das Coroas, Filipe II conseguiu sanar a dificuldade da falta de conhecimento das rotas. A disposição da Companhia de Jesus foi útil para que este empreendimento na região Platina conseguisse ser consolidado. As dificuldades enfrentadas pela Coroa espanhola pontuadas por Barcelos também

¹³⁴ VALDÉS, D. F. de. *Estrecho de Magalhães, 1583*. Das cartas del general Diego Flores de Valdés, dando cuenta del vários incesos de su expedicion al Estrecho. Fechas em Bahia de Todos os Santos á 5 de agosto. Charcas 41, Documento 27. Archivo General de Indias, Sevilla. Carta 2.

¹³⁵ Os primeiros expedicionários que fizeram parte desta etapa de reconhecimento: Estevão Fróis e João de Lisboa (1512), Juan Díaz de Solís (1516) e Fernando de Magalhães (1520). In: BARCELOS, A. H. F. *op.cit.*, p. 142

¹³⁶ BARCELOS, A. H. F. *op.cit.*, pp. 143-145.

impediram a fixação missionária na região Platina antes da armada de Diogo Flores Valdés. Contudo, o interesse de Filipe II e a disposição da Companhia de Jesus em atuarem no sul do Brasil possibilitou as expedições de reconhecimento.

Em carta de 1583, José de Anchieta dá notícias da Capitania de São Vicente ao Geral P. Claudio Acquaviva. Durante a União Ibérica, o Provincial aponta para a experiência expedicionária. Segundo o inaciano,

a essas e a outras pequenas povoações, situadas em torno, se fazem frequentes missões. Para que nelas não falte assistência dos nossos, se passam muitos trabalhos, por caminhos ásperos e silvestres, na travessia dos rios, com evidentes perigos muitas vezes da vida, de que o Todo poderoso se digna preservá-la.¹³⁷

Esse fragmento da carta de José de Anchieta nos ajuda a pensar na contribuição que a Companhia de Jesus teve para as missões de fronteiras de Filipe II. Percebe-se que a presença do jesuíta era pertinente pela sua própria experiência em desbravar. Esta carta aponta uma missão feita em outras povoações no Brasil Colonial. Contudo, foi por meio das experiências adquiridas durante essas missões pontuais que a Companhia de Jesus desenvolveu conhecimentos para pacificação de indígenas nos territórios do Brasil.

O que podemos notar dentro das dinâmicas do Brasil Colonial com as missões de fronteiras de Filipe II? Luiz Antonio Sabeh aponta para a comparação das áreas de ação da Companhia de Jesus no Brasil antes e depois da União Ibérica. O historiador afirma que houve uma dispersão da atuação missionária no Brasil justamente por conta das expedições territoriais e de reconhecimento.¹³⁸

As expedições de reconhecimento requeriam força militar, dos colonos e dos missionários. Portanto, foram grandes modificadores das dinâmicas sociais do Brasil Colonial. A junção da atuação entre missionários, colonos, indígenas e administradores da lide colonial conformaram novas formas de sociabilidades. Em carta, José de Anchieta aponta uma dessas formas de interatividade dos diversos estratos sociais. O Provincial escreveu que a nau da armada do comandante Diogo Flores foi arrastada pelos ventos junto com os militares que dentro estavam. Sem ajuda, a nau iria se destroçar caso fosse levada pelos ventos. Contudo, os indígenas se lançaram ao mar com suas jangadas. Tentariam, pelo menos, salvar os militares do naufrágio iminente. Por fim, a nau foi arrastada para o mar alto, assim fora de risco. Segundo o Provincial,

¹³⁷Carta anua da Província do Brasil, de 1583, do Provincial José de Anchieta ao Geral P. Cláudio Acquaviva. In: ANCHIETA, José de (1534-1597). *Cartas: correspondência ativa e passiva...* p. 355.

¹³⁸ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 232.

“não cessaram os mareantes de elogiar a atitude dos índios e de agradecer intensamente aos nossos, cuja atuação, para os orientar no sentido do bem, reconheceram e experimentaram.”¹³⁹ Este fragmento nos ajuda a compreender a missionação aliada às preocupações de Filipe II. Como vimos, a harmonia social era um dos objetivos da atuação político-religiosa para o Brasil Colonial. O jesuíta não deixa de mencionar que foi por meio da orientação dos missionários que os indígenas ajudaram os militares. O agradecimento dos militares na carta representa uma estrutura social importante do Brasil Colonial, onde o poder administrativo necessitava do religioso para a própria manutenção colonial.

Um dos elementos que tornou possível que os indígenas salvassem a nau de Diogo Flores foram as Aldeias. Para a Companhia de Jesus, as Aldeias foram uma medida necessária para a evangelização. O contato com os indígenas e missionários era feito por meio de missões, nas quais os padres iam até o encontro dos indígenas. Com a experiência, perceberam que ir até as aldeias nativas não era um bom método. Os inicianos passavam por grandes riscos de vida ao adentrar as matas ou até mesmo no convívio na localidade da aldeia. Além disso, a evangelização parecia não ser efetiva pela dificuldade em retornar nas terras dos indígenas, pois nesse intervalo voltavam a praticar seus costumes. Com isso, fez-se necessário conviver diariamente junto com os indígenas para que a evangelização fosse uma prática diária e efetiva. Caso contrário, os indígenas não deixariam de cometer a antropofagia, guerras e pecados da carne. Para os missionários, os costumes do catolicismo não se estabeleceriam na vida dos indígenas e seu trabalho fracassaria. Portanto, fez-se necessário modificar a organização da missão. As Aldeias jesuíticas já era um plano de D. João III. No Regimento que o monarca lusitano entregou ao Governador Tomé de Souza já estava prevista a construção de Aldeias específicas para evangelizar os indígenas. Outro motivo levantado pelos padres para defenderem a construção de Aldeias eram os salteamentos dos indígenas. Os colonos que davam maus exemplos acabavam por roubar os indígenas de suas aldeias natais para contrabandeá-los como mão de obra escrava. O trabalho evangelizador também era ameaçado por essa postura dos colonos. Os indígenas poderiam se voltar contra o homem branco e os irmãos inicianos caso desconfiassem que os mesmos

¹³⁹ Carta ânua da província do Brasil, de 1583, do Provincial José de Anchieta ao Geral P. Cláudio Acquaviva. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva...* p. 350.

pudessem roubá-los e vendê-los como escravos. Desta forma, a evangelização estaria ameaçada por conta das ações dos colonos.¹⁴⁰

As primeiras tentativas de Aldeias no Brasil datam de 1550-1552. Ocorreu forte oposição do Bispo Sardinha à forma de evangelização da Companhia de Jesus. Como vimos, o prelado tecia diversas críticas às maneiras de evangelizar dos missionários e até contra as Aldeias. As tentativas para criar novas Aldeias foram tímidas até a administração do Governador Mém de Sá. Guilherme Amaral Luz aponta a especificidade do governo de Mém de Sá,

destacam-se como características indispensáveis ao chefe a prudência, a vontade de fazer justiça e a fé no auxílio de Deus para as suas realizações devotas. (...) não há nada no épico de uma celebração da guerra indiscriminada contra infiéis ou bárbaros, mas sim da guerra como instrumento de realização da justiça divina, cujo uso correto pelo governante prudente leva ao alcance daquele que é tido como o objetivo mais alto das realizações humanas: a obtenção da glória celestial.¹⁴¹

Segundo o historiador, o governador tinha como base em suas políticas o combate contra elementos que afastavam o indígena da conversão. O “direito a guerra justa” era o norteador para conquistar a pacificação e efetiva evangelização. A guerra contra os indígenas era uma necessidade para estabelecer a paz. Além disso, essa compreensão se expandia àqueles que atrapalham ou dificultavam o trabalho de conversão espiritual dos selvícolas.¹⁴² Neste sentido, no governo de Mém de Sá podemos observar medidas pontuais para a efetiva conversão dos indígenas.

Em 1551, em volta da Bahia começou a formar-se aos poucos um pequeno espaço de catequese. Localizou-se no primeiro estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil, na Vila Velha. Aos poucos, os grupos se expandiram e logo ao lado da cidade se fixou uma Aldeia indígena. Mém de Sá frente aos pedidos de Manoel da Nóbrega estabeleceu diretrizes que deveriam ser cumpridas nas Aldeias. Os indígenas que transgrediam regras e colonos que perturbavam os indígenas seriam punidos pelos meirinhos. O meirinho ficava nas Aldeias subordinado aos padres, os quais impunham o poder legal frente aos desvios cometidos. Até mesmo um pelourinho foi construído para que soubessem que viviam na jurisdição cristã. José Anchieta informa essa legislação:

¹⁴⁰ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.II, Livro I...p. 227-260.

¹⁴¹ LUZ, G. A. *Mém de Sá: o governador dos jesuítas e as tópicas da guerra justa*. Méis (UCS), Caxias do Sul – RS, v.1, n.2, 2002, p. 268.

¹⁴² LUZ, G. A. *Carne humana: canibalismo e retórica jesuítica na América portuguesa (1549-1587)*. Uberlândia: EDUFU, 2006, pp. 261-268.

o castigo que os Índios têm é dado por seus meirinhos feitos pelos governadores, e não há mais que quando fazem alguns delitos, o meirinho os manda meter em um tronco um dia ou dois, como ele quer, não tem correntes, nem outros ferros da justiça.¹⁴³

Por volta de 1563-1564 foi necessário instituir capitães portugueses nas Aldeias. A função dos capitães eram julgar os conflitos entre indígenas e colonos, além de reestabelecer os indígenas que fugiram das Aldeias. Conflitos foram estabelecidos com a expansão das Aldeias. As atividades econômicas começaram a ser insatisfatórias para os colonos, principalmente àquelas relacionadas ao comércio de escravizados. Já que os indígenas estavam aldeados, os colonos organizaram outras formas para não perderem o comércio. Começaram a invadir tribos consideradas “bárbaras” para capturar indígenas. Além disso, os colonos estavam invadindo as terras dos indígenas que tinham ido para as Aldeias. Para justificar o salteamento de indígenas, os colonos usavam o subterfúgio de que alguns deles, antes de irem para as Aldeias, eram seus escravos. Utilizando-se deste argumento, os colonos faziam o “resgate” desses indígenas nas Aldeias, o que perturbava a tentativa de pacificação feita pelos missionários.¹⁴⁴

Diante de todos esses conflitos e das reclamações dos jesuítas, D. Sebastião proibiu o “resgate”. O Governador Mém de Sá devolveu as terras dos indígenas que tinham sido invadidas pelos colonos. Em 1572, com todo o respaldo legal, foi perceptível o aumento do poder dos jesuítas, o que inflamou mais conflitos com os colonos. Essa situação causou balbúrdia tanto no Brasil como na cúria jesuítica. O Geral da Companhia de Jesus, Francisco de Borja, proibiu os inicianos de se envolverem no poder temporal nas Aldeias e na aplicação da justiça. Esse poder dos jesuítas estava causando discórdias, já que não existia um estatuto nas Aldeias que especificava se os missionários podiam ou não agir neste sentido. Por isso, em 1574, D. Sebastião abriu uma brecha com relação ao “resgate” dos indígenas. Foi restituído que os indígenas que fossem prisioneiros de outros indígenas fossem considerados escravos e, portanto, poderiam ser comercializados. Com a proibição dos jesuítas em atuarem no poder temporal, diversas consequências estruturais modificaram as Aldeias. O cargo de meirinho foi extinguido, e além disso ocorreu um aumento da violência por parte dos

¹⁴³ ANCHIETA, J.de. Informação dos primeiros aldeamentos. *In: Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões....* p. 382.

¹⁴⁴ CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. *op.cit.*, pp. 120-126.

indígenas. Assim, acirrou-se novamente os conflitos com relação às Aldeias: houveram fortes resistências indígenas à política dos padres jesuítas nos anos 1580.¹⁴⁵

O governo de Filipe II teve início com esta situação conflituosa sobre as Aldeias. A primeira medida de Filipe II para direcionar as Aldeias para seus interesses teve início em 1587.¹⁴⁶ Contudo, os missionários já enxergavam maneiras de serem úteis. Castelnau-L'Estoile aponta que os colonos afirmavam que os jesuítas não conseguiam converter os indígenas. Os conflitos se intensificaram no Brasil. No Recôncavo baiano ocorreu uma revolta indígena nos anos de 1583 e 1584, mais conhecida como santidade do Jaguaripe. O Visitador Cristóvão Gouveia enviou um novo projeto sobre as Aldeias para o Governador Manuel Telles Barreto (1582-1587). Neste documento, o missionário afirmava a impossibilidade de se ater somente as questões espirituais dos indígenas. Era necessário que também fossem moralizados e isso contava com o poder temporal. O Governador defendeu os interesses dos colonos. Com tal apoio, os colonos começaram a se manifestar cada vez mais contra os jesuítas. Temos o caso exemplar do senhor de engenho Gabriel Soares de Souza. O colono redigiu manuscritos que acusam os jesuítas de protegerem os indígenas para que os silvícolas trabalhem para os missionários.¹⁴⁷

Em 1584, José de Anchieta dava informações sobre o grupo indígenas que viviam próximo ao Peru:

todo este gentio desta costa, que também se derrama mais de 200 leguas pelo sertão, e os mesmo Carijós que pelo sertão chegam até ás serras do Perú, teem uma mesma língua que é grandíssimo bem para sua conversão.¹⁴⁸

Ainda sobre o Sul, neste fragmento escrito em São Vicente Anchieta indica como os indígenas habitavam a região. Desde São Vicente até o Peru encontravam-se populações indígenas. O Provincial demonstra um fator prático para as investidas entre os Carijós, já que os missionários conheciam a língua desses indígenas, o que auxiliaria na conversão e pacificação. A participação dos missionários era imprescindível para adentrar tais territórios.

Em 1585, José de Anchieta informa sobre a estrutura das Aldeias e quais atividades estabelecem:

¹⁴⁵ CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. *op.cit.*, p.125.

¹⁴⁶ SABEH, L. A. *Colonização salvífica ...* p.296

¹⁴⁷ CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. *op.cit.*, pp. 113-125.

¹⁴⁸ ANCHIETA, J. Informação do Brasil e de suas Capitânicas – 1584 In: _____. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões...* p.310.

vivem [os indígenas] nas aldeias de que os nossos têm cargo, como em comunidade, em umas casas mui grandes, com um principal de sua nação a que obedecem em algumas cousas, e com viverem juntas nestas casas cento e duzentos pessoas, maridos, mulheres e filhos [...] os Padres lhes prègam nas festas principais e lhes ensinam a doutrina cristã duas vezes ao dia, pela manhã acabada a missa em português, e em sua língua, e à tarde, acabados seus serviços, o diálogo da fé e aparelho da comunhão e confissão, e todos, solteiros e casados, mulheres e meninos, respondem ás perguntas com grande candura. Os filhos do Indios aprendem com nossos Padres a lêr e escrever, contar, cantar, e falar português e tudo tomam mui bem.¹⁴⁹

Observamos que os missionários levaram a cabo os elementos norteadores do início da missão no Brasil. Conseguiram cumpri-los à medida que mudanças ocorreram na dinâmica colonial. Com as Aldeias, os missionários pensavam que conseguiriam realizar sistematicamente o trabalho de conversão. Um dos impedimentos para a ampliação das Aldeias foram as críticas do clero regular. Contudo, podemos observar neste trecho que o uso de músicas e doutrina na língua tupi foram utilizadas pela Companhia de Jesus, apesar das críticas. Contudo, se levarmos em consideração os conflitos políticos entre jesuítas e colonos no período, este relato nos parece mais uma propaganda das Aldeias para que elas continuassem nos planos da Companhia de Jesus e do governo de Filipe II.

O Visitador P. Cristóvão de Gouveia chega no Brasil em 1583 e permanece até 1589. Os Visitadores poderiam criar regras para auxiliar as missões que extrapolavam situações previstas nas *Constituições*. Agiam nas necessidades de adaptação que cada missão precisava para continuar a evangelização.¹⁵⁰ As *Regras* começaram a ser usadas em 1580 no Brasil. Segundo Charlotte de Castelnau-L'Estoile, foi o generalato do P. Cláudio Aquaviva que tornou possível mudanças internas da Companhia de Jesus. Dentre elas, a formulação de legislações específicas dos jesuítas para cada Província.¹⁵¹ Imbuído da experiência no Brasil, o Visitador notou as dificuldades que os missionários encontravam na evangelização oriundos de conflitos políticos, principalmente com relação às Aldeias. O Padre Cristóvão de Gouveia escreveu a Filipe II solicitando um posicionamento. O jesuíta pontuou a situação da Companhia de Jesus no Brasil e pediu medidas do rei. Caso não fosse atendido, iria desistir das Aldeias. Em resposta, Filipe II

¹⁴⁹ ANCHIETA, J. Informações da província do Brasil. In: _____. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões...* p. 444.

¹⁵⁰ SABEH, L. A. *Colonização salvífica* pp. 447.

¹⁵¹ CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. *op.cit.*, pp. 91-93.

restituiu a lei de 1570, que previa que os indígenas não poderiam ser mais “resgatados”. Além disso, o monarca instaurou que os padres tinham que participar das expedições de “descimento.”¹⁵² Com essa lei, as Aldeias e a missionação jesuítica ganham novos contornos no Brasil. A Companhia de Jesus, a partir de 1587, estava amparada legalmente para universalizar o cristianismo e pacificar os indígenas nas expedições. Os jesuítas alinharam sua atuação de acordo com a necessidade do monarca espanhol. As mudanças dentro da Companhia de Jesus também tornaram possível que se pudesse auxiliar neste sentido. Desta maneira, conseguiriam salvar almas em territórios que não conseguiram chegar antes, levando a cabo a evangelização para novos povos. Também poderiam refutar as críticas que os colonos dirigiam contra os missionários. Além disso, Filipe II percebeu que as Aldeias poderiam auxiliar na proteção territorial e no povoamento. Nesta ação do monarca espanhol, percebemos que inclui a responsabilidade missionária em expedições e na pacificação de indígenas. Filipe II deu o que os jesuítas queriam, mas direcionou seu aval para seu projeto de expansão e proteção territorial. Neste sentido, não só as mudanças internas da Companhia de Jesus possibilitaram mudanças na atuação da ordem, mas também percebemos que os ditames do monarca espanhol incidiram diretamente na atuação missionária.

John Monteiro aponta que durante o período de União das Coroas ibéricas ocorreram constantemente conflitos entre indígenas e bandeirantes. Esses dissensos se davam pelo rompimento da relação de trocas e permutas entre bandeirantes e indígenas. Neste período, estes bandeirantes começaram a se utilizar de força bruta para integrar os indígenas como produto na economia mercantilista que estava em curso. Essa dominação forçada acarretou a desintegração de populações indígenas, além dos conflitos incessantes nas capitâneas, o que atrapalhou as Aldeias e conseqüentemente as missões jesuíticas.¹⁵³ Essa situação nos revela um dos motivos para que Filipe II agisse no favorecimento dos inacianos com a revogação da lei. O rei percebeu a necessidade de sanar os conflitos eminentes. Compreende-se que outros motivos fizeram com que Filipe II atendesse o pedido de Cristóvão Gouveia. Diante das necessidades a Companhia de Jesus tinha duas potencialidades caras para sanar tais dificuldades. Com as missões no sertão, os missionários faziam o reconhecimento de terras. Além disso,

¹⁵² SABEH, L. A. *Colonização salvífica ...* p.297

¹⁵³ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 42-56.

essas populações serviriam de proteção junto às cidades. José de Anchieta escreve em 1582:

mas quis-lhe Nosso Senhor este ano dar a entender quão importante era ao bem comum da terra a conservação daquela capitania, terem aquelas povoações, porque, vindo ali ter três naus francesas e levando três canoas de escravos pescadores, que acharam no mar, [tendo passado] ao Cabo Frio (seu antigo covil, mas já desfeito pelo governador, que foi do sul, Antônio Salema), chegaram ao Rio de Janeiro. Mas como não achassem lá o recebimento, que esperavam, voltaram outra vez sobre o Espírito Santo. E fingindo virem de paz, vieram a concerto, mas não havendo por justas causas efeito, foi necessários vir muita gente das povoações dos índios, para a defesa da terra e, depois de descida muita, se vieram os índios pôr em cilada, junto da praia, para que, saindo os franceses, dessem neles, como deram. E mataram muitos dos que em lanchas queriam pojar em terra. E assim as naus houveram por bem partir-se logo. E fizeram tão bem os nossos índios, que não se fartavam os portugueses de os louvar, naquela presente necessidade.”...“Mas como, com o tempo, passam os apertos, tornaram-se logo a esquecer e tornam a roer o osso antigo. E esperamos, contudo, em o Senhor, que nem hão de roer, nem de engulir.¹⁵⁴

A situação das Aldeias não era das melhores. As críticas dos colonos e dificuldades de evangelização eram constantes. Contudo, José de Anchieta demonstra neste fragmento um contraponto. Essa carta direcionada ao Geral P. Claudio Aquaviva demonstra a importância das Aldeias para ajudar na proteção do Brasil e indica o quanto o trabalho missionário poderia agir a favor da Coroa para a manutenção e proteção dos territórios.

Sobre as porções do sul do Brasil, José de Anchieta, então Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, escreveu em 1583 para o rei Filipe II. Na carta, descreve a situação de alarde das populações do Espírito Santo. Segundo Anchieta, as investidas inglesas e as ameaças de invasões futuras instauraram uma situação de desequilíbrio na capitania. Com isso, o provincial alertou que deveriam ser tomadas medidas de defesa. Caso nada fosse feito, os ingleses continuariam mais fortes e assim seria impossível expulsá-los do Espírito Santo. Nesta carta, Anchieta transmite ao rei Filipe II o que, segundo o Provincial, era pedido dos moradores da capitania, que consistia na proposta que Filipe II investisse na fortificação do Espírito Santo. O Provincial chama a atenção para a necessidade de conservação de todas as capitanias do Brasil. Pedia ao monarca

¹⁵⁴ Carta ânua da Província do Brasil, de 1581, dirigida a Cláudio Acquaviva – Bahia, 1º de janeiro de 1582. ANCHIETA, José de (1534-1597). *Cartas*: correspondência ativa e passiva.... p. 316.

espanhol que fossem fortificadas e protegidas especificamente para lograr o projeto de navegação entre o Rio da Prata e o Peru.¹⁵⁵ Em suma, José de Anchieta utiliza da sua competência para comunicar ao monarca espanhol sobre as demandas locais elaboradas pelos moradores das províncias. Além disso, o provincial demonstra a necessidade das povoações fortificadas para conservar o Brasil nas mãos do monarca. Por outro lado, José de Anchieta expõe de maneira prática a conveniência em proteger as capitanias do Brasil. O Provincial lembra ao rei da dependência da segurança do Brasil para que a comunicação entre o Rio da Prata e o Peru continuasse. Por outro lado, reafirma a necessidade da segurança das capitanias expondo os benefícios estratégicos para Filipe II. Sérgio Buarque de Holanda afirma que no Brasil, as navegações entre o Rio da Prata e o Peru foram estruturais para as relações comerciais durante o governo de Filipe II. O historiador afirma ainda que a situação do Sul demonstrava como foi o estabelecimento do governo dos Filipes, uma prova das proporções do grande fluxo da conexão comercial entre Rio da Prata e Peru, onde portugueses contrabandeavam e infligiam leis espanholas.¹⁵⁶

A carta de José de Anchieta para Filipe II em 1583 demonstra a comunicação entre os jesuítas e poder político administrativo no Brasil colonial. Em carta, José de Anchieta afirma que

o governador deste Brasil, Manuel Teles, me entregou uma de Vossa Majestade, em que me manda lhe dê todas as informações e avisos necessários para aumento da conversão dos índios a nossa Santa Fé e conservação nela. Eu farei o que Vossa Majestade me manda, dando-lhe as lembranças necessárias, principalmente em coisa de tanto gosto e obrigação de Vossa Majestade.¹⁵⁷

A conjuntura da comunicação entre as autoridades político-administrativas e missionárias no Brasil Colonial acenam para estruturas que norteavam um projeto político. A Companhia de Jesus, durante seu período de privilégio, fez solicitações ao poder régio que davam mostras de informações privilegiadas sobre o Brasil. Luiz Antonio Sabeh aponta vários desses elementos, como a solicitação de contingente

¹⁵⁵ Carta do Provincial Padre José de Anchieta ao Rei Filipe II – Bahia de Todos os Santos, 7 de agosto de 1583. In: ANCHIETA, José de (1534-1597). *Cartas: correspondência ativa e passiva...* p. 337.

¹⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil no período dos Filipes (1580-1640). In: _____ (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... pp. 203-208.

¹⁵⁷ Carta do Provincial Padre José de Anchieta ao Rei Filipe II. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva...* p. 338.

humano para o Brasil, limitações no aparelho administrativo e necessidades práticas da lide colonial. Segundo o historiador,

esse modo de atuação em um período de privilégio nos revela que os missionários recorreram à estrutura jurídica e administrativa do império e se embrenharam nas políticas portuguesas desenhadas para a América a fim de elaborarem e executarem as estratégias de conversão dos ameríndios.¹⁵⁸

Tais medidas foram caras durante o governo da Coroa portuguesa. Contudo, durante o período de União Ibérica, a Companhia de Jesus continuou contribuindo na construção de estratégias para a manutenção de um império cristão. Sabeh aponta a diferença entre o método de colonização da Coroa portuguesa e a espanhola: enquanto o monarca lusitano privilegiava a construção de feitorias e domínio de rotas comerciais, o espanhol tinha outras motivações. A colonização castelhana fez uso da ocupação territorial e visava o desenvolvimento de atividades econômicas, como fez entre 1480 e 1490 nas Ilhas Canárias.¹⁵⁹

A Coroa espanhola precisava proteger o território do sul do Brasil. Era imprescindível que os territórios não servissem de portos para corsários. Além disso, os inimigos estrangeiros estavam adentrando o Peru pelo Estreito de Magalhães. Ocupar São Vicente e formar um contingente humano de proteção contra as rotas até o Peru e o a região da Prata também foi uma das preocupações no monarca. Filipe II precisava agir e assim fazer uma frente de conexão entre o sul do Brasil e o Peru. Em suma, a Coroa espanhola precisava estabelecer o comércio e aproveitar o potencial minerador do território. Para isso era necessário conhecer e proteger. A Companhia de Jesus tornou possível as expedições de reconhecimento de territórios pela sua experiência na pacificação dos indígenas hostis. Os aldeamentos foram pontos estratégicos para proteção do litoral do Brasil que contavam com a força militar dos indígenas. Com isso, podemos medir as conquistas empreendidas dentro do campo missionário e a tentativa da colonização no Sul durante a União das Coroas ibéricas. Lembrando que no Sul ocorreu uma dispersão da ordem e não uma fixação de missões com Aldeias, casas e colégios. Somente as Aldeias da Lagoa dos Patos, de Laguna e do Caibi tiveram a assistência dos missionários do colégio do Rio de Janeiro. Contudo, o projeto de

¹⁵⁸ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 197-198.

¹⁵⁹ *id. ibid.*, p. 205.

expansão não foi efetivo em toda a porção sul.¹⁶⁰ Por isso, podemos medir somente as tentativas de empreendimento missionário nesta região.

3.4 OS EMPREENDIMENTOS TERRITORIAIS NO NORTE

A Coroa espanhola também reconheceu potenciais de valor na região Norte do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda indica que a partir do Norte se impôs a necessidade de conquista e expansão durante a União Ibérica. Especificamente a região Noroeste teve posse efetiva de estabelecimento e proteção territorial. A presença dos franceses foi constante na região. Já no Nordeste desenvolveu-se um grande centro de ocupação nas regiões do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco. No início do século XVII, já havia a comunicação entre o litoral para o interior com faixas de ocupação até a Amazônia e já se viajava por terra entre Pernambuco e Bahia.¹⁶¹ Contudo, o interesse da Coroa espanhola em estabelecer políticas de povoação no Norte teve motivações pontuais:

havia necessidade natural de uma penetração para o Interior. Era mister ainda incrementar o povoamento da Colônia. Esta expansão e a penetração e ocupação efetiva que ocorreu posteriormente tiveram suas bases no movimento de conquista iniciado no período dos Filipes.¹⁶²

A presença dos corsários franceses e holandeses era constante e poderia colocar em risco o poder da Casa de Habsburgo. Neste sentido, a ocupação do Norte era imprescindível para expulsar os estrangeiros e possibilitar a exploração dos potenciais econômicos da região. A Coroa portuguesa fizera tentativas anteriores para reconhecer e povoar estes territórios, contudo, os conflitos com indígenas sempre estavam presentes. Filipe II e seus sucessores pensaram na lógica de ocupação para assim defender seus territórios. Era necessário estabelecer cidades e a presença contínua de colonos nessas localidades para que fossem possíveis as campanhas de reconhecimento e consequente exploração de recursos naturais.

¹⁶⁰ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 282..

¹⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil no período dos Filipes (1580-1640). In: _____ (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... pp. 203.

¹⁶² *id. ibid.*, p. 208.

Ricardo Batista de Oliveira pontua a relação que o governo da Coroa portuguesa teve com flexibilização dos limites territoriais durante a administração de Vasco Fernandes Coutinho em 1564. Ricardo Batista usa o caso do Espírito Santo, contudo demonstra as estratégias em curso e a situação de exploração das potencialidades do Brasil. Aponta que o processo de aliança entre indígenas e donatários proporcionava o aumento da produção agrícola e das atividades militares. As Aldeias¹⁶³ jesuíticas eram um dos elementos responsáveis por essa associação entre indígenas e portugueses não só para os benefícios dos portugueses, já que os indígenas também se refugiavam em Aldeias para buscar proteção contra as guerras e o cativo. Contudo, a resistência dos Aimorés ao norte do Espírito Santo causava instabilidade e dificuldades de manutenção para as populações litorâneas. Ao Sul, os Goitacás representavam ataque a qualquer investida portuguesa. O historiador afirma que mesmo com os núcleos populacionais indígenas existia uma distância significativa do interior do continente em meados de 1570. Os recursos naturais, como metais, pedras preciosas, madeiras de lei e as drogas do sertão¹⁶⁴ eram exploradas em pequena escala.¹⁶⁵ Esse foi o panorama que Filipe II encontrou com relação a exploração comercial. Haja visto que a restituição da lei de 1570 dos “resgates” teve como condição a participação dos missionários nas expedições de “descimento”.¹⁶⁶ Essa medida agiu frente a necessidade de explorar as drogas do sertão e explorar novos territórios.

Segundo Synezio Sampaio Góes Filho, foram as drogas dos sertões a base para o estabelecimento de missões.¹⁶⁷ Fragozo aponta que no século XVIII os aldeamentos eram centros onde se desenvolviam, além da evangelização, as atividades econômicas. Dentre eles, os próprios colégios e residências, além da criação de gado e o controle do comércio das drogas do sertão.¹⁶⁸ Observa-se uma mudança de realidade no que diz

¹⁶³ Estima-se a existência de seis Aldeias construídas e habitadas na região do Espírito Santo no final do século XVI, dentre elas: Aldeia Nova (hoje Aracruz), Nossa Senhora da Conceição (hoje Serra), Reis Magos (Nova Almeida), São João, Nossa Senhora da Assunção (Anchieta) e Aldeia dos Índios/ Vila dos jesuítas (Guarapari). Ver: OLIVEIRA, R. B. D. *Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII*. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, 2014, p. 220

¹⁶⁴ Essencialmente as drogas dos sertões comercializadas eram produtos tal como o cacau, a borracha, a castanha, a baunilha, a canela, cravo, salsaparrilha, o breu, as resinas, a quina.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, R. B. D. *Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo...* p. 220

¹⁶⁶ SABEH, L. A. *Colonização salvífica ...* p. 297

¹⁶⁷ GÓES FILHO, S.S. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001, p. 167-178.

¹⁶⁸ FRAGOSO, F. H. Os aldeamentos franciscanos no Grão- Pará. In: HOORNAERT, E. (Org.). *Das Reduções Latino-Americanas às Lutas Indígenas Atuais*. São Paulo; Paulinas, 1982, v.3, p. 56.

respeito a distribuição das missões jesuíticas e da expansão territorial entre 1564 até o final do século.

Além das donatarias de cada capitania, percebemos ditames do governo de Filipe II que incidiram diretamente na exploração territorial do interior. Em carta de 1584, José de Anchieta escreveu sobre as missões de atendimento aos escravos e indígenas na região da Bahia. Durante a Visitação de Cristóvão Gouveia foi solicitado que dois sacerdotes visitassem as fazendas, os engenhos e as paróquias do Recôncavo,

o método empregado nessas missões é o seguinte: reunidos em um mesmo sítio índios ou africanos, ensinar-lhes, com explicações, a doutrina cristã, batiza-los, ouví-los em confissão, tirá-los do concubinato para atá-los com as leis do matrimônio; que é trabalho nesta província diário, utilíssimo e indispensável.¹⁶⁹

O pedido do Padre Visitador demonstra mudanças de atuação da Companhia de Jesus frente as novas necessidades. Os contratos entre mercadores e Filipe II não se limitavam ao Extremo Sul do Brasil. Alice Piffer aponta que ocorreram contratos para o abastecimento de mão de obra escrava nas colônias da América. Esses escravizados eram distribuídos em diversas regiões do Brasil.¹⁷⁰ Os contratos de Filipe II impactaram a lide colonial e Companhia de Jesus não esteve alheia a mais esse ditame do monarca.

A estratégia de estabelecer pontos populacionais já era utilizada pela Coroa castelhana na América espanhola. Portanto, já era uma política institucional da Casa de Habsburgo. Prevista nas *Ordenanzas de descubrimiento*, a ocupação territorial estava atrelada com a atuação das ordens religiosas para agirem como pacificadoras entre os colonos e grupos indígenas.¹⁷¹ O documento previa que

a principal orientação era que os colonos erguessem povoados em locais estratégicos para facilitar o desenvolvimento de atividades de subsistência, de comércio, de administração e, principalmente, de defesa. Sugeria-se, por exemplo, que eles não fossem construídos em locais muito altos ou muito baixos e que não fossem litorâneos, por duas razões: por ser menor a área de plantio em cidades à beira-mar e para que sua população não ficasse vulnerável aos ataques corsários.

¹⁶⁹ ANCHIETA, José de. Carta Anua de 1584, ou breve narração das coisas atinentes aos colégios e residências, existentes nesta província do Brasil, Bahia, 27 de dezembro de 1584. In: ANCHIETA, José de. *Cartas*: correspondência ativa e passiva... p.373

¹⁷⁰ HUTZ, A. Homens de nação e de negócios. Redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640). São Paulo: Intermeios, 2017, pp. 61. Apud. CANABRAVA, A. P. O comércio português no Rio da Prata (1580-1640). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

¹⁷¹ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 238.

A construção de núcleos no litoral só deveria ser feita caso houvesse a necessidade de se erguer fortalezas de defesa da colônia, e aí as povoações serviram para oferecer subsídios aos soldados.¹⁷²

Este era o método utilizado pela Coroa espanhola para ocupar e colonizar suas possessões. Luiz Antonio Sabeh aponta que, com a anexação de Portugal à Espanha, políticas foram difundidas nos novos territórios de Filipe II no Brasil a partir de 1580, lembrando que o monarca espanhol tinha responsabilidades firmadas sobre a autonomia de Portugal que deveriam ser respeitadas. Contudo, podemos perceber que as diretrizes espanholas se estabeleceram como formas de agir. Neste sentido, a missionação jesuítica foi incluída nas expedições territoriais. Filipe II, em 1587 proibiu os “resgates” e instituiu que padres deveriam participar das expedições. Segundo o historiador,

os missionários passaram a atuar nos locais que tinham funções estratégicas de ocupação e defesa territorial para a Coroa espanhola. Vê-se, também, que enquanto as expedições do período 1549-1580 decorriam da iniciativa da própria Companhia de Jesus, essas outras eram estimuladas e até mesmo solicitadas pela Coroa, tanto que nessas ocasiões os padres recebiam provisões, animais de carga e montaria e, em alguns casos, até embarcações para realizá-las. Portanto, as expedições jesuíticas do período filipino eram voltadas a fazer dos missionários verdadeiros desbravadores, a fronteira humana do império tal como faziam os jesuítas da Assistência da Espanha na América espanhola.¹⁷³

Mais uma vez percebemos que o monarca condicionou sua maneira de governar à estrutura da evangelização já em curso no Brasil. Filipe II estruturou em suas políticas o trabalho missionário para agir no estabelecimento de povoações e pacificação territoriais. Contudo, para que fossem construídas populações, as missões eram essenciais, pois foram nelas que os indígenas eram levados para os aglomerados populacionais. Nessas missões, o papel dos missionários era basilar: eram eles que estabeleciam o contato com os silvícolas. Em 1582, José de Anchieta já comunicava essas missões:

além das missões, que tenho dito, se fez uma muito mais comprida, pelo sertão dentro, a uma serra, que chamam Arari, e dista desta cidade cento e oitenta léguas, a buscar grande soma de gente, que estava abalada para vir para as igrejas dos nossos. E por esse respeito, tinham mandado seus embaixadores a chamar padres, que os fossem buscar., Por não se atreverem a vir sós, assim porque haviam de passar por muitas terras de inimigos, os quais era necessário apaziguar primeiro, como por se temerem dos

¹⁷² SABEH, L. A. *Colonização salvífica* ... p. 238.

¹⁷³ *id. ibid.*, pp. 235-236.

portugueses, que por esses caminhos andam salteando os pobres índios, que descem.¹⁷⁴

Este fragmento pertence a uma carta escrita na Bahia. Portanto, o Provincial tratava das missões de reconhecimento feitas no Norte do Brasil. Neste trecho, José de Anchieta demonstra o objetivo da Companhia de Jesus em participar destas missões. Além de ser uma força tarefa experiente com a negociação e trato com os indígenas hostis, os missionários eram importantes para convencer que os indígenas fossem para as Aldeias. Dessa maneira, a conquista espiritual tinha mais chances de ser efetiva. Neste período, os missionários criaram as Aldeias como a do Braço do Peixe, que se localizava perto da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. A atuação jesuítica também perpassou pelos territórios de Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte onde fundaram Aldeias.

Além disso, para Coroa espanhola, os indígenas eram importantes para compor a força militar contra os corsários franceses e holandeses. Luiz Antonio Sabeh afirma que,

de 1600 em diante, os jesuítas usaram o colégio de Olinda para visitar regularmente a Paraíba e o Rio Grande do Norte, regiões visadas pelos franceses que tinham sido ocupadas pelos ibéricos em 1584 e 1597, respectivamente. Inicialmente, as expedições jesuíticas tinham dois objetivos bem específicos: oferecer amparo espiritual aos soldados confinados nas fortalezas e anular a influência que os franceses haviam criado na região. O principal foco dos inacianos era a pacificação dos potiguares, grupo indígena aliado dos franceses. Em um primeiro momento, os jesuítas usavam o diálogo com os chefes tribais que viviam nas proximidades dos fortes. À medida que ganhavam a confiança das lideranças, os padres, geralmente em duplas, adentravam pelo interior do continente e faziam o reconhecimento geográfico e identificavam as redes de poder ameríndias do local. Essas eram as premissas da criação de aldeamentos no interior daquelas capitânicas que, uma vez estabelecidas, expandiam a área de influência dos ibéricos e promoviam a “pacificação” necessária ao desenvolvimento material de uma região. Em 1605, os missionários já tinham terras na Várzea do Rio Ceará-mirim, onde fundaram missão perene. De lá irradiaram pelo Rio Grande e fundaram a Aldeia de Antônia e a Aldeia do Camarão em 1611.¹⁷⁵

Portanto, investir em expedições de reconhecimento e aldeamento tinha uma dupla função para a Coroa espanhola: expandir o poder e proteção dos territórios já

¹⁷⁴ Carta ânua da Província do Brasil, de 1581, dirigida a Cláudio Acquaviva – Bahia, 1º de janeiro de 1582. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: Correspondência ativa e passiva...* p. 310.

¹⁷⁵ SABEH, L. A. *Colonização salvífica ...* po. 239-240.

povoados. Sabeh demonstra os frutos que foram colhidos pelo trabalho missionário e estímulo da Coroa no Norte. Contudo, o historiador afirma que

os ataques promovidos aos aldeamentos por franceses, holandeses e grupos indígenas hostis não permitiu a completa instalação de missões em Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Em alguns desses locais, os jesuítas também perderam campo para outras ordens religiosas que passaram a atuar, a mando da Coroa espanhola, nas vilas e fortalezas pacificadas pelos inácianos. Assim, a Companhia de Jesus continuou com missões perenes nas capitâneas onde já estavam instalados em 1580.¹⁷⁶

Os jesuítas não se limitavam à conquista espiritual. Muitas vezes deixaram os estudos nos Colégios para socorrer as doenças da carne que abatiam as populações dos necessitados “e também dos portugueses que, com ais e gemidos, choravam sem remédio o pouco ou nenhum, que lhes ficava de vida, porque na verdade, morta a escravaria e índios, não há viver nesta terra.”¹⁷⁷ A experiência da cura era uma contribuição que os jesuítas davam dentro das povoações e dentro das expedições.

Portanto, as estratégias, informações e atuação da Companhia de Jesus são respectivas às necessidades e comunicação que as autoridades políticas lhes impunham. Esta política foi seguida de maneira sistemática no Brasil, como podemos ver nos mapas:

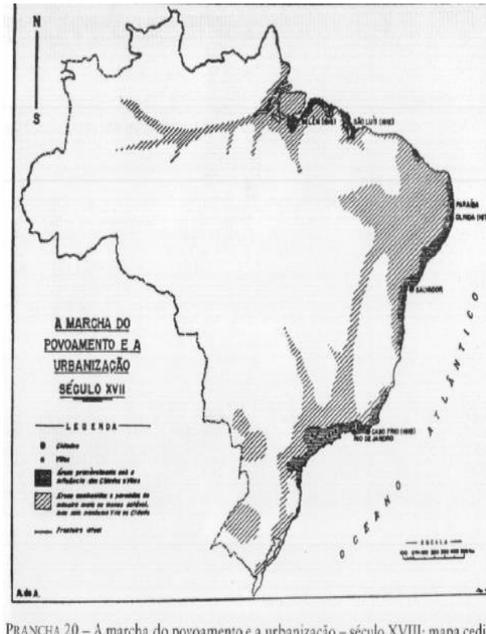
¹⁷⁶ SABEH, L. A. *Colonização salvífica* ... p. 282.

¹⁷⁷ Carta ânua da Província do Brasil, de 1581, dirigida a Cláudio Acquaviva – Bahia, 1º de janeiro de 1582. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: Correspondência ativa e passiva*... p. 308.

Figura 2: Mapa de povoamento do Brasil século XVI – XVIII.



PRANCHA 12. - A marcha do povoamento e a urbanização - século XVI; mapa cedido por especial deferência do Prof. Aroldo de Azevedo.



PRANCHA 20 - A marcha do povoamento e a urbanização - século XVIII; mapa cedido por especial deferência do Prof. Aroldo de Azevedo.

LEGENDA: A marcha do povoamento e a urbanização séculos XVI -XVIII. FONTE: HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 16. ed, 2008, pp.197, 202, v. 1, t. 1.

As conquistas empreendidas no início da União Ibérica demonstram conquistas territoriais e de povoamento que foram colhidas no século XVII. As políticas de favorecimento das Aldeias também tiveram significativo respaldo para as conquistas territoriais, assim como a Companhia de Jesus teve auxílio de armadas para adentrar territórios.

Portanto, o trabalho missionário tinha respaldo frente às novas incursões expedicionárias. No contexto, diversos conflitos foram travados e diversos territórios foram conhecidos por colonos e missionários. No entanto, essas expedições esbarravam em dificuldades. Em 1584, a conquista da Paraíba caracteriza-se neste panorama de disputa. A armada do espanhol Diogo Flores Valdés e do português Frutuoso Barbosa enfrentaram os indígenas Potiguaras que agiam a mando dos franceses na região do Paraíba.¹⁷⁸ Coube aos inácianos pacificar estes indígenas.

Os interesses evangelizadores estavam presentes nas negociações entre os jesuítas e as autoridades locais. A proteção do território estava intimamente ligada à pacificação e a exploração de novos lugares. Com novas populações, a obra missionária

¹⁷⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil no período dos Filipes (1580-1640). In: _____ (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... pp.204-205

lograva almas para Deus. Por isso, as políticas de extensão territorial e pacificação tiveram consonância com os interesses da Companhia de Jesus. De maneira geral, os inacianos tiveram seus anseios com relação as Aldeias substancialmente atendidos. A evangelização tinha possibilidade de ser mais promissora caso as Aldeias existissem. Além disso, indicavam a proteção territorial junto das cidades. Percebemos que os inacianos encontravam maneiras de fazer com que seus objetivos fossem realizados quando demonstravam de maneira prática os benefícios que suas obras nas Aldeias proporcionariam para as povoações. Com isso, chamavam a atenção do monarca espanhol para as vantagens de incluir a obra inaciana em seus projetos. Demonstravam que era possível enfrentar os corsários com a força militar indígena.

As expedições durante o governo de Filipe II possibilitaram um desejo antigo dos missionários: ampliar a atuação da Companhia de Jesus. Adentrar em territórios chamados de “sertões” era uma necessidade para os jesuítas. Filipe II percebeu que suas conquistas também seriam potencializadas se agissem junto com a experiência da Companhia de Jesus. As expedições eram importantes dentro de um panorama geral de instabilidade na lide colonial. Com as expedições, os missionários agiam na pacificação dos indígenas, o que tornaria possível o reconhecimento de territórios e dos seus potenciais econômicos. Com o trabalho de convencimento da Companhia de Jesus, o compromisso salvífico que Filipe II firmou junto as Cortes de Tomar também estava assegurado, além do que, garantiriam a proteção contra inimigos saqueadores ou estrangeiros que agiam contra o colonato.

Conforme mostra o mapa da página 67, as políticas enfeixadas por Filipe II e seus sucessores possibilitaram uma significativa expansão territorial. Novas conformações territoriais e populacionais ocorreram no Brasil. Isso se deu pelo interesse de Filipe II em se utilizar das missões para proteger e expandir territórios no Sul e Norte. Cada região demandava motivações específicas que culminaram na efetiva colonização pelos ibéricos.

4 CORREÇÃO MORAL PARA OS COLONOS: SACRAMENTO E ENTRONIZAÇÃO DO GOVERNO DE FILIPE II

4.1 OS SACRAMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA MORALIZAÇÃO DOS COLONOS

Os inacianos se dedicaram a conversão dos indígenas, mas também aos colonos. Serafim Leite observa que, “os jesuítas não vieram ao Brasil como pároco dos civilizados, apesar de exercitarem, com eles, os seus ministérios em grande escala: vieram para catequizar e civilizar cristãmente os naturais da terra.”¹⁷⁹ A premissa de conversão dos grupos autóctones foi o cerne do trabalho jesuítico no Brasil Colonial. A partir deste centro de atuação, os missionários praticavam a reeducação religiosa dos colonos. Serafim Leite aponta para o exercício dos ministérios voltado aos civilizados. Esses ministérios correspondiam as práticas administradas pelos jesuítas. Dentre elas podemos destacar: a administração de sacramentos, a pregação para portugueses, a escola de ler e escrever, a doutrina às crianças, índios e escravos, visitas aos enfermos, engenhos e às aldeias dos índios.¹⁸⁰

Com União das Coroas, Filipe II buscou enfeixar elementos que cultivassem o ordenamento social e consecutiva conquista dos seus súditos. Dentro de um projeto de monarquia católica era imprescindível a conversão dos indígenas. Contudo, dentro de dinâmicas específicas, como o governo espanhol nos domínios lusos, se fez necessário educar os súditos portugueses à nova administração temporal. O colonato deveria ser preparado para agir a favor dos ditames que Filipe II imporia ao Brasil.

A Companhia de Jesus detinha potencial para cumprir as políticas voltadas para a organização social, a qual era visada pela Casa de Habsburgo no Brasil. Os componentes evangelizadores, ou seja, os ministérios exercidos pelos jesuítas possibilitaram tornar efetiva a entronização de Filipe II. Além disso, os ministérios dos inacianos incidiam diretamente, na prática da moralização social. Neste sentido, os sacramentos católicos e a pregação voltada para os portugueses funcionariam efetivamente.

A Companhia de Jesus desde sua criação esteve inserida em uma proposta católica de salvação de almas. Pertencente a este corpo doutrinário a ordem religiosa bebeu dos conceitos, práticas, ritos e sacramentos da Igreja. A cosmogonia do

¹⁷⁹ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.II, Livro: II... p. 298.

¹⁸⁰ *id. ibid.*, p. 77.

catolicismo tem como base fundamental o uso de sacramentos. A fundamentação teórica dos sacramentos se baseia nos tratados de teólogos pré-agostinianos, os quais afirmavam que a Igreja e seus sacramentos tinham como função aproximar os homens de Deus, consecutivamente da salvação de suas almas. Com isso, dentro da religião católica o indivíduo só obtém a salvação de sua alma quando recebe os sacramentos, os quais são considerados verdadeiros remédios para os pecados inerentes ao homem.¹⁸¹ Contudo, foi o contato entre o cristianismo e as práticas romanas que tornaram possível a institucionalização dos dogmas católicos. Adone Agnoli afirma que,

A partir dessas problemáticas, tanto no contexto geral do universalismo naquele específico da catequese americana na primeira modernidade, não podemos perder de vista como os sacramentos vêm adquirindo um estatuto especial de “grelha jurídica”, além daquela propriamente teológica, no interior da qual se realiza, de fato, a proposta de cristianizar o mundo. Proposta identificada com uma específica forma de “civilização”, obviamente, essa *civilitas* derivava, justamente, da *civitas* romana, que, em primeiro lugar, conseguiu construir o projeto (civilizacional) de um universalismo, ao mesmo tempo em que constituía a ideia de Estado como sua específica conquista cultural. Por outro lado e não por último, a constituição da Igreja herda essa perspectiva e esse projeto por meio de sua praxe sacramental. A cristianização realizou, enfim, a inserção das populações do mundo no interior de um sistema propriamente jurídico: foi somente depois disso que a proposta da religião cristã impôs e exigiu mudanças de vida que atingiram costumes, mentalidades e valores culturais.¹⁸²

A proposta, os dogmas e as práticas do catolicismo estavam diretamente relacionadas a salvação da alma dos indivíduos. Portanto, universalizar o catolicismo era imprescindível para a garantir da salvação da alma dos homens. A difusão da civilidade romana foi um pontapé para mostrar aos católicos qual era sua demanda. Para isso foi ratificado os sacramentos, os quais constituíram as leis fundamentais do catolicismo e de sua proposta. Nem sempre foi assim, a salvação estava relacionada com a relação estabelecida entre os indivíduos e Deus: Cristo-Verbo e a criatura. Contudo, no século III Cipriano afirmou que a salvação só existia com a participação

¹⁸¹ GROSSI, V.; SESBOÛÉ, B. S.J. *Graça e justificação: do testemunho da Escritura ao fim da Idade Média*. In: SESBOÛÉ, Bernard S.J. (dir.). *História dos dogmas: o homem e sua salvação*. Tomo 2. São Paulo: Edições Loyola, 2003^a, pp. 229-274.

¹⁸² AGNOLIN, A. *Atuação missionária jesuítica na América portuguesa: a peculiar via renascentista, sacramental e tridentina à salvação no(s) Novo(s) Mundo(s)*. *Tempo*, 16:19-48, 2012, p. 13. Apud. PRODI, Paolo. *L’istituto della penitenza: nodi storici*. In: MEZZADRI, L.; TAGLIAFERRI, M. (Orgs.). *La penitenza: dottrina, controversie e prassi tra medioevo ed età moderna*. Bolonha, pp. 22-23.

dos homens na Igreja. O modelo romano demonstrou aos católicos a necessidade de institucionalização para universalização dos dogmas. Com isso, a salvação da alma dos indivíduos começou a ter relação direta com a instituição: Cristo-Igreja. A Igreja se tornou elemento constituinte para que o indivíduo recebesse a salvação de sua alma.¹⁸³ Neste sentido, Alcir Pécora afirma que o sacramento era como lei,¹⁸⁴ a Igreja era o caminho e o clero os medidores para a salvação¹⁸⁵ José Einsenberg aponta que a Igreja Católica discordava de qualquer forma de salvação que não fosse através dos sacramentos.¹⁸⁶

No século XVI, a Igreja católica tomou medidas para reafirmar a doutrina católica. Isso se deu pelas proporções que a ação da Igreja tomou, já que, estava relacionada com o processo de expansão ultramarina encabeçada pela Coroa portuguesa e espanhola. O protestantismo era uma realidade na Europa e avançava paulatinamente nas possessões coloniais. Era necessário reformular algumas posturas e reafirmar os dogmas do catolicismo. Com isso, a Igreja investiu no movimento de demonstrar e defender a sua maneira de salvar almas, a instituição, seus sacramentos e de seus dogmas.¹⁸⁷ O papa Paulo III convocou o Concílio de Trento, em 1545, que durou até 1563, no papado de Pio IV. Foi ratificado que a salvação não se baseava somente na fé, mas que existia a necessidade de fazer parte da Igreja. Os sacramentos foram reafirmados como instituições salutares, dentre eles o batismo, a confirmação (crisma), a eucaristia, a penitência (confissão), a extrema-unção e, a ordem e o matrimônio¹⁸⁸ Segundo Adone Agnolin "...a leitura do significado atribuído aos atos sacramentais deve levar em consideração como, em decorrência e por causa da contestação protestante, durante a Idade Moderna, os decretos tridentinos colocaram o sacramentos como garantia da ligação que unia a disciplina à doutrina."¹⁸⁹

As discussões relativas ao Concílio de Trento foram necessárias para que a própria Igreja determinasse como seriam utilizados os sacramentos. Com a expansão da

¹⁸³ SABEH, L.A. *Uma nova ordem religiosa: o nascimento da Companhia de Jesus em tempo de reformas religiosas*. In: *Revista Relegens Threskéia*, V.04, nº 2, 2015, p.104 Apud. LADARIA, L. F. *A criação do céu e da terra*. In: SESBOUÉ, Bernard S.J. (dir.). *História dos dogmas: o homem e sua salvação*. Tomo 2. São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp. 35-85.

¹⁸⁴ PÉCORA, A. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 118.

¹⁸⁵ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 64.

¹⁸⁶ EINSENBURG, J. *op.cit.*, p. 27-45.

¹⁸⁷ MULLETT, Michael. *A Contrarreforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna europeia*. Lisboa: Gradiva, 1985.

¹⁸⁸ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* pp. 376; SABEH, L.A. *Uma nova ordem religiosa ...* pp.17-18.

¹⁸⁹ AGNOLIN, A. *Atuação missionária jesuítica na América portuguesa...* p. 26.

evangelização para as possessões coloniais as ordens religiosas e a Igreja tiveram que repensar o lugar dos sacramentos na atuação missionária. A Companhia de Jesus ganhou aprovação, com isso usufruiu de ministérios para garantir salvação individual e apostólica. A ordem religiosa tinha como elemento constitutivo a própria salvação dos missionários que seria feita por meio da contemplação e seus *Exercícios Espirituais*, prática institucional da ordem. E a salvação apostólica se dava pela aplicação dos sacramentos em seus territórios de atuação.¹⁹⁰ Outra pertinência que foi estudada pela Igreja seria a aplicação dos sacramentos a todos os homens e se estariam aptos para receberem a conversão e consecutivamente os sacramentos, dentre eles índios, escravos, infiéis e mestiços.¹⁹¹ Eram demandas necessárias já que os sacramentos tornaram-se os meios pelos quais os missionários tinham para evangelizar.

A união dos poderes espirituais e temporais era parte constituinte da mentalidade dos indivíduos da Época Moderna. Segundo Alcir Pécora o corpo do reino era consagrado, formado da parte para o todo e do todo para as partes. O rei aliado ao corpo místico exercia ligação sacra com a providência. Já os súditos compunham parte da unidade orgânica do Estado. Para eles, a mediação seguia o

o modelo eclesiástico em torno dessas espécies de atos da instituição, os sacramentos e, sobre todos, o “Santíssimo Sacramento”, o da Eucaristia, que preservam um canal direto com o divino e que são mesmo preparados para dotar imediatamente o mundo da presença real do Ser.¹⁹²

Especificamente neste trecho, o sacramento da Eucaristia foi destacado. Contudo, dentro da doutrina católica, comungar o corpo de Cristo prevê uma postura de merecimento do indivíduo. No contexto do Brasil Colonial, outros sacramentos serviram como caminho que daria condições do indivíduo comungar de sua fé. A prática dos sacramentos possibilitava uma redenção e prevenção dos pecados. Conforme ressalta Sabeh,

pelo fato da transformação comportamental ser uma exigência da doutrina católica para o oferecimento dos sacramentos, a evangelização representava uma colonização salvífica: para os

¹⁹⁰ SABEH, L. A. *Missionação jesuítica...* p.116.

¹⁹¹ AGNOLIN, A. *Atuação missionária jesuítica na América portuguesa...* p. 34.

¹⁹² PÉCORA, A. *op.cit.*, p. 98.

missionários, era uma condição para que a conversão religiosa se cumprisse. Para a Coroa, transfigurava-se como uma medida prática capaz de fazer os nativos se acomodarem na sociedade conquistada. Funcionava, portanto, como um poderoso recurso de entronização que dispensava o uso da força militar de conquista e que, ao mesmo tempo, cumpria o dever salvífico de um monarca cristão: os índios cristãos viviam na condição de homens livres aptos a aceitarem a nova realidade política e social imposta pelos conquistadores e, principalmente, a participarem da lide colonial.¹⁹³

Destarte, os métodos de evangelização se fundiam na dinâmica do Brasil Colonial nas ações administrativas do Governo-Geral e da doutrina católica. A Companhia de Jesus insistiu na potência do Estado modelada à semelhança da potência do Padre Eterno,¹⁹⁴ representado pelo

Estado português como um único corpo místico de vontades subordinadas a Um, e que para isso liga cada súdito à hierarquia natural de sua ordem, cada ordem à submissão do Rei esperado, o rei à virtude católica e ao bem comum da razão do Estado, Estado à naturalidade eficazmente atual da Razão do Verbo Eterno.¹⁹⁵

Os reis católicos e os missionários se valiam de uma premissa de salvação do mundo por meio da colonização. Mas para salvar as almas era necessário combater o Diabo, que no contexto colonial era a própria desunião dos membros do *corpo místico* do Estado. As intransigências contra a moralidade afastavam o homem de Deus.

Contudo, o teatro conhecido como José de Anchieta deve ser problematizado. Isadora Tavassos Telles aponta para a necessidade de analisar a autoria das peças dada a Anchieta pela sua autoridade e posição político-religiosa.¹⁹⁶ Principalmente se levarmos em consideração que a construção do compilado dos textos foi feito em um período em que a Igreja católica administrava o projeto de beatificação de José de Anchieta. Portanto, a reconstrução das peças teatrais fez parte da construção de uma vida santa.

¹⁹³ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 350.

¹⁹⁴ “a mediação consagrada pelos Santos Ritos para fazer crescer veementissimamente a fé com humildade da aceitação dos sacramentos em suas espécies visíveis”. In: PÉCORA, A. *op.cit.*, p. 20.

¹⁹⁵ *id.ibid.*, p. 18.

¹⁹⁶ TELLES, I. T. *A “fundação escrituraria do Rio de Janeiro”*: um estudo de caso do auto *Na festa de São Lourenço* (ca. 1583) de José de Anchieta. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2004. p. 28.

Em 1763 foi feita a compilação das peças teatrais, as quais ligavam os textos a autoria anchietana.¹⁹⁷

Guilherme Amaral Luz problematiza o teatro por meio da prática das festas. Neste sentido o historiador aponta para a necessidade de pensar o efeito das festas sobre os participantes. Foi por meio desse espaço específico de festividades que o olhar dos indivíduos foi sensivelmente representado as mensagens políticas e religiosas das festividades. Eram nas festividades em que se promulgava a ritualização e repetições litúrgicas. Além disso o remédio da alma, por meio dos sacramentos. Portanto o público estaria ornamento em direção a salvação.¹⁹⁸ No auto “Recebimento do administrador apostólico P. Bartolomeu Simões Pereira” em uma festividade no Espírito Santo em 1592, José de Anchieta demonstra de maneira prática o que os indivíduos esperavam do sacramento e o quanto ele era desejado:

5 indiozinhos: Muito há que desejamos
vossa vinda, bom pastor,
para que Nosso Senhor
nos conceda o que esperamos.

Esperamos de alcançar
a confirmação da graça,
a qual a todos nos faça
até o fim perseverar.

Perseverar não podemos,
se Deus abre de nós mão,
mas com a confirmação,
que trazeis, fortes seremos

Seremos mui confirmados
com este sagrado unguento
e divino sacramento,
com que seremos crismados.

Crismados receberemos
a graça, com fortaleza,
para cobrar a limpeza que, pela culpa, perdemos.¹⁹⁹

¹⁹⁷ TORRES, M. J. *As práticas discursivas da Companhia de Jesus e a emergência do “teatro jesuítico da missão” no Brasil do século XVI*, Tese de Doutorado. Brasília: Programa de Pósgraduação em História / Universidade de Brasília, 2006. pp. 02-03.

¹⁹⁸ LUZ, G. A. Quando o verbo se faz carne: a festa da missão. In: Edécio Mostaco (Org.). Para uma história cultural do teatro. Florianópolis: Design Editora, 2010, pp. 109-140.

¹⁹⁹ Recebimento do administrador apostólico P. Bartolomeu Simões Pereira. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta*. Originais acompanhados de tradução versificada, introdução e notas pelo P. Armando Cardoso S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1977, p. 261.

Tampouco, quando o indivíduo não contribuía para a manutenção do Estado ele estaria pecando contra Deus. Quando as ações dos colonos se desviavam dos objetivos do governo, suas práticas deveriam ser remediadas. Portanto, os sacramentos foram medidas reparadoras, pois visavam à conversão e à sustentação da doutrina religiosa dentro do aparelhamento das Coroas católicas.

As políticas dos reis castelhanos também estiveram imersas nestes sentidos sacramentais. Percebe-se que o uso de sacramentos para a moralização dos súditos foi uma prática constante depois das União das Coroas. No documento normativo da Companhia de Jesus de 1603 tem-se notícia que,

sabemos que trahiendo los nuestros pes algunos hijos de los principales de los Carijõs p^a firmar mas las pazes, uno de los mancebos se cazô em el Rio de Eneroo com uma esclava del Collegio contra la visita de VR; merece quien lo hyzo una buena penitencia, demas de ser nec^o p^a evitar el escândalo dar libertad a la esclava p^a que el marido pueda tomarse cõ elha a su tierra, lo q' sirvira de aviso p^a casos semejàtes. p^a o mesmo 22 de setebro de 603.²⁰⁰

Os escândalos e os desvios morais continuaram acontecendo durante a União das Coroas ibéricas e depois. Remediar por meio dos sacramentos foi outra constância dentro dos governos católicos e da ação da Companhia de Jesus. Os sacramentos, os sermões, as festividades e as relíquias estiveram embrenhados no processo de transposição de valores europeus para o Brasil. Corresponde a uma das maneiras de atuação internas da ordem.

No Brasil Colonial, os sacramentos agiam frente a necessidades específicas. Os sete sacramentos foram reafirmados pelo Concílio de Trento. Especificamente, o batismo, a penitência ou confissão e o matrimônio receberam uma função prática voltada para a lide colonial. No âmbito da evangelização, a penitência e o matrimônio foram amplamente necessários para lidar com formação dos valores cristãos nas possessões ultramarinas. A penitência tinha a função de controlar as consciências culposas. O sacramento do matrimônio condicionava os súditos a um direcionamento e projeto de vida adequado ao modelo de sociedade em construção.²⁰¹ Os jesuítas pontuaram os pecados e desvios morais recorrentemente cometidos pelos colonos. Tais

²⁰⁰ COMPANHIA de Jesus. *Brasilia ordinationes Provinciae*, 1573-1614. Documento manuscrito. Fondo Gesuitico 1255, Fascículo 10. Biblioteca Nazionale Centrale "Vittorio Emmanuele II" Roma. In: SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 458.

²⁰¹ SABEH, L.A. *Semeando um novo mundo: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil Colonial*. Curitiba, 2014, pp. 245-246.

posturas presentes na lide colonial atrapalhavam a conversão dos gentios. Seguir os dogmas do catolicismo na Época Moderna estava diretamente relacionado com ser um súdito ideal para o rei. Os valores pregados pela Igreja eram a base das práticas e consciência social europeia. Com isso, o arquétipo de pensamento católico baseava as ações pertinentes para a manutenção das monarquias ibéricas.

Dentre esses desvios morais que colocavam em cheque o projeto de evangelização e colonização durante o governo de Filipe II destacam-se o mau exemplo do colono. O salteamento, amancebamento, vícios em jogos e bebidas eram as práticas que configurava um colono que cultivava o mau exemplo. Será que os colonos agiam dentro da moralidade? Nobert Elias define civilidade como ações, atitudes e comportamentos consonantes que conformam valores equivalentes dentro de uma sociedade. Dentro do âmbito político, econômico, religioso, moral e social são construídos elementos que dão vasão para os homens pensarem e agirem em consonância.²⁰² Neste sentido, não nos cabe especular se os colonos viveram em consonância com os valores morais do seu tempo. Contudo, a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa definiram os elementos caros para uma *societas perfecta* e buscaram medidas para colocar em prática essa sociedade, motivados a combater o que contradizia os valores político-religiosos, cristãos e de civilidade da Coroa portuguesa. A Companhia de Jesus zelou para criar súditos ao rei e salvar almas. Contudo, nestes casos, os colonos não tinham posturas que iam a favor do empreendimento jesuítico e da civilidade europeia. Para a manutenção da cristandade no Brasil, tais posturas deveriam ser combatidas. Segundo Luiz Antonio Sabeh,

a confissão se consolidou como prática porque a Igreja foi hábil em coagir o fiel ao confessionário e no confessionário, isto é, a Santa Sé exercia esse poder porque tinha a chave da salvação em um momento em que essa era uma crença que estruturava a vida individual e coletiva.²⁰³

Já nos primeiros anos de evangelização, em 1554, José de Anchieta pontuou notícias de que alguns colonos tinham se casado com suas concubinas escravizadas em desrespeito à lei sacramental do matrimônio. Outros tinham abandonado as concubinas

²⁰² ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 24.

²⁰³ SABEH, L. A. *Semeando um novo mundo...* p. 251.

e foram ter um modo de vida salutar.²⁰⁴ Pelo que observamos no documento normativo essa prática ainda ocorria no final do século XVI. A mancebia consistia na relação íntima entre os colonos e as índias. Os casos se desdobravam sob diferentes matizes no Brasil Colonial. A mancebia desafiou a moralidade cristã que a Companhia de Jesus visou construir no Brasil. A evangelização empreendida pelos jesuítas buscou salvar almas para Cristo. Já que a salvação dependia dos sacramentos, já que eram os elementos de ligação entre o homem e Deus. Com isso, a mancebia incidiu diretamente contra o sacramento do matrimônio pela prática de atos sexuais fora do casamento. Além disso, a mancebia desestruturava a disposição social colonial. Isso se dava por diversos fatores: os filhos entre indígenas e colonos que em muitos relatos aparecem como abandonados, a contrariedade dos senhores de índias ou escravos com a possível liberdade que ganhariam caso se casassem, e o pecado contra o matrimônio, já que muitos colonos já haviam se casado. Por isso, a mancebia foi uma preocupação para Companhia de Jesus e por isso a qual foi amplamente combatida pelos inicianos, conforme se vê nas cartas.²⁰⁵

Este desvio moral estava enraizado dentro da sociedade colonial. O próprio clero local incentivava as relações de amancebamento. Os próprios padres cometiam este pecado. Já o incentivo da prática certamente tinha relação em sanar a falta de mulheres no âmbito colonial. Serafim Leite aponta que os colonos se apoiavam no consentimento dado pelo Arcebispo de Funchal. Em um caso exemplar, a Companhia de Jesus combateu a irregularidade do clero local, recusou a absolvição dos amancebados, o que rendeu severas críticas aos jesuítas por parte dos colonos.²⁰⁶ Já que a proibição dos atos libidinosos não era uma opção, os missionários utilizaram-se dos sacramentos para tentar remediar os pecados entre indígenas e colonos. De acordo com Raymundo Faoro, o casamento entre nativos e portugueses se deu para a própria conveniência da manutenção dos colonos no Brasil. Para o autor, o matrimônio foi uma obra auxiliar da conquista que visava estabilizar os colonos para uma consequente

²⁰⁴ ANCHIETA, José de (1534-1597). Quadrimestre de maio a setembro de 1554, de Piratininga. In: _____. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 46.

²⁰⁵ NÓBREGA, M. Carta VIII – Para os Irmãos do Collegio de Jesus de Coimbra – 1551 setembro de Pernambuco. In: _____. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 119-121; ANCHIETA, J. Quadrimestre de Maio a setembro de 1554, de Piratininga. In: _____. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984, P. 47.

²⁰⁶ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.II, L.1... p. 341-343.

exploração comercial.²⁰⁷ Se esta era a motivação dos monarcas católicos, porque a dificuldade do envio de mulheres europeias para o Brasil? Porque a Coroa espanhola não enviou junto com os homens suas famílias? Porque nas cartas dos inacianos observamos desvios de conduta entre colonos já casados. São questões que permanecem. Já que o colono era expressão de vislumbre econômico e o casamento iria auxiliá-lo a lograr esta proposta como compreender o que Sergio Buarque de Holanda nos traz quando observa que “casavam com as índias e as largavam.”²⁰⁸ O amancebamento foi uma prática produzida dentro das dinâmicas coloniais, a qual sustentava a própria manutenção do sistema. Neste sentido, o sacramento do matrimônio acabou por proporcionar que o sistema colonial se autogerisse. Diante das necessidades do próprio contexto foi uma maneira que a Companhia de Jesus encontrou para regularizar as situações de pecado. Aliás, foi uma forma que encontrou de agir, já que os pedidos de envio de mulheres brancas para o Brasil não foram atendidos em grande escala.²⁰⁹

O mau exemplo do colono estava diretamente relacionado com suas responsabilidades com a cristandade. Os inacianos trabalhavam para que a doutrina cristã fosse praticada pelos indígenas. Um dos aspectos que criticavam os costumes autóctones era justamente a poligamia e as práticas sexuais antes do matrimônio. Os colonos atrapalhavam a evangelização e a salvação da alma dos indígenas e até a sua própria salvação. Quando um colono tinha relações lascivas com as indígenas demonstravam que nem os cristãos obedeciam ao sacramento, ou seja, a lei divina. Neste sentido, o colono dava um mau exemplo para os nativos.

Uma reverberação do mau exemplo dos colonos era seu pouco envolvimento com a Igreja. Para a Companhia de Jesus, os senhores de engenho e colonos detentores de escravos deveriam levar seus servos para as atividades da Igreja. Os senhores não levavam seus escravos para receberem os sacramentos nem para as missas. Este comportamento descompromissado do colono prejudicava a efetiva conversão dos escravizados que tinham sido batizados. Beatriz Vasconcelos Franzen aponta que uma das preocupações dos inacianos era a assistência espiritual do indígena.²¹⁰ Neste

²⁰⁷ FAORO, R. *op.cit.*, pp. 132-134.

²⁰⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... p. 133.

²⁰⁹ NÓBREGA, M. Carta VIII – Para os Irmãos do Collegio de Jesus de Coimbra – 1551 setembro de Pernambuco. In: _____ *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 119-121.

²¹⁰ FRANZEN, B. V. *op.cit.*, p.58.

sentido, a Companhia de Jesus teve que adaptar sua atuação. Frente a despreocupação que os colonos tinham com a alma dos seus escravos, os missionários foram instruídos a visitarem as fazendas.²¹¹ Outra denúncia comum era a de que os donos de índios escravizados não os levavam às missas e, ainda, permitiam que seus filhos nascidos da relação com suas escravas mancebas vivessem nos costumes indígenas.²¹² Neste sentido, utilizar os sacramentos era um convite para remediar os pecados. A penitência consistia no arrependimento dos atos cometidos e assim os confessava-los.²¹³ Por sua característica de expurgar os pecados e possibilitar uma reeducação da doutrina católica, foram uns dos sacramentos mais caros para um contexto colonial. Tanto indígenas e colonos remediavam seus desvios solicitando aos inicianos a confissão e a penitência. Os pedidos pela remissão dos pecados cometidos era o objetivo dos evangelizadores. Para despertar a necessidade de participar dos sacramentos, uma gama de estratégias foram pensadas para que os ensinamentos doutrinários fossem efetivos. As relíquias, os sermões e as festividades foram espaços em que os inicianos utilizavam-se de toda carga emocional para que os indivíduos buscassem o perdão de seus pecados por meio dos sacramentos.²¹⁴

A devoção de túmulos, sepulcros e igrejas onde mártires eram enterrados ocorria como prática de devoção durante a Idade Média. Conflitos territoriais, guerras, os novos sentidos da evangelização e ampliação do catolicismo para o Novo Mundo na Época Moderna culminou na necessidade de modificar esses espaços considerados sagrados para católicos. Frente a necessidade de expandir o catolicismo em significativas extensões territoriais foi fundamental para a manutenção da fé cristã encontrar uma maneira de ampliar o culto aos mártires. As relíquias foram a resposta para que a devoção aos mártires fosse possível para consagrar novos territórios.²¹⁵ As relíquias pertenciam a duas categorias: as partes do corpo ou as relíquias de contato. Configura-se os restos mortais como os cabelos, ossos, unhas, lágrimas pertencentes ao santo. Já as relíquias de contato eram os bens materiais que estiveram junto ao mártir nos momentos finais de sua vida ou que pertenciam ao indivíduo como pregos, cordas, correntes,

²¹¹ Carta Anua de 1584, Bahia, 27 de dezembro de 1584. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva...* p.373.

²¹² NÓBREGA, M. Aos Padres e Irmãos – 1551 de Pernambuco. In: _____ *Cartas do Brasil...* p. 116.

²¹³ AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007, pp. 17-180.

²¹⁴ SABEH, L.A. *Semeando um novo mundo...* p. 246.

²¹⁵ CYMBALISTA, R. Relíquias sagradas e a construção do território cristão na Idade Moderna. *Anais do Museu Paulista*, v. 14, n. 2, 2006, p. 13.

cruzes, lascas de madeira, as roupas, entre outros. Prevalencia a crença que a moralidade e os valores santificados do mártir estavam presente nas partes de seus corpos, mesmo sem vida.

As relíquias tinham a capacidade de estarem em todos os lugares, com isso acompanhava a necessidade imposta ao cristianismo a partir do século XV-XVI.²¹⁶ Obtinham capacidades sacras, as quais tinham o objetivo de unir os homens a Deus, um facilitador do contato capaz de proporcionar milagres como curas e proteção. Eventos motivados para a adoração das relíquias faziam parte do calendário católico onde eram manifestadas romarias, peregrinação e procissões. As relíquias demonstravam o “status” social de quem as tinha, representavam prosperidade e riqueza.²¹⁷

No século XVI, os seguidores de Lutero começaram a repudiar o uso de relíquias. As consideravam idolatria por acreditarem que a oração deveria ser a única forma de mediação entre o fiel e Deus. Mediante a necessidade de regulamentar o papel das relíquias, o Concílio de Trento promulgou a tarefa de certificação dos objetos sacros, onde as relíquias foram reiteradas como forma de mediação. Segundo Renato Cymbalista, as relíquias tinham função colonizadora e evangelizadora:

a ocupação permanente significava não só a inauguração de uma institucionalidade portuguesa na América – câmaras municipais, padroado, justiça – mas também de sua contrapartida espiritual, que era obtida tanto a partir de uma assistência religiosa e de seus edifícios, quanto da transferência de provas materiais da verdade e do passado cristão, entre as quais as relíquias estiveram dentre as mais cobiçadas.²¹⁸

Portanto, as relíquias foram um elemento nos territórios coloniais que possibilitariam para os missionários e monarcas a conquista da ocupação efetiva das regiões recém descobertas. A proposta colonizadora era inserir os territórios coloniais na lógica europeia das Coroas católicas. A narrativa cristã carregava desde a noção do tempo, do espaço, certo e errado, além das forças contrárias a Deus que deveriam ser combatidos nas possessões, dentre eles os protestantes e os costumes desviantes do catolicismo. As relíquias contribuíram para criar nos espaços coloniais lugares de proteção e defesa contra o demônio. Neste sentido, dentro da lógica cristã do século

²¹⁶ GREGORY, B. *Salvation at stake: Christian martyrdom in early modern Europe*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999, p. 194.

²¹⁷ HIBBERT, C. *Rome: the biography of a city*. London: Penguin, 1985, p. 124.

²¹⁸ CYMBALISTA, R. *op.cit.*, p. 26.

XVI, as relíquias eram objetos santificados capazes de fornecer a missionários e monarcas uma arma contra os impecílios da evangelização e colonização.²¹⁹

O uso de relíquias e as festividades eram prática que ocorriam concomitantemente. Entre 1581 e 1585 foi representada diversas vezes a peça teatral “Quando no Espírito Santo se recebeu uma relíquia das onze mil virgens”, escrita por José de Anchieta. A apresentação teatral foi encenada na Vila de Vitória no Espírito Santo. O povoamento já havia recebido outras relíquias como dos mártires da Legião Tebana, S. Maurício e S. Vital. Contudo, o auto representava a comemoração da chegada de uma relíquia na Igreja de S. Tiago. O objeto preservado era relacionado às Virgens Mártires de Colônia, na Alemanha, que haviam sido mortas pelos hunos em favor dos valores da fé católica. Quando uma Vila era presenteada com uma relíquia, acreditava-se que representava a proteção da região.²²⁰ As Onze Mil Virgens chegaram a se tornar padroeiras do Brasil, segundo Renato Chymbalista:

na segunda metade do século XVI, os portugueses já sabiam da imensidão do território a ser controlado na América portuguesa, e a construção de uma continuidade territorial era um desafio muito diferente do enfrentado pela ocupação na Índia, baseada em núcleos descontínuos com caráter de entrepostos comerciais. Do ponto de vista do regime religioso, a adoção de um patrono único seria elemento de reforço dessa unidade, e as Onze Mil Virgens eram as patronas perfeitas nesse caso: poderiam vir da Europa tantas cabeças quantas fossem necessárias, cumprindo ao mesmo tempo o papel da consagração do território por meio do corpo físico do santo, e da homogeneização de um calendário festivo nos locais onde houvessem cabeças das virgens. Além de constituir parte do corpo da cristandade e do Império, as cidades da América portuguesa constituíam em si um corpo de identidade própria, cuja coesão era dada pelas cabeças das onze mil virgens.²²¹

A devoção às relíquias se demonstrava por meio do tratamento que era dado a esses tesouros. No caso da relíquia das Onze Mil Virgens na Vila de Vitória foi dada uma coluna de prata para ornar a relíquia na igreja.²²² O Provincial José de Anchieta ciente da consciência que o colonato tinha das relíquias escreveu uma peça teatral para comemorar o recebimento das Onze Mil Virgens. Uma das virgens santificada, Santa

²¹⁹ CYMBALISTA, R. *op.cit.*, pp. 14-15.

²²⁰ As relíquias relacionadas as Onze Mil Virgens não vieram só para o Brasil. Em 1517 o Convento da Madre de Deus em Lisboa recebeu as relíquias por meio de um pedido do imperador Maximiliano. Ver: FALCÃO, J. A. Santa Úrsula. In: DIOCESE DE BEJA (Beja, PT). *Entre o céu e a terra: arte sacra da diocese de Beja: catálogo*. Beja, 2000, p. 215-221, p. 216-218.

²²¹ CYMBALISTA, R. *op.cit.*, p.28.

²²² *id.ibid.*, p.20.

Úrsula, se tornou uma personagem no teatro de José de Anchieta. Em um diálogo entre a própria Santa, a Vila de Vitória clama:

V: Toda esta Capitania,
virgem mártir gloriosa,
está cheia d'alegria,
pois recebe neste dia uma mãe tão piedosa.

Nós somos seus padroeiros,
com toda nossa legião dos tebanos cavaleiros,
soldados e companheiros
de Maurício capitão.

Ele espera já por vós
e tem prestes a pousada
para, com vossa manada,
serdes, como somos nós,
deste lugar advogada.

Úrs: Para isso sou mandada,
e, com vossa companhia,
faremos mui grossa armada,
com que seja bem guardada
a nossa Capitania.²²³

José de Anchieta, ao escrever a peça, reforçou a presença das demais relíquias. Assim o missionário reitera que a Vila já é privilegiada pelas duas relíquias e agora foi agraciada com mais uma. A proteção que a relíquias representam para os povoados em que estavam inseridas se reforça no pedido da Vila em que a Santa Úrsula fosse sua advogada. A partir de 1589, a Vila de Vitória passava por crises sucessórias e invasões francesas e inglesas. A instabilidade política e a vulnerabilidade que a população da Vila se encontrava explica o porquê a personagem clama pela defesa espiritual. Na mesma Igreja em que a peça serviu de cenário foi sepultado Vasco Fernandes Coutinho Filho, o segundo donatário da Vila de Vitória em 1589. A partir disso decorreu a crise sucessória da donataria que acarretou instabilidade política na região. A contenda se deu pela falta de herdeiro masculino para ocupar o governo do donatário. O colonato preocupava-se com as invasões que constantemente a Vila sofria, principalmente em um momento de instabilidade, o que incidia diretamente na proteção. Com isso, a peça

²²³ Quando no Espírito Santo se recebeu uma relíquia das onze mil virgens. *In: ANCHIETA. J. Teatro de Anchieta*. Originais acompanhados de tradução versificada, introdução e notas pelo P. Armando Cardoso S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1977, p. 282.

teatral também foi escrita para que os colonos se sentissem seguros.²²⁴ Sem contar a epidemia de peste que assolou a região.²²⁵

José de Anchieta escreveu a peça teatral. Contudo, o jesuíta, engajado em seu potencial retórico, possibilitou que os colonos visualizassem que as contendas e discórdias só terminariam caso também estivessem livres de costumes contrários ao catolicismo. No ato IV no diálogo entre S. Vital e S. Maurício, o último afirma que

M: Não bastam forças humanas,
 não digo para louvar,
 mas nem para bem cuidar
 as mercês tão soberanas
 que, com amor singular
 deus eterno,
 abrindo o peito paterno,
 faz a todo este lugar,
 para que possa escapar
 do bravo fogo do inferno,
 e a salvação alcançar

V: Ditasas por certo é,
 se não for desconhecida,
 ordenando sua vida
 de modo que junto a fé
 com caridade incendida.

Porque as mercês divinais
 então são agradecidas
 quando os corações leais
 ordenam bem suas vidas
 conforme as leis divinas.²²⁶

José de Anchieta, de maneira didática, aponta quais eram os pecados que os colonos devem continuar combatendo para receberem as bênçãos divinas. São Vital e São Maurício dialogam:

V: E destes, quantos cuidais
 que se acham nesta terra?

M: Muitos há, se bem olhais,
 que contra os vícios mortais
 andam em perpétua guerra.²²⁷

²²⁴ Nota do organizador do livro: CARDOSO, A. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1977, pp. 276-277.

²²⁵ CYMBALISTA, R. *op.cit.*, p.30.

²²⁶ Quando no Espírito Santo se recebeu uma relíquia das onze mil virgens. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta*. Originais acompanhados de tradução versificada, introdução e notas pelo P. Armando Cardoso S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1977, p. 283

²²⁷ Quando no Espírito Santo se recebeu uma relíquia das onze mil virgens. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta...* p. 283

Um dos receios do colonato diz respeito às invasões francesas e inglesas que incisivamente ocorriam na Vila. A personagem Santa Úrsula diz que

Urs: Se os nossos portugueses
nos quiserem sempre honrar,
sentirão poucos reveses
de ingleses e franceses
seguros podem estar ²²⁸

De maneira prática, o teatro demonstrava que as bênçãos terrenas com relação a instabilidade política e as invasões estavam diretamente relacionadas ao comprometimento espiritual dos colonos. As relíquias eram um dos elementos basilares para restaurar a estabilidade da Vila. Portanto, as relíquias, tal como os sacramentos, tiveram funções específicas na manutenção da estrutural colonial. Os elementos da religiosidade estavam presentes nos emburlos políticos e sociais. A evangelização jesuítica fornecia elementos para que o colonato compreendesse seu meio e direcionava caminhos para agir nele.

Neste sentido, as medidas tomadas pelo campo missionário e pelas Coroas ibéricas estavam inseridas nessa lógica. Essa peça teatral foi representada durante o governo de Filipe II e o monarca não estava alheio ao seu contexto. Segundo José Antonio Falcão, no “no século XVI, a política dos reis adquiriu maior proeminência em relação aos assuntos do sagrado.”²²⁹ Essa política não era exclusiva das possessões coloniais. Filipe II, durante seu reinado entre 1559 e 1591, esteve presente em 5 autos de fé. Especificamente durante a União das Coroas ibéricas, em 1582 esteve em Lisboa durante uma dessas cerimônias. Esses autos de fé presididos pelo monarca tinham como objetivo sanar os desvios sociais e extinguir os focos de protestantismo de seus reinos.²³⁰

Neste sentido, observamos que não só as medidas territoriais²³¹ para combater os hereges e maus costumes eram pautadas. A Companhia de Jesus esteve presente nas ações práticas de Filipe II. Contudo, possuía em suas mãos estratégias próprias da lógica europeia embebida de religiosidade representada pelas relíquias. Com isso,

²²⁸ *id. ibid.*, p. 283

²²⁹ FALCÃO, J. A. *op. cit.*, pp. 216-218

²³⁰ PARKER, G. *Filipe II*. Madrid: Alianza, 2003, pp. 125-126.

²³¹ Ocupação do Sul do Brasil para extinguir os focos dos protestantes donos de engenhos e os contrabandistas. Discussão no Capítulo 2.

embrenhavam-se na lide colonizadora para disseminar o catolicismo e o modo de se viver europeu.

Outro espaço que os missionários se valiam para causar a comoção dos súditos eram os púlpitos. Por meio da pregação, os inacianos buscavam convencer os pecadores a se redimirem perante Deus. Tem-se relatos das posturas da Companhia de Jesus para lidar com os colonos durante aparições públicas e durante missas, celebrações ou até festividades. Além disso, era por meio dos púlpitos que os inacianos conseguiam estabelecer uma comunicação em grande escala com os fiéis. Por isso, esses espaços e durante os sermões, os padres podiam exortar a palavra de Deus e evangelizar. Em espaços onde grande parte do público das missas e celebrações eram representados por colonos, os púlpitos foram amplamente utilizados para combater os desvios morais e reeducar esses indivíduos. Luiz Filipe Baeta Neve aponta que

as práticas inacianas tinham carácter público, mas não se restringe somente as pregações. Por meio da música e ostensividade ou também auto flagelação buscavam o vislumbamento do indígena. A sociedade participavam das celebrações públicas.²³²

As peças teatrais, sermões, peregrinações e flagelos foram métodos de persuasão que a doutrina católica permitia atuar. Instituir o medo entre os colonos também era um elemento persuasivo da Companhia de Jesus.²³³ Segundo Luiz Felipe Baêta Neves existiu uma aliança política-militar para viabilizar condições do trabalho ideológico jesuítico.²³⁴ Se valeram das punições públicas previstas nas leis portuguesas. Levando em consideração que mesmo com a União das Coroas ibéricas foram as leis lusas que permaneceram ratificadas. O monarca espanhol permitiu que tais posturas continuassem por estarem de acordo com seu projeto político. Instituiu-se uma pedagogia do medo que aliava os poderes civis e eclesiásticos. Portanto eram necessários recursos materiais e humanos para a evangelização.”²³⁵

²³² NEVES, L. F. B. *op.cit.*, pp. 76-77.

²³³ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 383-384.

²³⁴ NEVES, L. F. B. *op.cit.*, pp. 104.

²³⁵ SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 383-384.

4.2 O TEATRO JESUÍTICO COMO FERRAMENTA EVANGELIZADORA E DE MANUTENÇÃO DAS POLÍTICAS DE FILIPE II NA COLÔNIA

O alto clero luso demonstrou atitudes de apoio ao governo de Filipe II. Foram tomadas medidas com vistas a confirmar o governo do monarca espanhol pelo Arcebispado da cidade portuguesa de Braga. Em 1582, o Arcebispo João Afonso de Meneses solicitou a publicação de uma carta edital. O documento reafirmava o legado que tornou Filipe II rei de Portugal, além de repudiar os anseios de D. Antonio de Crato em almejar o trono. Diante disso, o edital orientava que o clero não deveria questionar o reinado espanhol, muito menos confessar aos apoiadores de D. Antonio de Crato. Qualquer pessoa que se envolvesse com Dom Antonio ou com suas ideias e ambições monárquicas estaria submetida a esta medida:

Todas & quaisquer pessoas que souberem algua cousa que se faça on diga contra o serviço de sua Magestade, & direytos destes seus reynos & o nam descubrirem, por onde se sigua ou possa seguir algu dano ou perjuyzo a Sua Magestade ou sua coroa Reseruamos [...]PELOQVE mandamos a todos & quaisquer dos sobreditos confesores que nouamente forem habilitados, que dos ditos casos nem em nenhum delles, nem suas depédencias absolua a pessoa algua de qualquer qualidade, grao, condição, ou religião q seja, antes os remeteram a nos & a nossa pessoa, sob pena de excommunhã mayor ipso facto incurrenda, & de suspensam de suas ordés, officios, & benefícios, & serem perpetuamente delles priuados & inhabilitados. [rasurado] que possa vir a notícia de todos & nam poderem pretender ignorância, mandamos passar a presente, sob nosso final [rasurado] sello.²³⁶

Especificamente no Brasil, o elemento religioso trabalhou ativamente para a manutenção da Coroa espanhola e do catolicismo. Mircea Eliade aponta que o próprio espaço da igreja era o local de comunicação entre o mundo sagrado e profano. Simbolicamente, esse espaço sagrado definia um centro referencial do qual toda a estrutura social emergia.²³⁷ Segundo Luciene Pessotti, a escolha de um espaço para a representação teatral tinha motivações práticas. A ocupação de um território era escolhida pela capacidade do *locus* de definir e demonstrar valores e posturas. O espaço não era escolhido à toa, como também a Companhia de Jesus sabia que a sua presença

²³⁶ BRAGA. Arcebispo, 1581-1587 (João Afonso de Meneses) [Carta edital suspendendo os pregadores de confessar e defender os direitos de Filipe II sobre os direitos de D. António Prior do Crato]. – [S. 1. : s.n., depois de 20 de Dezembro de 1582]. – [2] f. : 2º (32cm) Disponível: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html> 18/02/2019 18/02/2019. Acesso: 18/02/2019.

²³⁷ ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1031.

em um espaço respaldava a consolidação e defesa territorial. Portanto, foi a presença das ordens religiosas que possibilitaram o sucesso da Vila de Vitória como capitania. A Companhia de Jesus participou de forma direta na formação da sociedade que se constituiu na sede do governo do Brasil e especificamente na Vila da Vitória.²³⁸

Leandro Karnal afirma que o teatro jesuítico também tinha características funcionais para manutenção política e moral. Nas peças teatrais, José de Anchieta criou personagens associados aos inimigos da colonização e da evangelização, caracterizados por franceses e holandeses.²³⁹ Paulo Romualdo Hernandez aponta que as peças teatrais estavam em consonância com um projeto político para o Brasil Colonial. Consistia em um misto de arte, pedagogia, religião e catecismo.²⁴⁰ Foi por meio de tais ferramentas que a Companhia de Jesus pregava e apontava as soluções necessárias para controle da lide colonial. Tais fontes nos dão mostras das políticas e conflitos enfrentados após a União das Coroas ibéricas. Portanto, no século XVI, as peças teatrais tinham o objetivo de edificar as temáticas religiosas, desempenhando sentido prático para a evangelização e reafirmação dos dogmas católicos. A importância dos jesuítas para as práticas da Igreja reformada era inegável, e dentre da sua atuação missionária encontramos o uso do teatro. De acordo com Paulo Romualdo Hernandez e Marcos Roberto de Faria, o teatro jesuítico teve inspiração direta dos “Exercícios Espirituais” de Loyola. Os exercícios tinham como objetivo central desenvolver na experiência cristã momentos de representação da vida de Cristo,²⁴¹ e eram representados, de acordo com Kuiza Araujo de Barros, em três cenários específicos: nos aldeamentos, nas cidades e nos colégios.²⁴²

Quando pontuamos sobre o teatro jesuítico no Brasil Colonial, destacando sobre as doze peças teatrais produzidas pelo P. José de Anchieta entre 1561 –1597, pois foram as peças teatrais jesuíticas escritas no Brasil neste período. As características do teatro anchietano têm relação com o público que mantinha contato com suas representações

²³⁸ PESSOTTI, L. *O espaço sagrado e o espaço profano: o sagrado como estratégia da Companhia de Jesus na formação do espaço urbano e da sociedade da Vila de Nossa Senhora da Vitória*. In: IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano, 2008, Ouro Preto. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 1027.

²³⁹ KARNAL, Leandro. *op.cit.*, p. 95.

²⁴⁰ HERNANDES, P. R. *O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil Colônia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, pp. 7-8.

²⁴¹ HERNANDES, P. R.; FARIA, M. R. de. Anchieta e o teatro na língua brasílica. In: TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de, RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. *Origens da educação escolar no Brasil colonial*. Vol. II. Maringá: Eduem, 2013, p. 124.

²⁴² BARROS, K. Teatro jesuítico: Um instrumento da pedagogia jesuítica. Cascavel: *Revista Travessias*, vol. 2 (1), 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2924>, p.4.

dramáticas. Seus autos eram produzidos em tupi, espanhol e português, em algumas peças os três idiomas estavam presentes. Segundo Armando Cardoso, as peças são compostas por dois atos centrais, posteriores a introdução e anteriores a despedida e dança. Portanto, os diálogos dramáticos estão concentrados em dois autos.²⁴³ Consistiam em diálogos teatrais com personagens da vida sociais dos povos autóctones. Para falar sobre a “boa maneira de viver” utilizou a língua nativa e criou um teatro pedagógico, como os autos da época não deixavam de ser.²⁴⁴ Neste sentido, as peças teatrais de José de Anchieta demonstram de forma prática elementos para a manutenção tanto da cristandade como do governo de Filipe II.

Wolfgang Lenk aponta que a relação entre condição periférica do Brasil e a reprodução de sua organização social foi objeto de transformações que estão na profundidade de nossa história. Neste sentido, um exemplo de relações sociais típicas e próprias da lógica do capital mercantil no Brasil Colonial foi a posição dominante do senhor de engenho.²⁴⁵

O auto de São Maurício na Vila de Vitória representa justamente esse conjunto de relações e posições sociais possíveis dentro da lógica mercantilista. Em 22 de setembro de 1595, foi apresentado a peça teatral em comemoração ao dia do padroeiro São Maurício. O Santo era padroeiro da Vila, já que sua relíquia estava guardada na Igreja de S. Tiago. Segundo Armando Cardoso, “queria-se grande festa para aquele ano, pois, por graça de S. Maurício, a capitania se livrara de terrível epidemia, de seca assoladora e de ataques de índios inimigos e corsários ingleses e franceses”²⁴⁶. Presume-se que a festividade tenha abarcado um grande número de colonos já que foi escrita em português e castelhano. Anchieta tinha um público alvo bem definido. Sem contar a discórdia sobre a sucessão do donatário Vasco Fernandes Coutinho, que assolou a Vila desde 1589. Os jesuítas agiram ativamente nessa polêmica colonial. Como uma medida prática e imediata, os missionários defenderam que a viúva do donatário D. Luísa Grimaldi governasse a Vila. O Capitão adjunto Miguel de Azevedo, que tinha parentesco com D. Luísa por ser casado com sua irmã, iria dar assistência à administração. José de Anchieta era conselheiro de D. Luísa Grimaldi e do Capitão,²⁴⁷ o

²⁴³ CARDOSO, A. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1977, p. 8.

²⁴⁴ HERNANDES, P. R. *O teatro de José de Anchieta...* p. 12.

²⁴⁵ LENK, W. Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654). Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Unicamp, 2009, pp.18-24.

²⁴⁶ CARDOSO, A. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1977, pp. .285-287.

²⁴⁷ *id. ibid.*, pp. 285-287.

que demonstra a continuação de uma política já feita com os monarcas de Portugal, dentre eles Catarina de Bragança e D. Henrique. Os missionários, dentro da organização social europeia, tinham “status” de conselheiro dos assuntos de fé e temporais para os monarcas. Essa política de atuação e consideração pelos jesuítas também foi transposta para o ambiente colonial, onde os administradores se valiam dos conselhos dos inacionos. Essa era uma das formas que a Companhia de Jesus agia ativamente para a manutenção do catolicismo de das estruturas imperiais no Brasil.

Só em 1593 que a contenda foi resolvida e Francisco de Aguiar Coutinho assumiu a donataria da vila. Miguel de Azevedo continuou em seu posto de capitão adjunto. O capitão, em 1595, participou ativamente das expedições contra os Goitacazes. Segundo Armando Cardoso, a personagem Vila de Vitória representava D. Luísa Grimaldi, e o Bom Governo seria o capitão adjunto. Contudo, na peça teatral observamos a insatisfação pela ausência de Miguel de Azevedo na administração da Vila:²⁴⁸

V: Não credes vós, pai honrado
que é justa minha fadiga?
pois meus filhos fazem liga
e pazes com o pecado e com a serpente antiga.

sua soberba os combate,
sua ira, gula, avareza,
sua preguiça e torpeza,
a cada hora lhe dão mate
com grão furor e braveza.

meus filhos sem fortaleza
sempre se deixam vencer,
sem querer-se defender,
e tomam por gentiza
do mundo cativos ser.

G: Bem sabeis vós que nas
guerras
bem mais val o sapiente
que grande corpo de gente,
que quem vence e ganha terras
é um capitão prudente

por eu daqui ser ausente,
foi vosso povo vencido;
se for discreto e sabido,

²⁴⁸ CARDOSO. A. In: ANCHIETA. J. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1977, pp. 285-287.

tenha-me sempre presente:
tudo lhe será rendido.

V: Pois dai-me vosso favor,
e vos guarde o Padre Eterno,
e para aliviar-me a dor,
dizei-me quem sois, senhor?
sou, senhora, o bom Governo.²⁴⁹

Este trecho demonstra o quão o governo está diretamente relacionado com o ordenamento social. A Vila de Vitória destacou todos maus costumes de seus habitantes, a referência da personagem para seus preceitos tem base na doutrina católica. No trecho a personagem Governo assume sua responsabilidade diante da situação que a Vila se encontrava. José de Anchieta carregava fortes motivações para destacar a necessidade da firmeza na administração, principalmente na participação do Capitão Miguel de Azevedo. Os jesuítas apoiavam a viúva Luísa Grimaldi e o Capitão como administradores da Vila, portanto, certamente cumpriam medidas que estavam de acordo com a manutenção do catolicismo e da monarquia. Com a continuação do Capitão dentro do governo de Francisco de Aguiar Coutinho possivelmente os inicianos se sentiriam representados. Como foi o caso entre os jesuítas e Belchior de Azeredo, que foi Capitão mor aclamado por Mem de Sá em 1561. Segundo Wanderson Santos de Almeida,

podemos perceber que os jesuítas estavam de acordo com a “eleição” de Belchior de Azeredo para o cargo de capitão-mor da capitania. A carta elenca ainda algumas virtudes e piedades cristãs presentes em Belchior de Azeredo, dentre elas a obediência e a caridade, além de ser um homem que comunica ao padre Brás Lourenço em tudo que envolve os seus negócios e sua consciência. O documento destaca ainda a capacidade militar de Belchior de Azeredo de sujeitar os índios e combater os franceses.²⁵⁰

A família Azeredo teve destaque na Capitania do Espírito Santo entre os séculos XVI ao XVII. A expansão dos negócios da família Azeredo ocorreu paulatinamente junto com a ocupação de seus membros em cargos do governo da Capitania. Seus negócios tinham como base a empresa açucareira e construção de trapiches (cais de

²⁴⁹ Na Vila de Vitória ou de S. Maurício. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta...* pp. 307-308.

²⁵⁰ ALMEIDA, W.S. *Redes governativas: a atuação da família Azeredo na Capitania do Espírito Santo (sec. XVI-XVII)*. Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST, 2018, p. 10.

embarque e armazéns). Em 1583 Miguel de Azeredo tinha o engenho da Evocação à Trindade,²⁵¹ e Wanderson Santos de Almeida aponta que

a capacidade das melhores famílias da terra de criar redes de poder sustentadas pelas pessoas de menor qualidade – índios e escravos – na sociedade colonial. Tal afirmação pode ser demonstrada, por exemplo, pela capacidade que essas elites tinham de comandar verdadeiros exércitos particulares de índios e escravos.²⁵²

Com isso, representar na peça teatral a necessidade de participação do Capitão-mor no governo da Vila de Vitória tinha duas funções: garantir as relações de poder que a própria ordem mantinha e estabelecer no aparato administrativo uma garantia de policiamento da lide colonial. Como vimos, com o governo de Filipe II, a Companhia de Jesus foi encarregada de participar das missões de *descimento*. Tais indígenas que deveriam ser evangelizados também tinham função para garantir a proteção territorial. Neste sentido, as relações no Brasil Colonial se baseavam em uma simbiose da lógica mercantil e de apoio mútuo para a garantia da manutenção das monarquias católicas. Garantia os negócios das elites locais, a manutenção da evangelização encabeçada pela Companhia de Jesus trabalhava pelo fortalecimento do governo de Filipe II.

Podemos perceber que José de Anchieta destaca um dos pecados dos colonos. Esses pecados estão desestabilizando a Vila de Vitória. As personagens Lúcifer e Satanás dialogam sobre as intransigências que provocam nos homens,

Pois as guerras
que fazem por estas terras
os que se chamam cristão,
aos pobres brasis pagãos,
por mares, rios e serras,
donde nascem? – Destas mãos!²⁵³

Neste trecho José de Anchieta aponta que “os que se chamam cristão” eram os indivíduos que praticavam os salteamentos, ou seja, os colonos. De uma maneira mais ampla, toda a estrutura de poder que tinha relação com os indígenas era desestabilizada

²⁵¹ ALMEIDA, W.S. *op.cit.*, p. 8 Apud. RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Modos de ver (1534-1643): o governo do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel & RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Espírito Santo: um painel da nossa história II. Vitória: Secult, 2012, p. 190; SIMONATO, Juliana Sabino. A Capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes: escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580-1640). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017, p. 65.

²⁵² ALMEIDA, W.S. *op.cit.*, p. 8.

²⁵³ Na Vila de Vitória ou de S. Maurício. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta...* p. 292.

com a ação dos colonos salteadores. As missões de *descimento* poderiam não dar certo se os indígenas já tivessem sido explorados por esses colonos. Os missionários não conseguiriam estabelecer relações com esses ameríndios, os quais não seriam pacificados, nem súditos e nem evangelizados. Não comporiam seu papel dentro da dinâmica colonial, como ocorria no Espírito Santo. Percebemos que as expedições de *descimento* e os salteamentos estavam em duas categorias distintas na lógica colonial. Uma contribuía para compor o corpo da monarquia mercantilista e preceitos católicos. Já os salteamentos e resgates estavam a favor dos interesses individuais dos colonos:

S: Pleitos, bandos, dissensões,
eu os movo, eu os sustento;
ódios, afrontas, bandões,
cutiladas, bofetões,
tudo, tudo isso eu invento.

quem lhes faz vender o fato
por preço tão desigual?
e que o mercador carnal
venda afinal tão barato
sua alma por um real?²⁵⁴

Neste trecho, José de Anchieta aponta a cobiça do colono. Tal fome por dinheiro poderia custar suas almas. Ao pregar contra essas práticas, o missionário também revelava estar em consonância com as decisões internas da Companhia de Jesus e seus documentos normativos que previam nos casos de indígenas que serviam de mão de obra para colonos,

los pes de las aldeas no hagan contratos comprando, vendendo etc, ni se hagan depositários de los jornales de los índios, q' sierven a los portugueses, ni les obliguen a la paga dante mano, ni metan em tronco, ni hierros a los Christianos, solamente q'remos que los pes atiendan al bien spiritual de los índios, y lo temporal dexen a los ministros del Rei, porq' si no se hisiere esto, no aura pas. pa o mesmo. 20 de oitubro 97.²⁵⁵

A Companhia de Jesus foi orientada a não mediar essa relação, nem mesmo interferir ou remediar práticas com os indígenas. As relações estabelecidas com os

²⁵⁴ *id. ibid.*, p. 293.

²⁵⁵ COMPANHIA de Jesus. *Brasilia ordinationes Provinciae*, 1573-1614. Documento manuscrito. Fondo Gesuitico 1255, Fascículo 10. Biblioteca Nazionale Centrale "Vittorio Emmanuele II" Roma. In: SABEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 462.

indígenas possibilitavam o colonato a lutar contra um inimigo comum, como podemos perceber,

o pecado nos dá guerra
em todo tempo e lugar;
e pois quisestes morar
nesta nossa pobre terra;
ajudai-a sem cessar;
porque, cessando o pecar,
cessarão muito reveses,
com que os hereges franceses
nos poderão apertar
e luteranos ingleses.²⁵⁶

Neste fragmento observamos o carácter pedagógico que o teatro de José de Anchieta carregava. A função desta representação foi relacionar o pecado com as ameaças e invasões corsárias que as Vilas viviam. Retoricamente, o jesuíta aponta de forma prática que se o colonato não praticasse pecados, os castigos acabariam. Neste sentido, o trecho carrega a informação didática de quais são os elementos que são maus, os quais afastam a Vila da paz e que proporcionam a instabilidade, o qual está personificado nos franceses e ingleses, ou seja, nos países que representam outra doutrina que não era a católica. Com isso, se algum colono estabelecesse relações com esses indivíduos estariam se envolvendo com práticas luteranas. Nessa peça teatral, José de Anchieta já exorta contra o luteranismo como um pecado. Segundo Pierre Deyon,

as lutas que os marinheiros e os corsários de Elizabeth mantinham contra as frotas e as colônias de Filipe II eram a mesmo tempo uma empresa religiosa, nacional e mercantil e um século mais tarde, a ofensiva comercial contra a França de Luiz XIV se inscrevia, igualmente, num plano mais geral de defesa protestante.²⁵⁷

Isso nos ajuda a compreender que identificar, expor e demarcar os inimigos do catolicismo e da Vila de Vitória foi uma ação inserida dentro de conflitos maiores. As invasões francesas, inglesas e holandesas no Brasil tiveram como motivação disputas de concepções doutrinárias, identitários e comerciais.

²⁵⁶ Na Vila de Vitória ou de S. Maurício. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta...* p. 288.

²⁵⁷ DEYON, P. *O mercantilismo*. Perspectiva, 1992, p. 30.

Destarte, os métodos de evangelização se fundiam na dinâmica do Brasil Colonial nas ações administrativas do Governo-Geral e a evangelização. Os elementos salvíficos foram utilizados para acomodar os nativos na lide colonial, mas também estabelecer o lugar do colono diante do novo governo, o espanhol. As críticas aos colonos, por exemplo, no teatro de José de Anchieta, nos evidenciam o caráter moralizador da produção do autor canarinho, que faz parte de uma teoria dramática do período, o uso pedagógico e moralizante das peças, características que foram utilizadas desde a Antiguidade Clássica e ressignificadas de acordo com os interesses e demandas da Igreja Católica. A própria Companhia de Jesus modificou suas práticas com o tempo. Os documentos normativos *Brasilia ordinationes Provinciae* demonstram um dos motivos pelos quais era importante utilizar os sacramentos na correção moral dos colonos:

encargamos á VR la observância de la regla 58 de su offº em lo tocante a las comedias, y tragédias, y quitese el abuso de se hazeren estas fiestas donde las mujeres + [nota à margem] + sean del auditório y espantamo-nos q' se aia esto tolerado sin advertirnos etc. aia por fiesta um buen sermon, y muchas confesiones.²⁵⁸

Neste trecho de 1596, vemos que a desobediência com relação as peças teatrais. Neste período, Pero Rodrigues era o responsável pela missão no Brasil. As peças teatrais de José de Anchieta eram representadas durante festividades e comemorações nas Vila. Contudo, o documento prevê uma preocupação com a participação das mulheres durante as apresentações teatrais. Mas este fragmento aponta que seja feito nas festas um bom sermão e muitas confissões. As manifestações públicas e atos persuasivos possibilitavam o amolecimento do coração dos fiéis e consecutiva confissão, ou seja, o objetivo era incitar os fiéis participarem da instituição salutar. Além de instigar os fiéis a fazerem uso dos sacramentos, percebe-se outro movimento nas peças teatrais: a tentativa de manutenção e entronização de Filipe II. Neste sentido, “a sociedade colonial é ela mesma ao mesmo tempo produto e produtora da ação do Governo-Geral e, por seu intermédio, do consequente concerto político da força estatal metropolitana com os poderes locais organizados nas vilas.”²⁵⁹ Percebemos tal dinâmica

²⁵⁸ COMPANHIA de Jesus. *Brasilia ordinationes Provinciae*, 1573-1614. Documento manuscrito. Fondo Gesuitico 1255, Fascículo 10. Biblioteca Nazionale Centrale “Vittorio Emmanuele II” Roma. In: SÁBEH, L. A. *Colonização salvífica...* p. 457.

²⁵⁹ PUNTONI, P. L. *O estado do Brasil: poderes médios e administração na periferia do império português*. In: *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio* [S.l: s.n.], 2001, p. 21.

no Ato III do auto de São Maurício. Nele, a personagem da Vila de Vitória apresenta ao Governo as suas angústias.:

G: Não de balde, cá em meu peito,
e no ponto em que vos vi,
grão crédito concebi,
tendo-vos um tal respeito
qual sinto dentro de mi.

Mas não me tenhais a mal
perguntar-vos, sem engano,
(não vos virá disso dano):
pois que sois de Portugal,
como vestis outro pano?

V: Porque quero dar-lhe gloria
a Filipe, meu senhor,
o qual sempre é vencedor;
com ele terei vitória
de todo perseguidor.

eu sou sua sem porfia,
ele é meu rei de verdade,
a quem a suma bondade
quer confiar a monarquia
da universal cristandade.

G: Sei que por essa razão
pretendia vosso povo
com mui legal coração,
dar-vos um título novo
com nova governação.

V: Não! que isso foi desconforto,
mas de bom zelo causado,
querendo com grão cuidado,
vendo meu senhor já morto,
subir-me a melhor estado.

quem quer a seu rei honrar
deve em tudo obedecer
ao que rege em seu lugar.
isto só é acertar,
tudo mais é ofender.

G: Quem o contrário disser
é digno de pena eterna,
pois Jesus nos manda ser
sujeitos, e obedecer
como a Deus, a quem governa.²⁶⁰

²⁶⁰ Na Vila de Vitória ou de S. Maurício. In: ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta...* p. 305-306.

Neste fragmento, José de Anchieta demonstra que seguia a mesma lógica que o Arcebispo de Braga. O missionário está em consonância com os posicionamentos da Igreja quando entende Filipe II como o rei verdadeiro. Pontuar a veracidade do legado do monarca espanhol demonstra que o governo poderia ser colocado em cheque. Contudo, pedagogicamente se posiciona e visa ensinar os súditos qual é a nova fonte de poder que dita a colonização. José de Anchieta demonstra que o governo de Filipe II também tem relação com a vontade divina por ser depositado em suas mãos a “monarquia universal”. A administração de Francisco de Aguiar Coutinho na Vila foi pontuada na peça. A Vila aponta que foi com desconforto que viu seu antigo administrador morto. Contudo, a Vila demonstra esperança renovada por receber o governo do monarca. Nos parece que aceitar e obedecer ao monarca foi condição indispensável dentro do catolicismo para servir a Deus e conseguir a salvação.

A historiadora Roseli Stella aponta que a representação de peças teatrais como a da Vila de Vitória era uma estratégia para que a Coroa espanhola continuasse a obra cristã no Brasil.²⁶¹ Para Luiz Antonio Sabeh, as peças indicam consonância e apologia ao governo de Filipe II, contudo, o autor avança quando afirma que “encenava a salvação de Deus e Del-Rei imbuído de atribuição salvíficas.”²⁶² Neste sentido, a salvação da alma estava atrelada aos sentidos religiosos e temporais. Tinha compromisso com a reeducação religiosa dos colonos porque oferecia elementos capazes de causar uma transformação comportamental dos súditos. Isso tinha como vistas a manutenção da fé católica e a evangelização em um sentido mais amplo.²⁶³

A União das Coroas ibéricas teve implicações para a lide colonial. Observamos o alargamento das noções territoriais, as práticas de proteção do litoral e a possibilidade de gerência da organização social dos colonos. Nos parece que além de buscar enaltecer o governo de Filipe II e de estar em consonância com o projeto de salvação de almas das monarquias católicas e da Companhia de Jesus, as peças teatrais de José de Anchieta demonstraram que a manutenção dos valores do catolicismo e da Coroa eram elementos capazes de estruturar as dinâmicas locais entre as elites, a administração do Governo-Geral, os missionários, os colonos e os grupos autóctones das Capitâneas. Ou seja, as complexas organizações das estruturas locais necessitavam da manutenção do

²⁶¹ STELLA, R. S. *op.cit.*, pp. 99-102.

²⁶² SABEH, L. A. *Semeando um novo mundo...* pp.237-245

²⁶³ SABEH, L. A. *Semeando um novo mundo...* pp.237-245.

catolicismo e da entronização de Filipe II para dar continuidade em sua forma de se organizar, e a Companhia de Jesus compreendia tal dinâmica.

5. A UNIÃO IBÉRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA

5.1 PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA “UNIÃO IBÉRICA” NOS LIVROS DIDÁTICOS

Para compreender o porquê da produção de um Objeto de Aprendizagem sobre a temática “União Ibérica” devemos retomar princípios fundamentais que guiam a educação no Brasil. Para chegar nesses objetivos buscamos compreender a educação em direitos humanos, a necessidade de democratização do ensino e a relação das TIC’s para atingir essas metas.

Adelaide Alves discute a educação como direito humano fundamental, já que a educação conduz um processo que fomenta valores e ações humanizadas nos indivíduos. A educação é capaz de proporcionar o autoconhecimento, o respeito e o senso crítico. Proporciona o acesso ao conhecimento aos direitos e deveres dos indivíduos dentro da sociedade. De acordo com Lourdes Machado “além de ser um direito social, a educação é um pré-requisito para usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais emergindo como um componente básico dos Direitos do Homem”.²⁶⁴ Com isso, entender a educação como fundamental para a formação do ser humano implica diretamente na construção de uma sociedade igualitária e democrática.²⁶⁵ Quando a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 1988 foi incorporada em seu texto os direitos humanos. O texto tratava sobre as necessidades básicas dos indivíduos, como: proibição de tráfico de pessoas, igualdade, garantia de alimentação, saúde, igualdade, moradia e essencialmente a educação. Neste sentido foi consolidado como direitos fundamentais que passariam a ser protegidos pelo país. Historicamente a inserção dos direitos humanos nos planos governamentais demonstram a preocupação com a dignidade humana.²⁶⁶

O Brasil é historicamente marcado pela desigualdade social. Com a organização econômica baseada no capital internacional a desigualdade social é cada vez mais acentuada. As relações entre indivíduos promovidas por esse ornamento econômico se estabelecem em reforçar as disparidades. Primeiro, pela concentração de

²⁶⁴ MACHADO, L.M.; OLIVEIRA, R. P. *Direito à educação e legislação de ensino*. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (org.) *O estado da arte em política e gestão de educação no Brasil – 1991-1997*. Brasília: ANPAE e Campinas: Autores Associados, 2001, p.57.

²⁶⁵ DIAS, A. A. *Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo*. In: SILVEIRA, R. M. G. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.441.

²⁶⁶ MACHADO, L.M.; OLIVEIRA, R. P. *op.cit.*, p. 57.

riquezas e decorrente exclusão de dois terços da humanidade de direitos fundamentais, dentre eles a educação.²⁶⁷ O enfraquecimento do poder do Estado também decorre da acumulação do capital, assim enfraquecendo a ação direta dos governos em ações de políticas públicas e estruturais que poderiam garantir a equidade social.²⁶⁸ O direito à educação é previsto desde a Constituição Imperial Brasileira de 1824 e a Republicana de 1891. A educação em direito humano ganhou destaque na Constituição de 1934 que declarou o direito à educação. O ensino foi entendido como um direito básico e deveria ser promovido pela família e pelos poderes públicos. Segundo Marcos Bessa Mendes da Rocha na Constituição de 1934 a obrigatoriedade do ensino ficou restrita a frequência obrigatória, ou seja, a educação limitou-se a educação formal de alunos matriculados em escolas. A visão de educação ainda permaneceu limitada, abrangendo determinados indivíduos privilegiados com matrícula escolar.²⁶⁹

As décadas de 1950 e 1960 foram um período de fomento de movimentações em defesa da escola pública. Conhecido como Campanha em Defesa da Escola Pública. O objetivo da movimentação tinha como foco a universalidade da educação, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino. Além de temáticas sobre os âmbitos públicos e privado que seriam os provedores do ensino. Após o período de supressão dos direitos civis durante a ditadura militar o Brasil viveu o período de redemocratização. Os debates fomentados décadas antes da Ditadura Militar retomaram força. Com isso a educação ganhou efetivamente os elementos de direitos com a Constituição Federal de 1988. O Estado torna-se, portanto, o responsável pelo direito à educação. Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta lei toda a estrutura política e jurídico para agir frente aos direitos e deveres do Estado junto a educação estavam pautadas no documento.²⁷⁰ Diante do fato que o ensino no Brasil está vinculado ao educação formal consideramos indispensável buscar fontes nas escolas públicas para compreender o ensino de história (especificamente a temática sobre União Ibérica).

²⁶⁷ FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

²⁶⁸ DIAS, A. A *op.cit.*, p. 445.

²⁶⁹ ROCHA, M. B. M. da. *Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, O. (org.) *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996.

²⁷⁰ Discussões sobre a efetividade da Educação em direitos humanos no Brasil ver: percebe-se, aqui, mais uma vez, a “fórmula” encontrada pelo Estado brasileiro para que o direito à educação não seja efetivado em sua plenitude. Ainda que possamos visualizar, na Constituição de 1988, uma importante conquista em termos de ampliação dos direitos da pessoa e Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos humana à educação, ainda não é possível falarmos em educação para todas as crianças, jovens e adultos. Ver: DIAS, A. A *op.cit.*, pp. 446-447 e OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C. *Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 28, 2005. Disponível em: Acesso em: 05/06/2019, p.21.

Nosso objetivo norteador foi compreender em que pé esse conteúdo (que como vimos é um direito do indivíduo) é trabalhado. Levando em consideração que a educação (conteúdos) disponibilizada pelo Estado está restrita a escola nos parece caro avaliar os conteúdos trabalhados nos livros adquiridos pelo governo. Neste sentido, analisar as temáticas dos livros didáticos podem auxiliar na avaliação do cumprimento de um direito fundamental: a promoção da educação de qualidade.

Foi feita uma análise de títulos de livros didáticos comprados pelo governo e distribuídos em escolas públicas. Esses livros didáticos foram escolhidos pelos professores do ensino fundamental e médio. O governo disponibiliza coleções que podem ser enviadas para a escola e os professores escolhem os quais irão trabalhar. Algumas coleções estão vigentes até esse ano nas escolas. A escolha por essas obras nesta análise teve dois objetivos específicos: Primeiro, delimitar um público alvo que são os alunos da rede pública de ensino. Ou seja, os alunos que usufruem do direito a educação proporcionada pelas políticas públicas. Segundo, compreender como o conteúdo é trabalhado dentro do sistema de ensino gratuito e de educação como direito, tal como previsto na Constituição brasileira. A escolha pela análise de livros didáticos da rede pública de ensino está diretamente relacionada com a necessidade de compreender a qualidade do ensino e a comunicação entre o ensino básico e a produção acadêmica.

Nos 16 livros²⁷¹ analisados foram executadas três etapas metodológicas: Primeira, procura pela temática “União Ibérica” nos livros. Segunda, leitura do capítulo ou tópico. Terceira, organização dos livros em tipos de abordagem. Percebemos similaridades e discrepâncias na abordagem feita sobre o tema nas obras selecionadas. Com isso fez-se necessário delimitar sete eixos sobre conteúdos vinculados aos

²⁷¹ APOLINÁRIO, M. R. *História: Projeto Araribá Plus*. v. 3, 2ªed. São Paulo: Moderna, 2014; AZEVEDO, G.; SERIOCOPI, R. *Projeto Teláris*. 7º ano, 2º ed. São Paulo: Atica, 2015; BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. *História: das cavernas ao terceiro mundo*. 2º ed. São Paulo: Moderna, 2006; BOULOS, A. J. *História: Sociedade & Cidadania*. Ensino Médio. São Paulo, 2º ed. 2016; CAMPOS, F.; MIRANDA, R. G. *A escrita da história*. v.1. 1ªed. São Paulo: Escala Educacional, 2005.; CAMPOS, F.; CLARO, R. *A escrita da história*. v.1. 1ªed. São Paulo: Escala Educacional, 2010, p. 289; CAMPOS, F. *Oficina de história*. v:1, 2º ed. São Paulo: Leya, 2016; COTRIM, G. *História Global*. v.2, 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016; DIVALTE, G. F. *História*. Novo Ensino Médio. São Paulo, Ed: Ática 2002; MARQUES, A.; BERUTTI, F. FARIA, R. *Brasil: história em construção*. Belo Horizonte: Lê, 1996; MARQUES, A. *Pelos caminhos da história*. Ensino médio. Volume único, Curitiba: Positivo, 2006; MOCELLIN, R.; CAMARGO, R. *História em debate*. São Paulo: Editora do Brasil, 2010; MORENO, J.; VIEIRA, S. *História: cultura e sociedade*. v.2. Curitiba: Positivo, 2010.; PELLEGRINI, M. C.; DIAS, A.M.; GRINBERG, K. *#Contato História*. v.3, 1º ed. São Paulo: FTD, 2017; SANTIAGO, P.; CERQUEIRA, C.; PONTES, M. A. *Por dentro da história*. São Paulo: Edições Escala Educacional, 2010; SCHMIDT, M. F. *Nova História Crítica: Moderna e Contemporânea*. 6º ed. São Paulo: Nova Geração, 1996. VICENTINO, C.; VICENTINO, J.B. *Projeto Mosaico*. 7º ano, 1º ed. São Paulo: Scipione, 2015.

resultados desta pesquisa dissertativa que estavam presentes ou ausentes nos textos. Os eixos são:

- a) Livros que não apresentam a temática;
- b) Livros que apresentam o processo União Ibérica como um conflito entre Espanha x União das Coroas ibéricas;
- c) Livros que falam sobre os acordos firmados em Tomar que possibilitaram a União das Coroas ibéricas;
- d) Capítulos sobre União Ibérica que não relacionam o processo histórico com o Brasil Colonial;
- e) Livros que relacionam o processo de União Ibérica com o Brasil (invasões holandesas);
- f) Livros que trabalham diversas consequências da União Ibérica para o Brasil (principalmente expansão territorial);
- g) Títulos que relacionam as consequências da União Ibérica e o trabalho missionário no Brasil.

Com base no eixo 1 destacamos as obras “Nova história crítica da América” e “História em debate”²⁷² que não mencionam o processo de União das Coroas ibéricas. No eixo 2 sabemos que a historiografia discorda da abordagem que a União Ibérica se deu por meio do desagrado dos portugueses e para a alegria dos espanhóis. Um dos elementos que possibilitou a união dinástica foram os acordos firmados com a nobreza portuguesa e o monarca Filipe II. Além disso, nem todos os espanhóis estavam satisfeitos com a ambição expansionista do rei espanhol.²⁷³ Neste eixo destacamos os livros didáticos que abordaram o processo de União Ibérica como um conflito entre os dois países, onde Portugal foi “conquistado” militarmente pela Espanha.²⁷⁴ Os títulos “Por dentro da História”, “História Global”, História da caverna ao 3º milênio”, “História: Sociedade & Cidadania”²⁷⁵ foram os que apresentaram essa abordagem.

²⁷² SCHMIDT, M. F. *Nova História Crítica: Moderna e Contemporânea*. 6ª ed. São Paulo: Nova Geração, 1996; MOCELLIN, R.; CAMARGO, R. *História em debate*. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

²⁷³ PADGEN, A. Escuchar a Heraclides: el malestar en el imperio, 1619-1812. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey (org.). *España, Europa y el mundo Atlántico Homenaje a John H. Elliott*. Madrid: Marcial Pons, 2002.

²⁷⁴ Assunto trabalhado no Capítulo 1.

²⁷⁵ CERQUEIRA, C.; PONTES, M. A. *op.cit.*; p. 81-82; COTRIM, G. *op.cit.*, pp. 57-58 ; BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. *op.cit.*, p.49 ; BOULOS, A. *op.cit.*, p. 66 ; MARQUES, A. BERUTTI, F. FARIA, R. Brasil... p. 107.; MARQUES, A. *Pelos caminhos da história...* p. 177.

O eixo 3 trata-se dos títulos que demonstram os acordos firmados para que fosse respeitada a autonomia de Portugal. A maior parte dos livros didáticos não chega a citar os acordos de Tomar, que, dentro do conteúdo é um tópico essencial para entender a estrutura legal que possibilitou a união das Coroas. Trabalhar esse tema é essencial para entender que Portugal não foi uma vítima do monarca espanhol. A autonomia do reino luso, pelo menos a estrutura administrativa das colônias foi mantida. Entender essa particularidade é importante para compreender que o Brasil sofreu consequências durante a União Ibérica, mas a sua estrutura administrativa se manteve. O único livro entre os dezesseis que citou os acordos de Tomar foi “História”²⁷⁶ Isso pode ser explicado pelo fato de que o autor do livro tem familiaridade sobre o tema.²⁷⁷ O que nos ajuda a entender a necessidade de repensar a forma que são feitos os livros didáticos no Brasil. Ou seja, a necessidade de comunicação entre a produção científica e o ensino formal público.

O eixo 4 nos desperta para os casos que o processo de União das Coroas ibéricas não demonstra suas consequências e relação com o Brasil. A obra Projeto Mosaico²⁷⁸ apresenta uma discussão breve sobre o que foi a União das Coroas. Em um tópico “O domínio espanhol no Brasil” apresenta uma discussão geral sobre o que foi o processo de união para as colônias. Mesmo com este título não demonstra de maneira prática como foi o governo de Filipe II especificamente para o Brasil. O texto pontua algumas estruturas gerais como a administração municipal e o Conselho ultramarino. Então mesmo com a proposta de relacionar a União Ibérica com o Brasil durante o texto não é cumprido tal objetivo. Os títulos “A escrita da História” e “Oficina de História” do mesmo autor também não relaciona as consequências da União Ibérica para o Brasil Colonial. O texto trata de forma sucinta o processo e destaca a extensão do império de três oceanos que Filipe II “conquistou”. Pontuou sobre a independência da Holanda e os conflitos que a Espanha adquiriu com a França e a Inglaterra. De maneira geral o texto acaba por relatar o que foi o processo e uma consequência geral (invasões).²⁷⁹

²⁷⁶ DIVALTE, G. F. *op.cit.*, pp. 161-165.

²⁷⁷ Mestre em História pela USP. Autor de Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai (São Paulo, Humanitas, 2001) Informações do livro didático. DIVALTE, G. F. *op.cit.*, p.2.

²⁷⁸ VICENTINO, C.; VICENTINO, J.B. *op.cit.*, pp. 235-237.

²⁷⁹ CAMPOS, F.; MIRANDA, R. G. *A escrita da história*. v.1. 1ªed. São Paulo: Escala Educacional, 2005, p.212. O mesmo texto foi replicado na segunda impressão do livro. Na 2ª impressão ocorreu uma mudança dos autores, mas não do texto: CAMPOS, F.; CLARO, R. *A escrita da história*. v.1. 1ªed. São Paulo: Escala Educacional, 2010, p. 289. O mesmo texto também foi utilizado no livro CAMPOS, F.; CLARO, R.; PINTO, J.P. *Oficina de história*. v.1. 2ed.. São Paulo: Leya, 2016, p. 257.

Já o eixo 5 são as obras que demonstram consequências diretas para a colônia. A maior parte dos livros analisados abarcam conteúdos sobre o Brasil durante a União Ibérica.²⁸⁰ Quando o Brasil é relacionado com o governo de Filipe II o processo de União Ibérica não tem destaque. Em dois livros didáticos observamos o conteúdo sobre a união dinástica é apresentado em um box no canto do livro servindo como complemento para explicar o “Brasil Holandês”²⁸¹ Observamos que a maior parte dos livros apresentam o conteúdo sobre as invasões Holandesas no Brasil como a única e maior consequência da União das Coroas Ibérica. Contudo não só os holandeses invadiram o Brasil, mas também ingleses e franceses. Além disso, a expansão e proteção territorial foram políticas correspondentes do governo espanhol para o Brasil. Dentre os livros analisados somente “História: sociedade & cidadania” que tratou o processo as invasões Holandesas como único processo que se desenvolveu pela união das Coroas. A organização do capítulo já nos demonstra a generalização feita. O capítulo leva como título: A América portuguesa e a presença holandesa - tópico: holandeses no Nordeste. Como se o Brasil tivesse a única consequência da União das Coroas as invasões estrangeiras da Holanda, em específico. A obra “Pelos caminhos da história” cita o processo de União Ibérica no tópico “A presença dos holandeses no Nordeste açucareiro”. A união dinástica só é mencionada para explicar que o Brasil perdeu espaço no “negócio açucareiro” porque começou a ser governado por Filipe II que detinha conflitos com a Holanda. Mais uma vez as invasões holandesas aparecem como a única consequência da União Ibérica para o Brasil Colonial.²⁸²

No foco do eixo 6 encontramos poucos livros que pontuavam outros aspectos além das invasões estrangeiras. Dentre eles “História Global” que destacou a certa autonomia de Portugal frente a União das Coroas, contudo não citou os acordos de Tomar. A obra destacou a flexibilização das fronteiras de Tordesilhas, a ratificação do Santo Ofício na Inquisição no Brasil, e as consequências econômicas e territoriais.²⁸³ O livro “História” também abarcou outros aspectos do Brasil durante o governo de Filipe II como: fim do Tratado de Tordesilhas, criação de novas unidades administrativas no Brasil em 1621 e a conquista do sertão pelas expedições que acarretaram a construção

²⁸⁰ BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. *op.cit.*, p. 49.; COTRIM, G. *op.cit.*, pp. 57-58.; SANTIAGO, P.; CERQUEIRA, C.; PONTES, M. A. *op.cit.*, pp. 81-82.; BOULOS, A. J. *op.cit.*, p. 66.; DIVALTE, G. F. *op.cit.*, pp. 161-165.; AZEVEDO, G.; SERIOCOPI, R. *op.ct.*, pp. 211-213 .; MORENO, J.; VIEIRA, S. *op.cit.*, pp. 134-135 .; PELLEGRINI, M. C.; DIAS, A.M.; GRINBERG, K. *op.cit.*, p. 112 .

²⁸¹ PELLEGRINI, M. C.; DIAS, A.M.; GRINBERG, K. *op.cit.*, p. 112 e AZEVEDO, G.; SERIOCOPI, R. *op.cit.*, pp. 211-213.

²⁸² MARQUES, A. *Pelos caminhos da história...* p. 177.

²⁸³ COTRIM, G. *op.cit.*, pp. 57-68.

de Natal e Maranhã. As expedições no Amazonas também foram trabalhadas além do uso de mão de obra indígena para fortalecer o aparato militar dos novos núcleos populacionais.²⁸⁴

Já o 7 se limita ao livro “História” No texto foi trabalhado que durante o governo de Filipe II ocorreu no Brasil expedições e criação de núcleos populacionais. Neste aspecto destacou-se o trabalho missionário, que, junto com colonos auxiliavam nas expedições em busca de drogas dos sertões na Amazônia. Além disso foi mencionado o papel desses missionários religiosos para com os indígenas que foram utilizados como força militar contra as invasões estrangeiras.²⁸⁵. Os demais livros analisados não destacaram o trabalho das ordens religiosas no Brasil entre 1580-1640.

Além dessa análise percebemos que alguns livros não tiveram atualização. Foram analisados três livros do mesmo autor, as obras têm coautores distintos e a segunda edição e terceira são de editoras diferentes. As obras estão separadas em 5 anos de produção, a primeira edição (2005) para a segunda (2010) e 11 anos de diferença da primeira para terceira (2016). Em todos os três exemplares o texto sobre União Ibérica são os mesmos.²⁸⁶ Constatase que a produção de livros didático no Brasil sobre o processo da União das Coroas ibéricas caminha a passos curtos com relação a atualização historiográfica. Os livros didáticos são suportes essenciais para a mediação do conhecimento entre professor e aluno. Levando em consideração que muitas vezes é o único material com conteúdo que o aluno obtém gratuitamente. Contudo, os livros didáticos de história carecem de atualização da temática “União Ibérica”. Percebemos que em determinadas coleções, os temas da disciplina são tratados de maneira desatualizada e parcial. A própria perspectiva historiográfica dos historiadores que escrevem as coleções pode ser um fator para este tipo de tratamento. Contudo, por outro lado existem livros escritos por diferentes historiadores, que acabam por reproduzir este tipo de abordagem nos livros didáticos. Em alguns casos, as produções dessas coleções são feitas por um historiador que muitas vezes escrevem livros inteiros, o que torna praticamente inviável uma revisão historiográfica de todas as temáticas trabalhadas no ensino básico. A educação em direitos humanos, a qual é um direito fundamental dos

²⁸⁴ DIVALTE, G. F. *op.cit.*, pp. 161-165.

²⁸⁵ DIVALTE, G. F. *op.cit.*, pp. 164-165.

²⁸⁶ CAMPOS, F.; MIRANDA, R. G. *A escrita da história*. v.1. 1ªed. São Paulo: Escala Educacional, 2005, p. 212.; CAMPOS, F.; CLARO, R. *A escrita da história*. v.1. 1ªed. São Paulo: Escala Educacional, 2010, p. 289. O mesmo texto também foi utilizado no livro CAMPOS, F.; CLARO, R.; PINTO, J.P. *Oficina de história*. v.1. 2ed.. São Paulo: Leya, 2016, p. 257.

indivíduos não corresponde com essa abordagem de educação pública. Os livros didáticos adquiridos pela rede pública carecem de atualização e não correspondem com uma educação crítica e integral para o indivíduo, a qual é prevista na Constituição brasileira.

O Objeto de aprendizagem: estratégia para equidade na educação

Por meio dos resultados da análise dos livros didáticos percebemos demandas para o aperfeiçoamento de um tema caro para a História do Brasil. As TIC's podem ajudar a garantir essa democratização e abrangência do ensino de qualidade. Proporcionam esse complemento que pode ser utilizado em sala de aula. Com a popularização da internet a comunicação tornou-se um dos braços que otimiza a tecnologia. Hoje conhecemos este processo que acarretou toda essa inovação pelo nome de TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação). O termo abrange um grande número de produtos tecnológicos.²⁸⁷

A UNESCO acredita que as TIC's podem contribuir para o acesso universal da educação. Já que as tecnologias podem atingir escolas e os ambientes domésticos, com isso podem ser usadas para popularizar o ensino e a informação de qualidade que pode ser acessada por diversos estratos sociais. O desenvolvimento profissional dos professores também pode ser alcançado com o auxílio das TIC's. Cursos de especialização virtuais e Objetos de aprendizagem, que podem contribuir para prática docente. A UNESCO assume o objetivo de promover o uso de TIC's e elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem. A concepção de TIC's para a UNESCO seria de uma ferramenta que proporciona uma formação integral.²⁸⁸ Werlayne Stuart Soares-Leite afirma que “é fundamental que a educação se adapte a esse novo paradigma da educação moderna, isso porque a nossa sociedade (essa sociedade tecnológica) exige pessoas com domínios das novas tecnologias.”²⁸⁹

²⁸⁷ Exemplos de TIC's: Computadores pessoais (PCs, personal computers); Câmeras de vídeo e foto para computador ou Webcams; Gravação doméstica de CDs e DVDs, celulares; Correio eletrônico (e-mail) e as Listas de); Tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons (Vimeo, Ypoutube, last Fm); Captura eletrônica ou digitalização de imagens por meio de scanners; a fotografia, cinema, vídeo e som digital (TV e rádio digital); Wi-Fi, Bluetooth, RFID

²⁸⁸ <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/digital-transformation-and-innovation/ict-in-education/> acesso: 21/01/2019 às 22:17.

²⁸⁹ LEITE, W. S. S.; RIBEIRO, C. A. N. *A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios*. Magis, Revista Internacional de Investigación em Educación, v. 5, n. 10, p. 173-187. 2012. Disponível em: Acesso em: 5/03/2018.

Torna-se necessário educar para além dos conteúdos escolares, mas também preparar os alunos para o mundo do trabalho. As “competências digitais” são metas da educação, e as TICs são respostas para cumprir as condições mínimas para que os jovens adentrem no mercado de trabalho.²⁹⁰ Ou seja, os Objetos de Aprendizagem estão diretamente relacionados a uma educação em direitos humanos. Uma educação que prima em proporcionar valores e competências para que o indivíduo tenha acesso ao desenvolvimento pessoal, ao senso crítico e pronto para o mercado de trabalho. Direitos fundamentais para a manutenção da dignidade humana. É nesta perspectiva que baseamos a construção do Objeto de Aprendizagem que resultou deste trabalho dissertativo.

O Objeto de Aprendizagem (O.A) tem como função auxiliar a aprendizagem e seguimento de conteúdo dentro de uma disciplina. Podemos entendê-lo como uma ferramenta digital dentro do grupo das TIC's para apoiar a aprendizagem. Consiste em um produto disponibilizado na internet caracterizado como uma plataforma que contenha imagens digitais, fotos, músicas, textos, vídeos. O objetivo da tecnologia digital do O.A não seria de substituir o professor em sala de aula, mas servir como material que possibilitaria um ensino mais crítico, dinâmico, flexível e motivador. Ou seja, competências básicas em uma educação em direitos humanos. O O.A pode ser compreendido como instrumento que auxilia o professor a alcançar seus objetivos didáticos, metodológicos e educacionais em sala de aula.²⁹¹

Para o desenvolvimento do O.A, algumas reflexões sobre a produção de conhecimento em história e sobre o ensino de história são pertinentes.²⁹² A produção acadêmica de conhecimento sobre história está diretamente relacionada ao ensino de qualidade, ou ao menos deveria estar. Para Anelise Maria Muller de Carvalho, o ensino de história deve se opor à cristalização dos dados e as verdades absolutas devem ser repensadas. O conhecimento em história deve favorecer um pensamento reflexivo. Essa postura questionadora aproxima os professores e alunos dentro de um relacionamento ativo e crítico com o saber. Com isso, as práticas escolares devem abrir caminhos para a

²⁹⁰ COSTA, F. A. *Metas de Aprendizagem na área das TIC: Aprender com Tecnologias*. I Encontro Internacional TIC e Educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, p. 2010, pp. 931-936.

²⁹¹ SÁ FILHO, C. S.; MACHADO, E. de C. *O computador como agente transformador da educação e o papel do objeto de aprendizagem*. In: <http://www.abed.org.br/seminario2003/texto11.htm>, 2004, p. 3. Acesso: 21/06/2019.

²⁹² Quando nos referimos a ensino de história estamos pontuando sobre os conteúdos, práticas e ensino desenvolvido na rede pública e particular do ensino básico.

produção de conhecimento e questionamentos em sala de aula.²⁹³ Neste sentido, a produção de conhecimento em história também tem como objetivo um ensino crítico, dinâmico, flexível e motivador, características pontuais que podem ser alcançadas com a utilização de novas tecnologias em sala de aula. Por isso encontra-se a necessidade de utilizar a ferramenta do O.A na dinâmica escolar, essencialmente no ensino de história. O desenvolvimento do O.A torna-se necessário frente a necessidade de repensar a temática da União Ibérica apresentada nos livros didáticos adquiridos pela rede pública de ensino.

Desta forma, a construção do O.A se apoia nessa produção historiográfica que acaba por repensar o processo de União Ibérica: compreender as mudanças estruturais, tais como administrativas, territoriais, culturais e sociais e políticas que ocorreram no Brasil. Existe a necessidade de pontuar que o processo não foi unilateral, com isso compreender que uma elite portuguesa se beneficiou com a ascensão do rei Espanhol.²⁹⁴ Sérgio Buarque de Holanda aponta a expansão territorial proporcionada nesse período.²⁹⁵ Além de que, a administração espanhola e a Companhia de Jesus desenvolveu estratégias que auxiliaram na estruturação do Brasil.²⁹⁶ Para isso existe a necessidade de diminuir a distância entre a produção acadêmica e o público escolar. Este O.A tem como objetivo ser um material tecnológico que dialogue os resultados desta pesquisa para o âmbito da educação formal.

5.2 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM: GUIA DO PROFESSOR

O Objeto de Aprendizagem foi inspirado em dois conteúdos: o resultado da análise feita nos livros didáticos e no modelo de um capítulo de livro didático. Consideramos pertinente seguir alguns parâmetros que são recorrentes nos

²⁹³ CARVALHO, A. M. M. “Aprender quais histórias?”. In: Revista Brasileira de História, n. 13, set/1986-fev/1987. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1987, p. 156.

²⁹⁴ SCHAUB, J. *op.cit.*, p. 46-50.

²⁹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I... p. 201-208. Discussão feita no Capítulo 2 desta dissertação.

²⁹⁶ Alguns trabalhos que nos ajudam a compreender essas questões e serão utilizados como base historiográfica para o O.A: SCHAUB, J; SABEH, L. A. *Colonização salvífica*; SERRÃO, J. V.; HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira* v.1, T.1...; HERMANN, J. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n. 59, 2010.

livros didáticos produzidos no Brasil. Neste sentido, o O.A tem estrutura parecida com um capítulo de livro didático sobre “União Ibérica”. Optamos por essa estrutura por considerar o livro didático uma ferramenta útil e familiar para os alunos e professores da rede pública de ensino. O objetivo foi construir um texto atualizado com relação à produção científica sobre o tema. Priorizamos o uso de imagens, mapas, recurso textual e atividades interativas. O conteúdo foi estruturado no programa *Exe learning*; as atividades interativas foram montadas no *HotPotatoes* e inseridas no sistema junto com as outras informações.

O primeiro conteúdo trabalhado foi o próprio processo de União das Coroas ibéricas. Tratamos sobre a conjuntura política da Coroa portuguesa que culminou em vacância do trono. Em seguida buscamos compreender quais foram as medidas tomadas por Filipe II para ratificar a união dinástica. Utilizamos como recurso imagético uma representação do monarca castelhano. Usualmente os livros didáticos não relacionam o processo de União das Coroas com o Brasil Colonial. Diante disso, certamente a associação entre a pessoa de Filipe II e o Brasil fica mais distante. Observamos em diversos livros, páginas inteiras com imagens de D. Pedro I. Possivelmente essa escolha intrinsecamente está relacionada a abordagens nacionalistas que recordam a administração lusitana no Brasil Colonial. Neste sentido, optamos por dar rosto ao monarca espanhol, que também foi rei do Brasil. Consideramos essa problematização pertinente para ser feita em sala de aula já que nem todo o período colonial do Brasil foi administrado pela Coroa portuguesa.

No item “E o Brasil durante a União das Coroas ibéricas?” destacamos algumas medidas que Filipe II adotou especificamente para o Brasil. Compreendemos a importância da produção de relatórios de reconhecimento territorial, feito por Diogo Flores Valdés, sobre o Estreito de Magalhães. Durante o texto foi apresentada a discussão sobre o potencial que o Brasil representava para garantir a proteção das minas do Peru. Para compreender esse espaço/tempo foi disponibilizado um mapa da região do Estreito de Magalhães. Esse mapa pode ser trabalhado para compreender, de maneira visual, qual era a importância de proteger a região para os espanhóis e qual o interesse que Filipe II teve pelo Brasil. A partir de então, foram apontadas as mudanças estruturais que ocorreram no Brasil durante o governo castelhano. Para isso foi destacado o elemento religioso como aspecto constitutivo das mudanças territoriais decorrentes das políticas de expansão, proteção e ocupação territorial. Utilizamos dois mapas, sendo o primeiro sobre “A marcha do povoamento e urbanização do século

XVI” e o segundo, “A marcha do povoamento e a urbanização do século XVII”. O recurso dos mapas tem como função auxiliar na comparação e identificação de mudanças territoriais na lide colonial. A opção por uso de mapas está de acordo com a afirmação de Carolina Teixeira Pina:

a imagem enquanto documento não deve ser considerada como simples ilustração de um texto escrito; a primeira dimensão visual que se tem do mapa é acerca da territorialidade, fronteiras limitadas, o que permite, e de imediato, associá-lo com a disciplina de geografia. No entanto, o mapa como recurso didático no ensino de história, objetiva assentá-lo, também em uma dimensão temporal sobre a qual pouco se reflete.²⁹⁷

O objetivo deste guia do professor é publicitar o aporte teórico que fomentou as escolhas didáticas e recursos utilizados no O.A. Neste sentido, os mapas que compõem o O.A. trazem a proposta de uma problematização e compromisso com a historicidade dos documentos. Cabe ao professor fomentar discussões sobre a produção de mapas no período da temática e nos dias atuais. Segundo Circe Bittencourt,

cabe ao professor ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas. Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: ‘eu não dou para aprender História’ -, nem, mesmo como uma mercadoria que se comprar bem ou mal.²⁹⁸

Diante disso, este O.A. foi criado com o intuito de auxiliar a produção de conhecimento em história, que, se mediado, levantará questões e problematizações pertinentes sobre os conteúdos. As atividades escolhidas para compor o objeto estão em consonância com a proposta do próprio O.A., que é proporcionar um ensino interativo. Então, optamos por dois exercícios lúdicos relacionados com os conteúdos. O primeiro exercício se baseia em uma cruzadinha. Contudo, é solicitado ao aluno fazer um texto sobre a última palavra encontrado na cruzada. O intuito deste exercício é proporcionar a prática da escrita. A segunda atividade busca atitudes que colaborem para conexão entre os conteúdos. É solicitado para o aluno que ligue as frases de acordo com a ideia correspondente. Para a terceira atividade aconselha-se que seja feita com acesso à

²⁹⁷ PINA, C. T. Os mapas e o ensino de história. In: III Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2017, Florianópolis. III Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2017, p. 4.

²⁹⁸ BITTENCOURT, C. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 56-57.

internet. A proposta é que os alunos completem a frase, contudo, para que isso aconteça, o aluno deverá fazer uma análise do mapa que está no corpo do texto. Para completar a frase será necessária uma pesquisa em um *link* exterior, previamente escolhido, ao O.A., o qual apresenta mapas temáticos. Neste mapa temático de regiões os alunos identificarão a localidade que se encontra a cidade ou Estado que preencheram a lacuna. Em seguida, o aluno deve utilizar um buscador para pesquisar se existiu ou ainda existe alguma atividade, edifício ou igreja da Companhia de Jesus na região. Os resultados dessa pesquisa podem ser discutidos em sala de aula.

Consideramos, portanto, que as propostas contidas neste O.A. podem fomentar discussões e construção de conhecimento em história, principalmente sobre a temática História Ibérica. Apoiados nesta descrição feita do O.A., o professor pode seguir este guia ou construir novas formas de trabalhar o conteúdo em sala de aula.

Para ter acesso ao Objeto de aprendizagem siga as instruções:

- a) colocar o CD;
- b) no CD você encontrará uma pasta compactada;
- c) descompactar a pasta;
- d) descompactado, aparecerá uma pasta com vários arquivos;
- e) abra o arquivo Index;
- f) aparecerá uma página do navegador com o O.A

6. CONCLUSÃO

A missionação jesuítica esteve atrelada ao projeto colonizador do Brasil desde o governo lusitano. Foi esse período inicial da lide evangelizadora que possibilitou aos missionários identificar as estruturas sociais e os pecados cometidos no Brasil que, na ótica dos jesuítas, atrapalhavam a colonização. Frente a essa disposição e sociabilidade foram traçadas estratégias que visavam a colonização e o ordenamento social. Os sacramentos foram um dos principais elementos para cumprir o compromisso salvífico da Companhia de Jesus e das Coroas ibéricas.²⁹⁹ Percebemos que ocorreram mudanças internas e externas à Companhia de Jesus que impactaram sua ação missionária no Brasil a partir de 1580. Contudo, o compromisso de salvação de almas e de ordenamento social continuaram presentes com a União das Coroas ibéricas. No Brasil, a missão já em curso foi fundamental para que Filipe II colocasse em prática seu projeto de proteção, ocupação e expansão territorial.

Precisamente, as Aldeias foram caras ao monarca espanhol. A concentração de indígenas próximo às vilas representava um potencial militar e consecutiva proteção do litoral. O intuito desse empreendimento foi combater as investidas de ingleses, franceses e holandeses. Filipe II fez uso do trabalho missionário de pacificação dos indígenas para cumprir suas necessidades militares. A ratificação da participação dos jesuítas nos *descimentos* garantiu o trabalho de pacificação e locomoção de indígenas para as Aldeias. Neste sentido, a abertura para que novas ordens religiosas atuassem no Brasil não sucateou o trabalho da Companhia de Jesus. Podemos compreender que os jesuítas se apropriaram efetivamente dos trabalhos relacionados às expedições territoriais. Tal movimento teve relação com os ditames da Casa de Habsburgo e de mudanças internas da ordem missionária.

A dinâmica do Brasil Colonial passou por mudanças expressivas com relação ao perfil do colonato. A Capitania de São Vicente foi amplamente abastecida por colonos castelhanos, gente da confiança do rei, já que Filipe II tinha intenção de conter as ameaças de contrabandistas entre o litoral brasileiro até a região mineradora do Peru. Os jesuítas participaram de expedições territoriais no Extremo Sul, ao norte e no sudoeste do Brasil. As políticas expedicionárias do monarca castelhano possibilitaram alargar territórios a partir do litoral do continente. O projeto de expansão, ocupação e proteção

²⁹⁹ SABEH, L. *Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil 1549 – 1640*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

do Brasil foi encabeçado durante o governo dos Filipes e possibilitou mudanças na distribuição territorial entre os séculos XVI e XVII. De qualquer modo, compreendemos que a ação jesuítica durante a União das Coroas ibéricas teve relação estreita com as políticas ditadas por Filipe II.

A ordem missionária soube compreender as necessidades emergentes em matéria de fé. As invasões no litoral do Brasil não representavam somente uma ameaça territorial. Na Época Moderna, em tempos de reformas religiosas, o protestantismo ameaçava a estabilidade colonial. Na lógica do período, os ensinamentos de Lutero não eram somente contra o catolicismo, mas incidia dentro de um projeto de monarquia. A conversão dos indígenas foi uma realidade na missão jesuítica, a qual estava envolta nas diversas matizes das possessões ibéricas. Frente às ameaças territoriais e heréticas, os missionários tiveram que agir diretamente na reeducação religiosa dos já convertidos. Ou seja, garantir a manutenção da fé católica e o ordenamento social dos súditos de Filipe II no Brasil.

Dois aspectos nortearam o trabalho jesuítico voltado para os colonos: primeiro, pontuar os pecados que cometiam. Segundo, diz respeito à reeducação religiosa. Os desvios morais dos colonos incidiam diretamente na conversão dos indígenas. O mau exemplo desse público prejudicava a conversão do indígena e afastava das práticas cristãs. Foram contra esses desvios, de amancebamento, salteamentos e má postura, que os missionários pregavam. Os jesuítas lançaram estratégia para sanar esses empecilhos colocados à evangelização. Neste sentido, a reeducação moral e religiosa dos colonos era necessária para a manutenção da colonização e evangelização no Brasil. Em um período de instabilidade política, decorrente das invasões estrangeiras após a União das Coroas ibéricas, especificamente as investidas holandesas culminaram no desgosto dos colonos com a administração Habsburgo. Observamos que a prática jesuítica não se limitou somente na educação moral e religiosa para os colonos, mas também se dedicou à formação de súditos e efetiva entronização Coroa espanhola no Brasil.³⁰⁰ Para isso, a Companhia de Jesus se dedicou a compreender as estruturas coloniais. As práticas jesuíticas direcionadas com os colonos tiveram relação com as administrações das Capitânicas. A manutenção da missão evangelizadora perpassou por instâncias administrativas, como observamos no caso da Vila de Vitória, e das elites coloniais.

³⁰⁰ STELLA, R. S. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes – 1580 – 1640*. São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000; SABEH, L. *Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil 1549 – 1640*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

Essas possibilitaram aos inicianos tecer atitudes que cumprissem os objetivos salvíficos e colonizadores das monarquias católicas. A manutenção das Coroas católicas era a força vital para a sobrevivência da Companhia de Jesus e do projeto de universalização do cristianismo. Neste sentido, faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre as relações entre as elites coloniais, a Companhia de Jesus e a casa de Habsburgo para a construção e manutenção dos valores cristãos no Brasil Colonial.

Buscamos compreender as ações dos jesuítas voltados aos colonos durante o governo de Filipe II para o Brasil. Percebemos que ocorreram mudanças na atuação da Companhia de Jesus a partir de 1580. Mesmo que essas transformações tivessem ocorrido por motivações internas da ordem, os ditames de Filipe II também impactaram na atuação jesuítica no Brasil. A contribuição da Companhia de Jesus nas políticas de expansão, ocupação e proteção territorial, demonstrou a consonância junto ao projeto salvífico da Casa de Habsburgo. Neste sentido, observamos que, frente as novas políticas do monarca espanhol os inicianos se posicionaram. Fizeram uso de seus ministérios, na prática da evangelização, no ordenamento colonial e entronização do rei. Neste sentido, foi construído um Objeto de Aprendizagem que demonstrasse as mudanças que ocorreram no Brasil durante a União Ibérica. Este O.A contribui para o ensino de história, já que, se apropriou dos resultados deste trabalho dissertativo e da produção historiográfica sobre a temática.

FONTES

ANCHIETA, José de (1534-1597). *Cartas*: correspondência ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

_____. *Cartas*: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *Teatro de Anchieta*. Originais acompanhados de tradução versificada, introdução e notas pelo P. Armando Cardoso S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

BRAGA. Arcebispo, 1581-1587 (João Afonso de Meneses) [Carta edital suspendendo os pregadores de confessar e defender os direitos de Filipe II sobre os direitos de D. António Prior do Crato]. – [S. 1. : s.n., depois de 20 de Dezembro de 1582]. – [2] f. : 2º (32cm) Acesso: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html> 18/02/2019 18/02/2019. 18/02/2019 às 10:32.

COMPANHIA de Jesus. *Brasilia ordinationes Provinciae*, 1573-1614. Documento manuscrito. Fondo Gesuitico 1255, Fascículo 10. Biblioteca Nazionale Centrale “Vittorio Emmanuele II” Roma. In: SABEH, L. A. *Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil 1549 – 1640*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FILIPE II. Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias dadas por Felipe II, el 13 de julio de 1573, en el bosque de Segovia. In: PADRÓN, Francisco Morales. *Teoría y leyes de la conquista*. Madrid: Cultura Hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1979.

INÁCIO, I. C.; LUCA, T. R. de org. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993.

LEITE, S.S.J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – 1538-1553*. v.2. São Paulo: Comissão d IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

NÓBREGA, M. da (1517-1570). *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548. In: INÁCIO, I. C.; LUCA, T. R. de org. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993.

ANCHIETA, José de (1534-1597). *Cartas*: correspondência ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

VALDÉS, D. F. de. *Estrecho de Magalhães, 1583*. Dos cartas del general Diego Flores de Valdés, dando cuenta del vários incesos de su expedicion al Estrecho. Fechas em Bahia de Todos os Santos á 5 de agosto. Charcas 41, Documento 27. Archivo General de Indias, Sevilla. Carta 1 e 2.

LEITE, S.S.J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – 1538-1553*. v.2. São Paulo: Comissão d IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

REFERÊNCIAS

- AGNOLIN, A. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.
- _____. Atuação missionária jesuítica na América portuguesa: a peculiar via renascentista, sacramental e tridentina à salvação no(s) Novo(s) Mundo(s). *Tempo*, v.16, pp.19-48, 2012.
- ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, W. S. Redes governativas: a atuação da família Azeredo na Capitania do Espírito Santo (sec. XVI-XVII). In: VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2017, Vitória. *Anais dos Encontros Internacionais UFES/Paris- Est*. Vitória: Culturas políticas e conflitos sociais, 2017, pp. 219-33.
- APOLINÁRIO, M. R. *História: projeto araribá plus*. v: 3, 2. ed. São Paulo: Moderna, 2014, v.3.
- ASSUNÇÃO, P. *Negócios jesuíticos*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- AZEVEDO, G.; SERIOCOPI, R. *Projeto Teláris*. 7º ano, 2. ed. São Paulo: Atica, 2015.
- BARCELOS, A. H. F. *O mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial*. 2006. 517f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BARROS, K. Teatro jesuítico: Um instrumento da pedagogia jesuítica. Cascavel: *Revista Travessias*, 2008. Acesso em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2924>, v.2, n.1, 2008.
- BETHENCOURT, F. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BITTENCOURT, C. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOULOS, A. J. *História: Sociedade & Cidadania. Ensino Médio*. São Paulo. 2. ed. 2016.
- BOUZA, Fernando. D. Filipe I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- BOXER, C.R. *O império marítimo português (1415 -1825)*. Lisboa: 70, 2014.
- _____. *A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. *História: das cavernas ao terceiro mundo*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRITO, G. S. Tecnologias para transformar a educação. *Educar em Revista*, n. 28, p. 279-282, 2006.

CALMON, P. *História do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963, v. 1.

CAMPOS, F.; MIRANDA, R. G. *A escrita da História*. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

_____. *A escrita da história*. São Paulo: Escala Educacional, 2005. v. 1.

CAMPOS, F. *Oficina de história*. v:1, São Paulo: Leya, 2013.

CARVALHO, A. M. M. “Aprender quais histórias?” *Revista Brasileira de História*, São Paulo: n. 13, set. 1986 - fev.1987, p. 156, 1987.

CASTELNAU-L’ESTOILE, C. de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006.

COMELLAS, José Luis. *Historia de España moderna y contemporánea*. Madrid: Ediciones Rialp, 1999.

COTRIM, G. *História global*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 2.

COSTA, F. Metas de Aprendizagem na área das TIC: Aprender Com Tecnologias. In: I Encontro Internacional TIC e Educação. Inovação Curricular com TIC. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 2010. p. 931-936.

COSTA, C. J. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o império português (1540-1599)*. 2004. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

CYMBALISTA, R. Relíquias sagradas e a construção do território cristão na Idade moderna. *Anais do Museu Paulista*, v. 14, n. 2, p. 11-50, jun.-dez. 2006.

DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DIAS, A. A. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: SILVEIRA, R. M. G. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

DIVALTE, G. F. *História*. Novo Ensino Médio. São Paulo, Ática, 2002.

EINSENBURG, J. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, Aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ELIADE, M. *O Sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1.

FALCÃO, José Antonio. Santa Úrsula. In: DIOCESE DE BEJA (Beja, PT). *Entre o céu e a terra: arte sacra da diocese de Beja: catálogo*. Beja, 2000.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FRAGOSO, F. H. Os aldeamentos franciscanos no Grão-Pará. In: HOORNAERT, E. (Org.). *Das Reduções Latino-Americanas às Lutas Indígenas Atuais*. São Paulo; Paulinas, 1982, v.3.

FRANZEN, B. V. *Jesuítas, portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais: novos estudos*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES FILHO, S.S. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

GREGORY, Brad S. *Salvation at stake: Christian martyrdom in early modern Europe*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

GROSSI, Vitorino; SESBOÛÉ, Bernard S.J. Graça e justificação: do testemunho da Escritura ao fim da Idade Média. In: SESBOÛÉ, Bernard S.J. (dir.). *História dos dogmas: o homem e sua salvação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003: Tomo 2.

HANSEN, J. A. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAIS, A. (org.). *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERNANDES, P. R.; FARIA, M. R. de. Anchieta e o teatro na língua brasílica. In: TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. *Origens da educação escolar no Brasil colonial*. Maringá: Eduem, 2013. v. 2.

HERNANDES, P.R. Meninos órfãos vindos do Reino para a América Portuguesa: mestiçagem cultural. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, v.34, n.66, 2016.

_____. *O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil Colônia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

HERMANN, J. *Um papa entre dois casamentos: Gregório XIII e a sucessão de Portugal (1578 -80)*. Portuguese Studies Review, v. 22, n. 2, 2016.

_____. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n. 59, 2010.

HIBBERT, Christopher. *Rome: the biography of a city*. London: Penguin, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. v. I. Tomo I. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, v. 1. T. 1.

KARNAL, L. *Teatro da fé: Representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEITE, W. S. S.; RIBEIRO, C. A. N. *A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios*. Magis. Revista Internacional de Investigación em Educación, v. 5, n. 10, p. 173-187, 212.

LENK, W. Guerra e pacto colonial: exercito, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654). 2009. 296f. Tese (doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LUZ, G. A. *Carne humana: canibalismo e retórica jesuítica na América portuguesa (1549-1587)*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. *A. Mém de Sá: o governador dos jesuítas e as tópicas da guerra justa*. Métris (UCS), Caxias do Sul – RS, v.1, n.2, p. 261-274, 2002.

_____. Quando o verbo se faz carne: a festa da missão. In: Edécio Mostaco (Org.). Para uma história cultural do teatro. Florianópolis: Design Editora, 2010, pp. 109-140.

MACHADO, L.M.; OLIVEIRA, R. P. de. Direito à educação e legislação de ensino. In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (org.). O estado da arte em política e gestão de educação no Brasil – 1991-1997. Brasília: ANPAE, 2001

MARQUES, A. BERUTTI, F. FARIA, R. *Brasil: história em construção*. Belo Horizonte: Lê, 1996.

MARQUES, A. *Pelos caminhos da história*. Ensino médio. Curitiba: Positivo, 2006.

MARQUES, G. O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, n. 27, p. 7-36, 2002.

MOCELLIN, R.; CAMARGO, R. *História em debate*. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORENO, J.; VIEIRA, S. *História: cultura e sociedade*. Curitiba: Positivo, 2010, v. 2.

MULLETT, Michael. *A Contrarreforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna europeia*. Lisboa: Gradiva, 1985.

MUÑOZ-ARRACO, José Manuel Pérez-Prendes. Sobre las instituciones de gobierno dela Monarquía Hispánica en la segunda mitad del siglo XVI. *Anuario Jurídico y Económico Escorialense*, Madrid, n. 43, 2010.

NEVES, L. F. B. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

OLIVEIRA, R. B. D. Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e resignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 6, n.2, p.215-233, 2014.

OLIVEIRA, C. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Pedagogia em Ação*, v. 7, n. 1, 2015.

OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 28, 2005.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, Bauru: EDUSC, 2004.

PADRÓN, F. M. *Teoría y leyes de la conquista*. Madrid: Cultura Hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1979.

PADGEN, A. Escuchar a Heraclides: el malestar en el imperio, 1619-1812. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey (org.). *España, Europa y el mundo Atlántico Homenaje a John H. Elliott*. Madrid: Marcial Pons, 2002.

PARKER, G. *Filipe II*. Madrid: Alianza, 2003.

PÉCORRA, A. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo: Edusp; Campinas: UNICAMP, 1994.

PELLEGRINI, M. C.; DIAS, A.M.; GRINBERG, K. *#Contato História*. 1º ed. São Paulo: FTD, 2017, v.3.

PESSOTTI, L. O espaço sagrado e o espaço profano: o sagrado como estratégia da Companhia de Jesus na formação do espaço urbano e da sociedade da Vila de Nossa Senhora da Vitória. In: *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano*, 4, 2006, Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 1024 – 1037.

PIERONI, Geraldo (org.). *Heresias Brasileiras: Inquisição e purgatório no Brasil colonial*. Curitiba: UTP, 2008.

PIERONI, G.; MARTINS, A.; SABEH, L. A. *Boca maldita: blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*. Jundiaí: Paco, 2012.

PINA, C. T. Os mapas e o ensino de história. In: IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano, 4, 2008, Ouro Preto: Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano. Belo Horizonte: C/ Arte, 2006, p. 1024-1035.

PROSPERI, A. *Tribunali della coscienza*. Inquisitori, confessori, missionari. Turim: G. Einaudi, 1996.

_____. *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

PUNTONI, P. L. O estado do Brasil: poderes médios e administração na periferia do império português. In: (org.). ARRUDA, J.; FONSECA, L. A. *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru - São Paulo: Edusc – Fapesp, 2001.

REZENDE, Tadeu V. F. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 2006. 336f. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TELLES, I. T. *A “fundação escriturária do Rio de Janeiro”*: um estudo de caso do auto *Na festa de São Lourenço* (ca. 1583) de José de Anchieta. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2004. p. 28.

TORRES, M. J. *As práticas discursivas da Companhia de Jesus e a emergência do “teatro jesuítico da missão” no Brasil do século XVI*, Tese de Doutorado. Brasília: Programa de Pós-graduação em História / Universidade de Brasília, 2006. pp. 02-03

ROCHA, M. B. M. da. Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, O. (org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996.

Sá Filho CS; Machado EC. O computador como agente transformador da educação e o papel do objeto de aprendizagem [texto na Internet]. São Paulo: Universia Brasil; 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/seminario2003/texto11.htm> Acesso em: 24/10/2018.

SABEH, L. A. *Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil 1549 – 1640*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

_____. *Colonização salvífica: os jesuítas e a Coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)*. 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. *Uma nova ordem religiosa: o nascimento da Companhia de Jesus em tempo de reformas religiosas*. *Revista Relegens Threskéia*, v. 4, n. 2, 2015.

_____. *Semeando um novo mundo: a Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil Colonial*. Curitiba, 2014.

_____. *Missionação jesuítica: reflexões para a definição de um quadro teórico e de um método de análise historiográfica*. *Revista História e Cultura*, Franca, v. 3, n 2, 2014.

SANTIAGO, P.; CERQUEIRA, C.; PONTES, M. A. *Por dentro da história*. São Paulo: Edições Escala Educacional, 2010.

SCHAUB, J. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SERRÃO, J. V. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SOARES, A. C. TIC na educação do Brasil. UNESCO, 2017. Disponível:<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communicationandinformation/digital-transformation-and-innovation/ict-in-education/> Acesso: 21/01/2019 às 22:17.

SOUZA, J. V. A. *Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa*. 2011. 325f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

STELLA, R. S. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes – 1580-1640*. São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TAKAHASHI, T. Inclusão social e TICs. *Inclusão Social*, v. 1, n. 1, 2005.

VICENTINO, C.; VICENTINO, J.B. *Projeto Mosaico*. 7º ano. São Paulo: Scipione, 2015.

ANEXO:

BRAGA. Arcebispo, 1581-1587 (João Afonso de Meneses) [Carta edital suspendendo os pregadores de confessar e defender os direitos os direitos de Filipe II sobre os direitos de D. António Prior do Crato]. – [S. 1. : s.n., depois de 20 de Dezembro de 1582]. – [2] f. : 2º (32cm) Disponível: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html> Acesso: 18/02/2019.

DOMIOAM AFONSO DE MESES PER MERCE DE Deos & da Santa igreja de Roma Arcebispo & Senhor de Braga Primas das Espanhas, &c. A todas as pessoas a que o conhecimento destapertecer, saúde em Ieju Christo nosso Senhor, Fazemos saber, que nos mandamos passar hua nossa carta geral esital,per que sospendemos e ouvemos por suspensos todos os pregadores, e confessores deste nosso Arcebispado de qualquer qualidade, grão, ou cõdiçam que fosse, assi regulares,como seculares, pelo tempo, causese respeitos nella conteúdos, ate haverem nova licença nossa pera haverem de confessar, ou pregar. E pera mayor & melhor conferuação do serviço de nosso Senhor, quietaçam, paz & assossego destes Reynos, achamos ser muito conveniente e necessário avisar a todos os pregadores & confessores de alguas cousas sem as quaes nam podiam nem deviam exercitar seus carregos e officios. Pello q mandamos a todos em geral & cada homem particular, que novamente depois da dita nossa edital ouverem licença pera pregar ou confessar, advirtam & amoestem ao povo em suas pregações & praticas espirituais, & assi em suas confissões, & cstações que fizerem, as cousas seguintes.

Que sua Magestade he Rey & Senhor natural & legitimo destes seus reynos, por ser neto del Rey Dom Manuel, filho de sua filha mayor, & o mayor emidade & varão, a que por direito pertence o reyno: a posse do qual em consciência estava obrigado a procurar por armas, ou por outra qualqr via fazendo se lhe resistência, & nam o querendo receber & conhecer por senhor natural, com o he.

Que pera entrar neste seus reynos não tinha necessidade de aguardar sentença de ninguém, por ser o próximo sucessor nelles, & nam reconhecer superior no temporal que se neada & satisfeita sua cõnsceicia de sua justiça pode ocupar a possessão por sua só autoridade conforme a direito. E que já he cousa esta de que se nam pode disputar, senã tela por ley & verdade manifesta, depois que os três estados deste reyno te jurado sua Magestade em cortes geraes por seu Rey & Senhor natural, como o fizeram em Thomar.

Que Dom Antonio nam teve nunca nem podia ter direito algum por ser bastardo, & cõ correrem nelle outros defeitos & que com tyrannia se quis favorecer de gente sediciosa, & de outra inimiga da religião Christaã, & dissipadora das honras & fazendas.

Que considerem os males & damnos que sam vindos a estes Reynos por respeito da tyrãnia de Dom Antonio de roubos & mortes, & as inquietações do reyno, por ele se

levãtar tyrannicamente contra sua Magestade, seu próprio Rey & Senhor natural & dos mesmos Reynos: & que outros mayores males ouvera na religiã e na Republica seus nam atalhara o grande cuidado, preoventão & poder de sua Magestade.

Que el Rey nosso senhor depois que entrou nestes seus reynos sempre usou de sua natural clemencia, nam havendo nelles feito castigo em ninguém, perdoando a todos cõ tanta benignidade perdous tam largos e amplíssimos perdões, podendo (& porventura de vendo) ter feito grandes castigos & justiças, como Rey & senhor natural. E também se lhes deve declarar os grandes damnos & tyrannias que sam feitas por Dom Antonio assi nestes reynos, como nas Ilhas.

Que se lhes declare o grande poder de sua Magestade, & como agora he único protetor da Igreja, & coluna dela: debaixo de cuja emparo todos vivem com seguridade: & q o que conuvm a estes Reynos he tello por Rey & Senhor: & que quando lhenam viera por direito e sucessão, o ouuerã de buscar e pwdir por Rey a os defendera & emparara

Que entendã os grandes, geraes, & camus proveitos de todos por terem sua Magestade por Rey e Senhor, pois o trato, comercio, & contratação he já comum & vniuersal, & que isto era o que em geral & em particular conuinha pera o bem destes reynos, & aumento & consetuação delles.

Que por serem já todos (Portugueses & Castelhanos) de hum Rey & Senhor, nam há de hauer diuida antre elles senã irmandade & vnião nestas nações jutas, em q tão se conferua a firmeza da fee, pola misericórdia de Deos, que por essa causa quis que fossem todos de um Rey, pera que todos juntamente em hum corpo defendam a Igreja Catholica dos infieis & hereges inimigos della.

Que por todas essas rezões & por outras muitas q o discurso e o entendimento aprefera foy particular permissão e misericórdia de Deos que estes reynos (com que ele sempre teue tanta conta) viessem nestes tempos tam trabalhososa sua Magestade: & q os soldados dos que estavam postos sem algus lugares delles, sam pera os defender dos tyrannos e infieis & pera q os natures viuam em paz e quietaçã, ateeq cesle as causas q agora as causadisto Que sua Magestade he pay de seus vassalos, & trata os Portugueses com a verdadeyros filhos e vassalos muy leaes.

E PORQVE este caso he de tanta qualidade, que além de se offéder a Deos grauemente, se pecca também nelle contra al esa Magestade, & he em muito prjuyzo da paz & quietação destes Reynos & do bem comum delles, & das almas, a que tanto estamos obrigado acodir & prouer: Reseruamos pera nos em nossa própria pessoa, (em embardo de qualquer confissões que tenhamos feitas a qualquer nossos officiaes, autoritate ordinária, ou por qualqr via q melhor em direito possamos fazer, & hauemos por tirado & tiramos todo o poder, autoridade & facultade a todas e quaes quer pessoas assi regulares, como seculares de qualquer grao, condição e profissão que sejam, assim de religiosos mendicantes, como nam mendicantes, que nos casos abaixo declarados nam possam absolver nem absolua pessoa alua, de qualquer qualidade & condição que sejam [rasura] a si homes, como molheres, nos casos seguintes.

Primeiramente todas & quesquer pessoas das sobreditas que direte, ou indirecte sam ou ao dâte foré cõtra o serviço de sua Magestade del Rey dõ Philippe nosso fõr em feito, ou em dito, em conselho, ou ajuda & fauor, assi cõ a pessoa como cmo a fazenda, ou deré consentimento a todo o sobredito, ou a qualquer destas cousas Reseruamos.

Todas as pessoas sobreditas & cada hua delas que disserem por qualquer via que Dõ Antonio, ou qualquer outra pessoa tem direito a estes reynos de Portugal fora de sua Magestade Catholica, & assi os q sobre isso disputar é por rezões, como por direito em fauor do dito Dom Antonio, ou de qualquer outra pessoa Reseruamos.

Os que recolhem em mosteiros, quintas, casas, ou igrejas ao dito Dom Antonio, ou seus sequazes & leuandados, ou polas ditas caufas homiziados dãdolhe pousada, camas & mâtimentos, armas, caualos, ajuda fauor, dinheiro, ouro ou prata, ou outra qualquer cousa, guias ou espias Reseruamos,

Todos os que receberem cartas, scritos, ou recados por palavra do dito Dom Antonio, ou de qualquer outra pessoa em seu fauor, per si ou per outrem Reseruamos.

Todos os que escreverem, ou mandarem auifos ou recados a cada hum dos sobreditos assi em reposta como fora della, por qualquer via que seja Reseruamos.

Todas & quaisquer pessoas que souberem algua cousa que se faça on diga contra o serviço de sua Magestade, & direytos destes seus reynos & o nam descubrirem, por onde se siga ou possa seguir algu dano ou perjuyzo a Sua Magestade ou sua coroa Reseruamos

Todas e quesquer pessoas que de ré embarçam de nãos, nauios, carabelas ou qualqr genero de barca, ou qualquer outro instrumento de mar ou de terra, pera se aconsilherem as pessoas culpadas nos taes delictos, ou pera leuarem armas, caualos, ferro, aziro, cal, pedra, nem outra cousa algua as Ilhas levantadas, ou pera isso derem ajuda, favorou cõ entimento, ou o souberem e o nam descobrirem em tempo que se lhe possa impedir o effeto, Reseruamos

PELOQVE mandamos a todos & quaisquer dos sobreditos confessores que nouamente forem habilitados, que dos ditos casos nem em nenhum delles, nem suas depédencias absolua a pessoa algua de qualquer qualidade, grao, condição, ou religião q seja, antes os remeteram a nos & a nossa pessoa, sob pena de excommunhã mayor ipso facto incurranda, & de suspensam de suas ordés, officios, & benefícios, & serem perpetuamente delles priuados & inhabilitados. [rasurado] que possa vir a notícia de todos & nam poderem pretender ignorância, mandamos passar a presente, sob nosso final [rasurado] sello. O Doutor Andre Velho Tinoco Arcediago de Neiuia na nossa Santa See, nosso Secretario a fez. Em Braga a XX. De Dezembro de M.D.L.XXX ij.